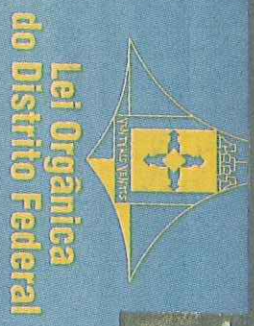


L · E · T · J · R · A · S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL SUPLEMENTO CULTURAL Ano I nº 06 Brasília, 08 de Junho de 1993

CÂMARA LEGISLATIVA

Lei Orgânica do Distrito Federal



Lei Orgânica do Distrito Federal

Lei Orgânica do Distrito Federal



Lei Orgânica do Distrito Federal

Lei do povo

Autonomia nasce com JK

Pág. 3

A nossa Lei

O dia 8 de maio de 1993 é uma data histórica para todos nós brasileiros. Todos nós que, 33 anos depois, temos a oportunidade de assistir e registrar a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, a nossa lei, que garante em definitivo a autonomia política de Brasília e assegura o seu futuro, a cidadania de cada um de nós.

Com a responsabilidade de parlamentar, de legisladora, missão que nos foi incumbida pelo povo brasileiro, somos testemunha do trabalho, da dedicação, de todos os signatários da nossa Lei. Quantas e quantas vezes varamos madrugadas na ânsia, na expectativa, de dotar o DF de uma lei que refletisse em todos os sentidos os verdadeiros anseios do povo de Brasília. Conseguimos. Em seus 365 artigos esta preocupação está estampada. A lei é de Brasília. Nela o povo se encontra.

Entre todos os destaques enfatizamos a preocupação com a participação popular nos Conselhos Comunitários. Esta antiga reivindicação de todos os segmentos da sociedade civil foi contemplada, agora é lei. A preocupação com o aspecto social, com a nossa juventude, com nossas crianças, com nossos idosos, também está traduzida na Lei Orgânica. Ela é ampla, mas específica na defesa dos anseios populares.

Pronta, a Lei Orgânica tem que ser cum-

prida. É preciso que cada um de nós tenha plena consciência do seu significado, de sua amplitude em defesa dos nossos direitos. A consciência, neste caso, se traduz pela cobrança permanente do cumprimento "ipsis literis" de todos os seus artigos. Todos nós temos esta obrigação. "Temos este dever. A Lei Orgânica é viva. Não podemos deixar que o tempo a transforme em letras mortas.

Coube aos deputados distritais, com a missão outorgada pelo sufrágio universal do voto, a tarefa histórica de elaborá-la. Cabe a todos nós, a vigilância perene pelo seu cumprimento, pois o direito de todos é o dever de cada um de nós. Por isso a lei é nossa.

Com a promulgação da nossa lei, a Câmara Legislativa parte agora para novos desafios. Por vezes criticada injustamente, especialmente por aqueles que apregoavam a pressa como amiga da perfeição, a Câmara em sua primeira legislatura cumpre com sua obrigação. Na condição de vice-presidente da Casa temos plena convicção disso. E a certeza de que vamos vencer todos os obstáculos que porventura surjam em nosso caminho. A nossa lei garante.

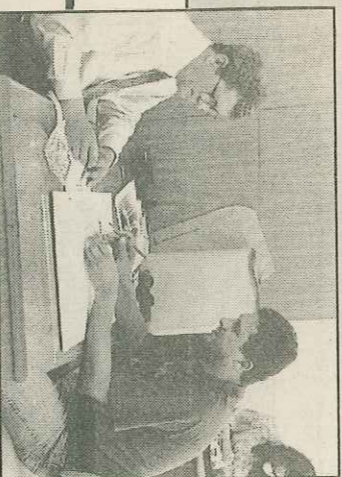
ROSE MARY MIRANDA

Vice-presidente

Páginas da História

IVAN CARVALHO

Coordenador de Editoração



Pantofla e Cláudio: editando História

Esta edição do "DF Letras", nosso suplemento cultural já em seu sexto número, resgata a história da luta pela autonomia política de Brasília. Mostra, em seus primórdios, os passos tímidos mais fortes, nesta direção e o coramentado da cidadania brasileiro com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal nesta data histórica de 08 de junho de 1993. Foi um trabalho de pesquisa, exaustivo e paciente, desenvolvido pelo editor Nelson Pantofla e por toda a equipe de jornalistas da Câmara. A responsabilidade visual é de Cláudio de Deus. São páginas da História resgatadas para o futuro.

Nesta edição

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------------|--|
| Capa: Rui Faquini | 14. Artigo/Fernando Tolentino | 24. Inédito: um conto de Antônio José de Moura |
| 2. Opinião | 15. Artigo/Cláudio Lysias | 25. José de Alencar revisitado |
| 3. JK/autonomia | 16/17. Lei Orgânica | 26. Fundação Athos Bulcão |
| 5. Cidade cassada | 18. Entrevista: Carlos Honorato | 27. Festa do Divino |
| 7. A luta da ACDF | 19. Entrevista: Ari Cunha | 29. Poetas |
| 9. Entrevista: David Fleischer | 20. Artigo/Maria Duarte | 30. 500 anos de evangelização |
| 11. Artigo/Hélio Doyle | 21. Poema/Cióvis Senna | 32. Autores/Lei Orgânica |
| 12. Os operários da Lei | 22. Sotaque brasileiro | |
| 13. Pompeu de Souza | | |

L . . . T . . . A . . . S

Publicação Literária Mensal da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Suplemento Mensal do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Editado sob a responsabilidade da Coordenadora de Editoração da vice-presidência com a colaboração da Coordenação de Comunicação Social da Presidência.

Vice-presidente: Rosemary Miranda

Chefe de Gabinete: Sebastião Cunha

Assessor Especial: Chico Nóbrega

Coordenador de Editoração: Ivan Carvalho

Editor-Geral do DF-Letras: Nelson Pantofla

Editores Executivos: Paulo Bertran, Luís Rocha e Inaê Amado

Projeto Gráfico: Cláudio de Deus

Fotografia: João Wesley

Colaboraram nesta Edição:

Luís Augusto, Luís Geraldo, Maria Duarte, Miriam Barbosa Xavier, Maria Cruvinel, e Cassiano Nunes.

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenador: Arthur Gondim

Chefe da Seção de Divulgação: Cláudio Lysias

Chefe da Seção de Relações Públicas: Luiz Recena

Chefe de Relações com a Imprensa: Adriana Jobim

Redação: Cristina Timponi, Donalva Caixeta Marinho, João Alberto, José Coury Neto, Maria Valério, Maria Felix e Zínia Araripe.

DF-Letras tem assinatura gratuita. Os pedidos devem ser enviados para o endereço abaixo constando nome do assinante, profissão, endereço completo e telefone para contato.

DF-Letras Diário da Câmara Legislativa
Distrito Federal
Redação:

Sain — Parque Rural Norte
70.086-800 Brasília-DF
Telefone: (061) 347.5128



Assessoria de Comunicação Social

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal

| | |
|---|--|
| Mesa diretora (biênio 93/94) Benício Tavares Presidente Rose Mary Miranda Vice-presidente Lúcia Carvalho 1º Secretário Peniel Pacheco 2º Secretário Cláudio Monteiro 3º Secretário Agnelo Queiroz Aroldo Satake Benício Tavares Carlos Alberto Cláudio Monteiro Edimar Pinneus | Euripedes Camargo Fernando Neves Geraldo Magela Gilson Araújo Jorge Caunhy José Edmar José Ornellas Lúcia Carvalho Manoel Andrade Maria de Lourdes Abadia Maurílio Silva Padre Jonas Pedro Celso Peniel Pacheco Rose Mary Miranda Salviano Guimarães Tadeu Horitz Wagner de Róger |
|---|--|

Agnelo

Queiroz-Pcd

O capítulo na Lei Orgânica incorpora os movimentos sindicais e representado Agnelo por voz das profissionais as fases iniciais Interno e da c

Antes que mérito caia propositam de alguém bom uso da Gerson no q à representa Brasília, o j dor e cientis Humberto E tratando de deste capítu da cidade. O trilogia que tar fatos, da gens que fiz movimento pulação da i de espectada política d colocada" cidadania" do a repres local.

LEI N.º 3.751, DE 13 DE ABRIL DE 1960

Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I — Da Câmara do Distrito Federal

Art. 6.º — O Poder Legislativo será exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta de vinte vereadores, eleitos pelo povo por ocasião das eleições para o Congresso Nacional.

Art. 7.º — A Câmara será eleita pelo prazo de 4 (quatro) anos e funcionará durante 4 (quatro) meses, vedada a prorrogação. Parágrafo único — Aplicam-se às eleições para a Câmara do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no art. 139, V, da Constituição Federal.

Art. 55 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1960; 139.º da Independência e 72.º da República.

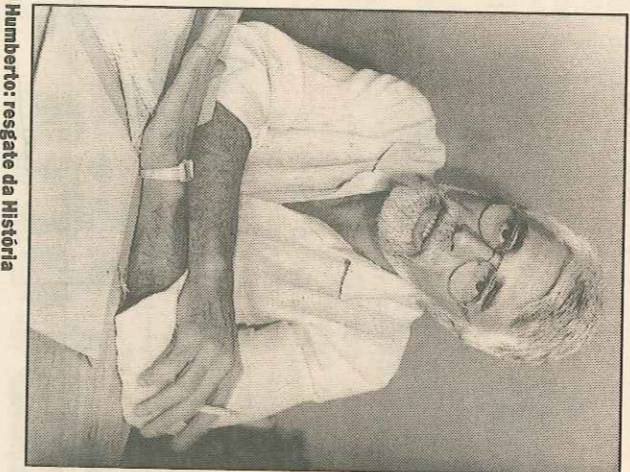
JUSCELINO KUBITSCHEK

Autonomia surge com JK

Através da emenda constitucional n.º 2, JK estabeleceu em 56 que Brasília teria o direito de escolher pelo voto direto seus representantes a partir de 3 de outubro de 1960.

Luís Geraldo

Jornalista/Chefe da Editoração



Humberto: resgate da História

Para compreender a história e o pensamento político de Brasília é necessário reportar-se ao passado. Ai o historiador constata crueldades e injustiças que o poder (e poderosos) sempre cometeram ao lugar onde o poder nacional esteve instalado. As Constituições nunca foram generosas com o Distrito Federal. A de 1824, a Constituição Monárquica, previa para o Rio de Janeiro que era o Distrito Federal um prefeito nomeado e apenas uma Câmara de Vereadores eleita pelo voto popular. Vem a Constituição de 1934 e o DF só tem direito a um governador e digam-se de passagem "nomeado". A situação piora em perío-

dos de excessão. A Constituição de 1937, segundo o historiador literalmente factista, dá a Brasília apenas um prefeito, nomeado pelo ditador, é claro. O regime ditatorial se acaba. Vem a democracia e o Distrito Federal volta a ter um governador "nomeado" e uma Câmara de Vereadores eleita. E só.

Em 1956 vem Juscelino Kubitschek, vem Brasília, ou o Distrito Federal, para o coração do planalto central. JK, com a imensa visão que lhe foi peculiar, não se fez de rogado e nesse mesmo ano deixou uma emenda constitucional que recebeu n.º 2. Ela concedia a Brasília o direito de votar para prefeito e para vereadores de quatro em quatro anos a partir de 3 de outubro de 1960. Efetivada a transferência da capital a emenda de JK nunca foi colocada em prática. JK sai do poder e entra em cena Jânio Quadros. Novo governo, nova emenda, a de n.º 3, de 1961, marcando data para as eleições municipais e representação na Câmara e no Senado. Jânio foge. Tumulto no governo de Jango. Os militares assumem o poder. Ditadura e eleições no Distrito Federal...

Movimento — Brasília calou. Mas a semente do anseio de representação política estava plantada. A ditadura militar dá sinais

Lei Orgânica: atuação parlamentar

tiças, na defesa do princípio de fidelidade dos anseios populares.

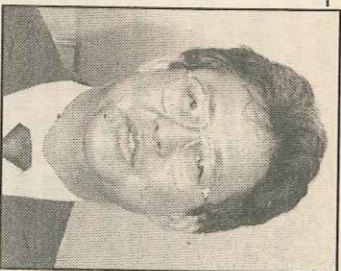
O parlamentar participou ativamente da maioria das discussões organizadas pela própria comunidade, inspirando-se nas ideias assim surgidas, para orientar sua atuação no processo de elaboração da Lei Orgânica. Sua maior contribuição concerne justamente no Capítulo da Saúde. As propostas e emendas que conseguiu inserir neste capítulo resultam, em sua maioria, das conclusões do Fórum de Saúde, realizado em nossa cidade, com vistas à votação da Lei Orgânica.

"O texto consolida o Sistema Único de Saúde", ressalta o deputado, para citar as seguintes conquistas: descentralização financeira e administrativa das Regionais de Saúde e a ampla democratização do sistema, a ser alcançada através da participação participativa de usuários nos Conselhos Regionais e no Conselho de Saúde do Distrito Federal, além da criação da Conferência da Saúde do DF, que funcionará como órgão de grande representatividade popular. A Conferência será convocada a cada dois anos para aprovação de políticas do setor e avaliação de resultados.



Agnelo Queiroz-Pedro

O capítulo que trata da questão da Saúde na Lei Orgânica de Brasília é, sem dúvida, um dos mais avançados do País. Seu texto incorpora conquistas essenciais alcançadas pelos movimentos comunitários, entidades sindicais e representações de usuários. O deputado Agnelo Queiroz (PC do B), legítimo porta-voz das reivindicações de usuários e profissionais de Saúde, empenhou-se, desde as fases iniciais de elaboração do Regimento Interno e da composição das comissões temá-



Aroldo Satate-PP

O projeto propondo a alteração da Lei n.º 190 que institui a meia entrada para estudantes não tem outra intenção que não seja resgatar um direito da classe estudantil de receber gratuitamente sua identidade escolar, fornecida pelos estabelecimentos de ensino. Não cabe a alegação de que nossa proposta procura favorecer os donos de escolas, que tiram, com esta medida, "espólio mais ainda os alunos", uma vez que tais custos já estão embutidos nas taxas de matrículas.

Alegar também que a emissão das carteiras pelas escolas irá beneficiar até mesmo os que não são estudantes e que elas tiram comercializar carteiras estudantis, é querer encobrir um processo do qual a UNE e a UBES se utilizam para a emissão das carteiras que é a relação fornecida pela própria escola.

Quando da votação da proposta que se transformou na Lei n.º 190, alertamos a classe estudantil que o benefício do desconto era illusório. Com a aprovação da lei, de imediato as casas de diversos elevaram os valores dos ingressos para cobrir os custos e a meia entrada não sofreu, na realidade, nenhuma alteração, prejudicando os trabalhadores.

Não posso, por princípios, compactuar com a tentativa de transformar nossos jovens em massa de manobra. Não poderia deixar de atender o apelo da classe estudantil, principalmente, filhos de trabalhadores assalariados que não podem arcar com mais uma forma de exploração.

Por coerência, por justiça e principalmente porque esta é a vontade da classe estudantil, esperamos que a Câmara Legislativa ratifique nossa proposta.

de cansaço e começa aí a distensão política lenta e gradual (receita do pietaense Petrólio Portela-Golbery-Geisel). Estamos em 1975. Ninguém de Brasília discute a representação política de Brasília. Mas os parlamentares do MDB, a maioria de Goiás, para chocalhar os militares viviam apresentando emenda prevendo eleições para o Distrito Federal. "Não despertava maiores interesses", diz o historiador "era apenas para ratificar o programa oposicionista do partido.

Mas a coisa muda de figura quando um grupo de empresários independentes começa a se reunir na Associação Comercial de Brasília. Eram eles: Osório Adriano, Maurício Corrêa, Benedito Domingos, José Maria, Coelho, o falecido José Silva Neto, então presidente do grupo Codipe, Nuri Andraus, atual secretário de Agricultura, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção-DF, Assu Guimarães e até general ia: o general Hugo Bethen, sob a coordenação (mais corajosa que intelectual de Lindberg Aziz Cury, o grupo gestou a idéia de representação política para Brasília em 1976, sempre sob a desculpa de discutir outros temas em seminários ou reuniões. Políticos também marcavam presença no auditório da Associação Comercial.



Para JK, o fundador, Brasília tinha como destino a Independência política

"Esta foi a primeira vertente do movimento que conquistou o direito de Brasília votar", afirma o historiador. A outra mais oposicionista ao regime militar era o Centro Brasil Democrático — Cebrade, que discutia as grandes questões nacionais no Ins-

tituto dos Arquitetos do Brasil. Era um projeto que reunia uma elite jovem de esquerda. Nela estavam Paulo Tim (atual secretário de Meio Ambiente), o professor da UnB e hoje deputado distrital Carlos Alberto (PPS), os jornalistas David Emerick, Hélio

Doyle e Fernando Tolentino. Mais tarde, em meados de 1979, com a possibilidade de estruturação de novos partidos políticos, tornando mais público o anseio de representação política no DF. Ao grupo do Cebrade se juntaram

A mistificação da História

A história de Brasília precisa ser recontada. Os reacionários que o digam. É lugar comum proclamar que JK, o fundador, não desejava a representação política para o Distrito Federal. Pura **estória**. Dispensável mistificação. Juscelino, como comprovam as pesquisas do historiador Luis Humberto Del Isola, sancionou a lei que concedia a Brasília o direito de eleger os seus representantes políticos. Foi em 1960. Depois, claro, inventaram a tal da "Re-dentora" e, como era de praxe, desinventaram **eles**, **sempre eles** — a cidadania do brasiliense. Inventaram de desinventar e criaram a invenção. Caçando a pessoa, cassando o cidadão. Tudo no melhor estilo das contingências, melhor dizendo, das contingências de 1964. **Direita já!** Brasília, coitada, virou oásis no deserto. "**De-**

Nelson Pantoja

Editor / DF Letras

mocrático" do País.

Para azar deles, o quepecaiu por terra! A história, para infelicidade e desencanto daqueles que pretendiam escrevê-la, tem o sortilégio de traçar o seu próprio destino sob o axioma de que o destino é o caminho da própria história. Estória daqui, invençãoice dali, a verdade é que sob a luz da história eles mentiram: JK quis sempre uma Brasília cidadã. Jamais uma filha orfã de suas próprias esperanças. Jamais um deserto tendo por oásis a falta da democracia.

Na pretenciosidade singela de suas páginas, o "**DF Letras**" dirime todas as dúvidas no exato momento histórico em que a Lei Orgânica do DF é promulgada. No relance

mágico e instantâneo deste momento, em que aquela pessoa outora caçada deixa de ser cassada para ser cidadã. Com todos os direitos, em definitivo, de um povo civilizado. É a nossa contribuição. Para que ninguém jamais, a partir deste 08 de junho de 1993, ouse em suas idiossincrasias dilapidar a história através de estórias mal-contraídas. Que pare de inventar e admita, em sã consciência, que respeitar os direitos dos outros é o dever inalienável de todos.

A luta pela autonomia política do DF não foi fácil. Os coronéis de então, os indefectíveis cães de guarda do obscurantismo, à menção de uma mobilização popular em defesa da representação política ignoravam o poeta e impediam, como guardas de plantão, que a praça fosse do povo. A praça, o mesmo bar-

co, aquelas flores, eram deles. O povo que ficasse na sarjeta de seus direitos. Mendigando democracia. Isto aconteceu no dia 23 de abril de 1981. Britzola, Lula, Ulysses e até Maluf, estavam lá. Foram cercados impletosamente pela polícia. A democracia, definitivamente, não podia ter voz. Mesmo porque o povo tinha que ser mudo obrigatoriamente surdo. Tudo está em nossas páginas que, como diz o jornalista Ivan Carvalho, coordenador de Editoração da Câmara, já fazem parte da história. E não há **estória**, por mais bem inventada que seja, que impeça o futuro.

Ivan, o coordenador



novas lideranças como Maerle Ferreira Lima, o ex-senador Pompeu de Souza, Eurípedes Camargo, Pedro Celso, Chico Vitalante, Sigmaringa Setxas, Augusto Carvalho e José Edmar Cordeiro, todos, menos Maerle Lima hoje, com mandato para mentar.

Do ponto de vista do historiador a terceira vertente surgiu quando a conquista da representação política de Brasília estava quase consolidada e após dois dias de recesso no movimento, justamente quando muitas lideranças abandonam a idéia para retornar ao seio das respectivas categorias e trabalham os sindicatos. A terceira vertente foi o **movimento comunitário** que serviu basicamente para popularizar ainda mais a idéia de representação política do Distrito Federal. Nesse interm, contudo, diversos outros projetos de Emendas à Constituição prevendo eleições para Brasília foram votadas mas só uma, a do Senador Catete Pinheiro (governista) diz o historiador "sinalizou a chance real de Brasília conquistar este direito". Ele cita ainda uma outra muito importante a do deputado maranhense Epitácio Cafeteira porque no dia da sua votação, o povo sensibilizado pelo grupo da Associação Comercial lotou a galeria do Congresso. O direito político de Brasília estava consolidado. O emendão de 1985 só fez confirmar isso.

Luis Humberto Del Isola cita que em todo o movimento pela representação política três fatos merecem destaque: os 1º e 2º seminários da Associação Comercial de Brasília e o comício-seminário ou seminário-comício ocorrido em frente ao prédio da associação, no Setor Comercial encerrado pela tropa de choque da PM sem grandes pandarias, isso em 1981. Eles consolidaram o processo que garantiu a representação política para Brasília. Esta é a história do primeiro tomo de obra de Luis Humberto Del Isola que conta a história do movimento político para Brasília votar. No segundo tomo ele vai contar como se garantiu o direito de eleger o primeiro governador do Distrito Federal e todas as nuances do processo: Maurício, Roriz e a ineligibilidade, por exemplo. No terceiro livro que ainda é só idéia é a vez da Câmara Legislativa Del Isola trabalha há dois anos no projeto, e gravou 180 horas de entrevistas com cerca de 35 pessoas.

Benício Tavar

A Lei Orgã quando promulgada estarei resgatando em janeiro, desta Casa — ainda neste pr

A Lei Orgã cidade, que política e final ordenamento partir de sua uma unidade

Esta lei guibem como o o asseguramos da sociedade econômico e s

Sua contêe apesar de ce correita. O it consenso, no des, sem div sem alcançad

Falando Fto-me gratifi por ter con cujos reflexo

Carlos Albert

A principa los Alberto, ções da Lei homem e a Comissão da çamento e T de instituir r econômica n

As pequen tam a partic empresas sã na Lei Orgã organização deputado Carlos escolha dos

Muito ligam Carlos Albe também para Carlos Alber mulheres, d escolas. M Alberto incl da produção o capítulo da



Benício Tavares-PP

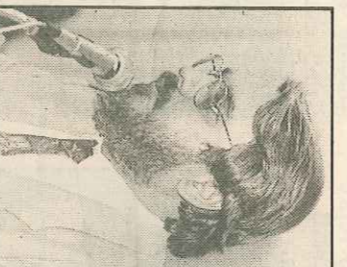
A Lei Orgânica do DF será a nossa lei maior, quando promulgá-la no próximo dia 8 de junho, estarei resgatando um compromisso que assumi, em janeiro, quando tomei posse como presidente desta Casa — o de promulgar a lei maior do DF, ainda neste primeiro semestre de 93.

A Lei Orgânica muda a própria existência da cidade, que passa a ter garantida sua autonomia política e financeira. A Lei Orgânica será o nosso ordenamento jurídico — a Constituição do DF. A partir de sua promulgação passaremos de fato a ser uma unidade da federação.

Esta lei guiará nossas vidas e a de nossa cidade, bem como o desenvolvimento do DF. Em seu texto, asseguramos a cooperação dos vários segmentos da sociedade na promoção do desenvolvimento econômico e social do DF.

Sua confecção seguiu uma trilha própria, que apesar de certa lentidão, com certeza foi a direção correta. O intenso esforço aplicado na busca de consenso, no caminho democrático das diversidades, sem divisão e com que nossos objetivos fossem alcançados.

Faltando pouco para que a promulguemos, sinto-me gratificado por ter participado deste processo, por ter contribuído com esta lei tão importante, e cujos reflexos sentiremos no futuro de nosso DF.



Carlos Alberto-PPS

A principal preocupação do deputado distrital Carlos Alberto, do PPS, durante as discussões e votações da Lei Orgânica, foi com a cidadania, com o homem e a mulher brasiliense. Como relator da Comissão da Ordem Econômico-Financeira, de Orçamento e Tributos, Carlos Alberto atuou no sentido de instituir mecanismos que garantiam uma ordem econômica mais justa no Distrito Federal.

As pequenas empresas, os empresários que garantam a participação dos trabalhadores nos lucros, a empresas são beneficiados com tratamento especial na Lei Orgânica. Em outro capítulo, o que trata da organização do DF, está garantida, por iniciativa do deputado Carlos Alberto, a participação popular na escolha dos administradores regionais.

Muito ligado aos setores educacionais e culturais, Carlos Alberto garantiu importantes conquistas também para essas áreas na Lei Orgânica. E de Carlos Alberto as emendas que garantem a inclusão da educação sexual e de matérias sobre as lutas das mulheres, dos índios e dos negros nos currículos escolares. No capítulo que trata da cultura, Carlos Alberto incluiu a obrigatoriedade da regionalização da produção cultural, que depois foi transferida para o capítulo da Comunicação Social.



O então senador Itamar Franco defende em 1985 a autonomia política de Brasília

Seminário O FUTURO POLÍTICO DE BRASÍLIA DIAS: 18, 19 E 20 DE ABRIL - AUDITÓRIO DA CNTC

De cidade cassada à plena autonomia

A Emenda Itamar Franco acabou não sendo aprovada, mas pavimentou o caminho para que as discussões em torno da emancipação política do Distrito Federal ganhassem consistência e convicção.

DONALVA CAIXETA

Jornalista da Comunicação Social

A autonomia política do Distrito Federal costuma ser apresentada como uma concessão que o Congresso Nacional, num momento de muita generosidade, resolveu outorgar a seus habitantes, desde que se comportassem de acordo com um figurino preestabelecido. Outra não é a inferência que se pode tirar, por exemplo, de manifestações que deputados e senadores, vez por outra, fazem a propósito de uma pretensa imaturidade da Câmara Legislativa do DF ou de tentativas para excluir a capital de repasses orçamentários determinados pela própria Constituição.

Contudo, são vozes isoladas que assim agem, porque a autonomia política do DF teve em política do maior expressão, e que hoje ocupam os mais altos postos da Nação, os seus mais ativos e persistentes defensores. A começar pelo próprio Presidente Itamar Franco, autor de uma emenda cons-

titucional apresentada em março de 1979, assegurando eleições diretas para as administrações regionais do DF e para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Justificando sua proposta, Itamar dizia, então, "que a longa experiência de quase 20 anos não comprovou qualquer conveniência desse absentismo eleitoral forçado; mas, ao contrário, emundecendo politicamente um dos mais robustos centros cívico-culturais do país, fez com que os poderes se exercessem sem o influxo da opinião pública, que só é realmente atuante quando votar, quando pode exercer o poder de fiscalização que incumbe à Nação sobre o Estado".

Convencido de que não havia outro caminho senão o de restituir a voz e o voto ao povo de Brasília, o Senador Itamar Franco, representante do MDB mineiro, punha ênfase na sua convicção: "O nosso desejo é que a maioria

desta Casa e da Câmara dos Deputados entendam de uma vez por todas que Brasília precisa vota. Brasília precisa ter uma representação escolhida pelo processo direto e secreto." E alinhavava outras razões igualmente fundamentais: "O Senado Federal tem outras obrigações e não pode continuar legislando para o Distrito Federal."

Sintonizaram-se imediatamente com Itamar Franco expressivas vozes da nacionalidade, como do Senador Humberto Lucena, também filiado ao MDB e hoje presidente, pela segunda vez, do Congresso Nacional, que clamava: "Espero que todos os Senhores Congressistas, acima de qualquer conotação de natureza político-partidária, compreendam o alcance da proposição e contribuam com seu apoio que ela, sem mais demora, se transforme em texto constitucional."

Na mesma linha de apoio, o Senador Mauro

Benevides, do MDB do Ceará e ex-presidente do Congresso Nacional, referiu-se à Emenda Itamar Franco nos seguintes termos: "V. Exa. fazia essa defesa de Brasília com um ardor e uma combatividade inextinguíveis. Parecia mesmo que V. Exa. já se transformara no representante do povo de Brasília no Senado Federal".

Mas foi o deputado Aldo Arantes, do MDB do Rio Grande do Sul e autor do projeto que criava o Conselho Comunitário de Brasília, apresentado por duas vezes, quem fez a defesa mais apaixonada da emancipação da capital. Em discurso que pediu a Itamar para reproduzir, o parlamentar gaúcho disse, com todas as nuances, o que ia na alma dos habitantes do DF: "O brasiliense não vota. O brasiliense tem diminuída a sua cidadania, ainda que Brasília seja a capital da União e o 'centro das decisões nacionais', segundo o fundador Juscelino Kubitschek".

Adiante, lembrava: "Democracia sem participação do povo não existe. Democracia sem voto é impossível." E enfatizava: "Deixem o brasileiro falar através de seus legítimos representantes. Deixem-no dar sua opinião sobre as prioridades do governo. Deixem que se manifestem sobre a aplicação dos milhões e milhões do Orçamento, que ninguém discute. Deixem-no dizer se está na hora de demolir uma fonte luminosa. Deixem que fale sobre a construção de múltiplos estádios de futebol, se são necessários ou se é má aplicação dos dinheiros públicos".

Foram muitos os que se alinharam, à ocasião, a favor da aprovação da Emenda Itamar Franco. Alguns deles já deixaram a cena política, mas seus nomes permaneceram estreitamente ligados à história de Brasília, como Evelásio Vieira, Adalberto Sena, Dirceu Cardoso. Outros continuaram no Senado Federal, como Jarbas Passarinho, Nelson Carneiro e Pedro Simon, ou estão em outros poderes, como o Ministro Paulo Brossard, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal.

Por um desses paradosos da vida e da política coube a um senador bionico por Minas Gerais, Murilo Badaró, relatar em conjunto e rejeitar as emendas de Itamar Franco, do senador Henrique Santillo — que preconizava a eleição de representantes de Brasília para a Câmara e o Senado — e do deputado Alberico Cordeiro, que propunha a criação da Comissão do DF também na Câmara dos Deputados, para ampliar o debate dos assuntos ligados à capital.

Para quem, em março, ao apresentar a emenda, havia manifestado esperança de que fosse aprovada ainda em 1979, o desfecho mereceu de Itamar Franco um veemente desabafo: "Por que, quando se fala tanto em abertura, em redemocratização, a Arena (um dos dois partidos em que se polarizava a política partidária pós-Revolução e que, com sua maioria, apoiava o Governo) insiste em manter o casulo mais fechado, abrindo apenas uma estreita janela?".

Que brasileiros são esses, que não votam nem decidem?

A luta pela emancipação política no DF é bem mais anterior à Emenda Itamar Franco. Desde 1963 tiveram início algumas articulações, timidizadas a princípio, até porque a cidade era nova, sem tradições e seus habitantes estavam ocupados em fazer a capital funcionar. Por outro lado, os funcionários transferidos mantinham seus vínculos com uma cidade chamada de maravilhosa.

Mas os que resistiram a todas as dificuldades e identifiaram-se com a nova capital e descobriram o relevante papel que lhe cabia na arrancada em direção ao interior, cedo constataram que os governantes da cidade raramente se preocupavam com suas opiniões e seus interesses.

Nesse cenário, impunham-se mudanças. Instituições como a Associação Comercial e a Ordem dos Advogados do DF desde cedo se destacaram como fóruns especiais para a promoção do debate em torno da autonomia política. Na OAB-DF, o tema chegou a integrar uma das 24 metas básicas do então candidato à presidência da entidade, o advogado

Maurício Corrêa, posteriormente senador e hoje Ministro da Justiça do governo Itamar Franco.

Em seu discurso de posse, ele foi muito claro: "A população quer mesmo e participar ou pelo menos se igualar, sob pena de perpetuação de frequente iniquidade, aos Territórios Federais, contando também com uma representação através da qual os temas do interesse dos habitantes pudessem ser defendidos".

No final dos anos 70 e começo dos 80, o debate em torno da emancipação política ganhava espaço e adeptos. Em debate na Associação Comercial, em abril de 1978, o senador Nelson Carneiro indagava com a veemência que o consagrou como um dos nossos grandes tribunos: "Que brasileiros são esses, que não são chamados a intervir em nenhum pleito, e que, proscriam-se por uma legislação que os anos envelhece, crescem condenados ao silêncio, sem votar e sem poder ser votados?"

As emendas constitucionais para reparar essa omissão foram numerosas e com objetivos distintos. Senadores como Epiácio Cafeteira, Mário Maia e outros ingressaram com proposições que, no final das contas, acabaram arquivadas. Poucas, no entanto, tiveram o papel de

fomentar tanto a opinião pública local e nacional como a Emenda Constitucional n.º 14, do senador Cattete Pinheiro.

Em defesa de sua idéia, Cattete Pinheiro lembrava que "a falta de um representante do DF no Senado revela-se inconveniente e atentatória aos legítimos direitos da comunidade local, ferindo os princípios básicos que a Constituição consagra no que tange às garantias do cidadão e às normas do equilíbrio do sistema federativo".

Não lhe faltaram apoios significativos, de representantes da Arena e do MDB, como o do senador Jarbas Passarinho e Agenor Maria, do MDB do Rio Grande do Norte, que questionou o fato de Brasília dispor de mais de 10% do eleitorado nacional e, mesmo contando já com mais de um milhão de habitantes, ficasse desservi-do sua representação.

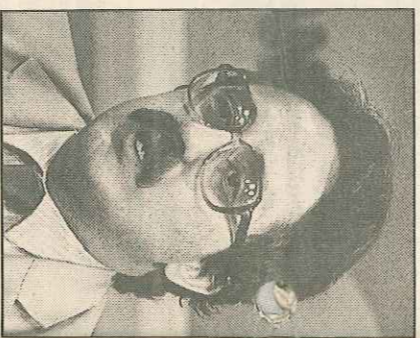
Ao rebater, em nome da liberdade do MDB, o parecer contrário do relator à emenda, senador Heitor Dias, de que Juscelino Kubitschek seria contrário à representação política para o DF, o senador Itamar Franco permitiu-se contra atacar com ironia: "Só se, aqui, se trata de outro fundador, porque o grande Juscelino Kubitschek jamais deixou de defender, nesse País, a repre-

sentação popular, e não creio que ele não a defendesse para Brasília".

Essa, como outras emendas, não passaram. Essa e outras frustrações levariam o então jornalista Pompeu de Souza, investido na presidência da Associação Brasileira de Imprensa, a desabaçar: "Por que esse documento, título máximo da cidadania brasileira, passou a ser um papel lúcho inútil, sem sentido e sem significação, servindo apenas para trabalhos entadonhos da burocracia, permanecendo virgem e imaculado?"

O próprio Presidente eleito Tacerdo Neves, que protagonizou um dos mais dramáticos episódios contemporâneos da política brasileira, expressou sua opinião sobre a questão: "Já convivi com pessoas cassadas; no entanto, conheço apenas um caso de cidade cassada — Brasília". A Emenda Constitucional n.º 25, de 1985, restaurou a representação política do DF no Congresso Nacional e, no ano seguinte, a cidade elegeria seus primeiros representantes para a Câmara e para o Senado Federal. Mas foi apenas com a Assembleia Constituinte de 1988 que Brasília, afinal, resgatava o direito de ir às urnas e escolher os primeiros representantes para a Câmara Legislativa.

Humberto Lucena, Mauro Benevides, Epiácio Cafeteira e Aldo Arantes sempre defenderam a autonomia



Sem voto, Brasília não influiu em seu destino

Um equívoco, seguido de boa dose de displicência legislativa, subtraiu à população de Brasília, por mais de duas décadas e meia, o mais sagrado dos direitos da cidadania: o de votar e ser votado. Sequestrou-lhe, em consequência, o poder de moldar democraticamente os rumos da nova capital.

Como observa o advogado Osmar Alves de Melo, um dos primeiros a resgatar a legislação que conferia autonomia política ao Distrito Federal, Brasília era inquestionavelmente uma *urbis*, mas não uma *civitas*. Tinha população, não povo. Nos

muitos anos que durou o civico embate pró-emancipação política da capital, ele não deixou de acenar a quantos quisessem ver com a emenda constitucional n.º 3, de junho de 1961, cujo artigo 2º determinava que o DF teria um prefeito nomeado e uma Câmara eleita pelo povo.

A nomeação do prefeito pelo Presidente da República, conforme estabelecia a Emenda n.º 3, significava um retrocesso político em relação à Emenda de n.º 2, de 1956, em que prefeito e Câmara eram eleitos pelo povo, por sufrágio direto. A

despeito dessa limitação, pelo menos o povo estaria representado tanto no Congresso Nacional — a quem competia a fixação da data das primeiras eleições em nível federal e local, e na Câmara do Distrito Federal.

Foi em consonância com esse espírito que a Lei Orgânica do DF (Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960) estabelecia, no seu artigo 6º, que o Poder Legislativo seria exercido pela Câmara do DF, composta de 20 vereadores eleitos pelo povo, por ocasião das eleições do Congresso Nacional. Tudo muito certo, claro, definido. Mudanças

revertendo esse quadro não tardariam, até porque seriam determinadas pela Revolução de 1964, que passou para o Senado, pela Lei n.º 4.545, de dezembro daquele ano, a competência de legislar para o Distrito Federal. O Distrito Federal perdia, assim, a posição análoga à dos Estados-Membros da União Ficaria, inclusive, em desvantagem em relação aos Territórios Federais, visto que estes elegiam seus representantes à Câmara Federal e ao Senado e seus municípios exerciam o Poder Legislativo através da Câmara de Vereadores.

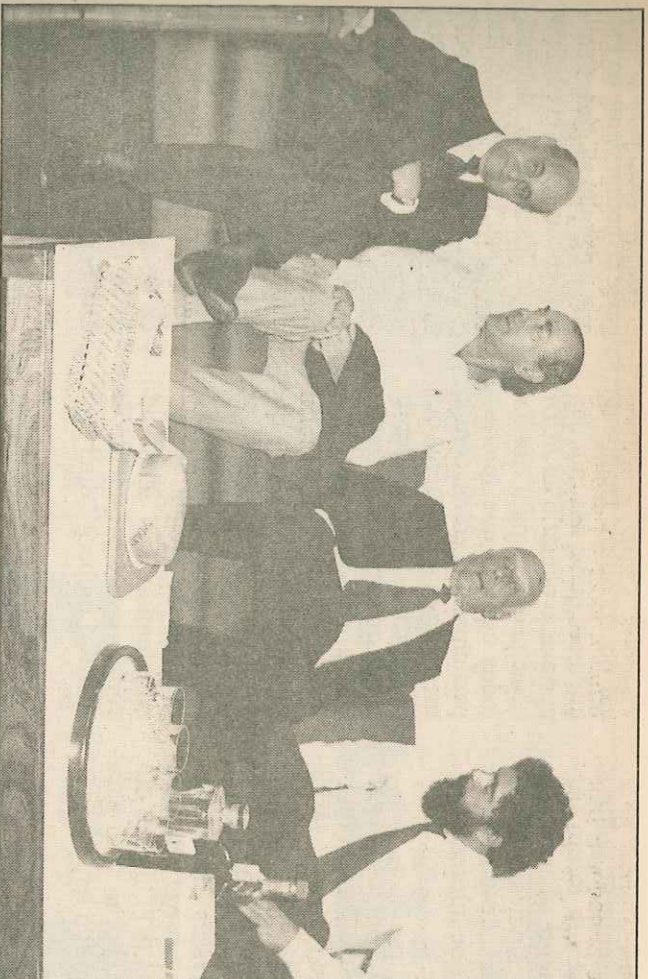
Cla Monteiro

A partir sociedade te, ganha do deputa ro-secretária ficar sua a autor do rança Pt

de ganho 7, quan zou um set cutir os pr goria, de or documenta de Brasília" os anseios em relação Brasília ele gsentantes p da entidade sário Lindb É fato his inúmeras v se da repre ifica para F dida no ple Associação como a pr organiza abçou a c d. Assim, c muniidade.

Em 1983, Tar

A



Em 1993, Tancredo, Brizola Usses e Lula: unidos por Brasília



Aprovada a autonomia, o povo foi pra ruas comemorar

A A luta da ACCDF pelo voto do povo

MAYSA VALÉRIO

Jornalista/da Comunicação Social

de ganhou impulso em 1991, quando a ACCDF realizou um seminário para discutir os problemas da categoria, de onde foi extraído o documento "Proclamação de Brasília", que expressava os anseios da comunidade em relação à proposta de ver Brasília eleger os seus representantes políticos. À frente da entidade estava o empresário Lindberg Aziz Coury.

É fato histórico que, pelas inúmeras vezes em que a tese da representatividade política para Brasília foi defendida no plenário da ACCDF, a Associação passou a constar como a primeira entidade organizada que oficialmente abriu a causa, expressando, assim, os anseios da comunidade. A questão foi te-

A luta pela autonomia política do DF não foi tarefa das mais fáceis. Foi intensa a mobilização para que Brasília tivesse assegurado o seu espaço no cenário político nacional. Longe de ter sido um privilégio concedido pelo Estado, a questão suscitou exaustivos debates na Capital Federal e mobilizou diversos segmentos, dentre os quais se destaca a atuação da Associação Comercial do DF (ACDF), cujas portas sempre estiveram abertas para acolher as forças democráticas que também estivessem dispostas a empunhar essa bandeira.

Lei Orgânica: atuação parlamentar



Claudio Monteiro-PDT

Brasiliense, lembrou que a Polícia Civil, praticamente, teve muitas de suas reivindicações atendidas. Em consequência, sublinhou, "Teremos uma polícia em melhores condições de atender aos anseios da comunidade".

A segurança pública, acrescentou Claudio Monteiro, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. "É exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Fision. Segundo o terceiro-secretário da Câmara Legislativa - que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal - a polícia brasiliense conquistou sua autonomia com a Lei Orgânica: "A conquista acaba com a figura do interm-diário e abre ao mesmo tempo um canal direto com quem tem o poder de decisão, que é, em última palavra, o governador". Segundo o deputado Claudio Monteiro, "promessa feita, dever cumprido. A Lei Orgânica está aí. Agora é arrastar as mangas e buscar, com as forças renovadas, o cumprimento do que está na legislação".



Edimar Pireneus-PP

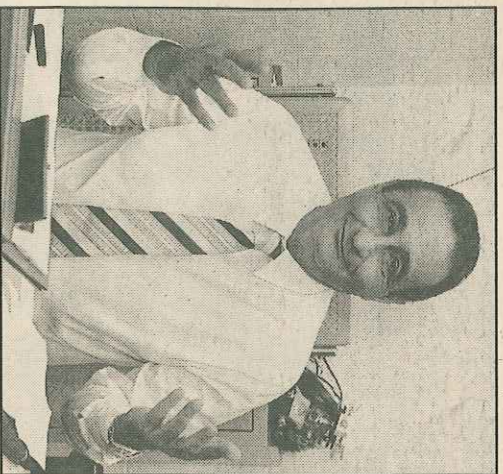
Quem precisar faltar ao trabalho para cobrir a necessidade de assistência a filho, pais ou cônjuge doente, certamente vai se lembrar do deputado Edimar Pireneus. É dele a emenda que garante esse direito a todos os servidores públicos do Distrito Federal, mediante atestado médico da rede oficial, conforme determina o artigo 43 da Lei Orgânica.

Também em decorrência da atuação do deputado Edimar Pireneus, as servidoras gestantes ou lactantes terão proteção especial a partir da promulgação da Lei Orgânica. Sempre que o estado de saúde da gestante ou do nascituro exigir, a servidora terá direito à adequação ou mudança temporária de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos, salários ou vantagens.

A preocupação com os direitos dos cidadãos resultou em outras medidas importantes aprovadas na LO, como a gratuidade da expedição da cédula de identidade, a proibição de qualquer tipo de discriminação contra funcionários em litígio contra órgãos públicos etc.

O ordenamento do território e a rigorosa preservação ambiental também foram determinados pelo deputado. Além dos cidadãos com o patrimônio natural, Pireneus incluiu o artigo 34, que garante educação integral para a população rural, através de um novo modelo de ensino.

A partir da promulgação da Lei Orgânica, a sociedade do Distrito Federal, indistintamente, ganha mais segurança. Esta é a avaliação do deputado Claudio Monteiro (PDT), terceiro-secretário da Câmara Legislativa. Ao justificar sua declaração, o parlamentar pedetista, autor do texto original do capítulo de Segurança Pública incorporado à Constituição



Lindenberg Aziz Cury

bre a representação política, tornando-se um fórum permanentemente aberto a palestras de sindicalistas, representantes de partidos e quem mais se interessar pelo tema.

Em 1981, convidados pela diretoria, compareceram a ACDF presidentes de vários partidos para um grande debate. Dentre eles estavam Tancredo Neves (Partido Popular), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Lula (PT), dentre outros. O direito ao voto para Brasília virou o tema princi-

pal do encontro. Diante do interesse que o assunto despertava, o plenário da ACDF ficou pequeno para abrigar todos aqueles que queriam participar. Foi então, conforme relembra Lindberg, que os organizadores decidiram ocupar a sacada da Associação, o que acabou por transformar o evento em um grande comício.

Tal ousadia acabou por atrair ao local mais de 300 homens da Polícia Militar, culminando com sérias advertências ao presidente da ACDF, Lindberg Cury, por

parte do comandante da PM, que alegando as graves consequências que o evento poderia desencadear, determinou o seu imediato encerramento. Mas antes mesmo que isso acontecesse, a praça já estava cercada e só não houve confronto porque o comando da PM ouviu as ponderações dos empresários e políticos presentes de que aquela pressão militar seria inconveniente para o próprio governo. Só em 1985 a representação política foi aprovada. "A vitória foi de todos nós" — afirmou Lindberg.

Saga e Cidadania

CARLOS MICHILES

Professor da Fundação Getúlio Vargas

vontade da sociedade civil, a população do DF se via casada duplamente. Como disse Tancredo Neves, certa vez, "conhecia cidadãos cassados. Cidade cassada só conhecia Brasília". E era isto exatamente que nos dava a condição inferiorizada de brasilidade. Com a democracia e a luta que lhe antecedeu, nos sentimos recuperados desta meia-brasilidade.

No fim dos anos setenta, quando se inicia o período de redemocratização do País, os movimentos populares que se confinavam nos limites do território universitário, começa a expandir-se e ocupar espaços até então fechados pelo regime autoritário. Iniciava-se a história das conquistas básicas de uma sociedade democrática: as eleições diretas; habeas-corpus; liberdade individual; liberdade de imprensa; liberdade de associação; fim do Decreto-lei 477 e do AI-5. Começava a aparecer junto a um segmento de vanguarda (estudantes, professores, intelectuais, etc) uma vontade indistigável de participação e ir à força pela organização de movimentos representativos que recuperassem os tempos perdidos no período autoritário. Lembro que, em 1977, num clima quase clandestino, lançávamos o Manifesto de criação do Setor Jovem do MDB-DF, concomitante, à criação do Comitê pró-representação política do DF. Na ocasião, uma utopia povoava os pensamentos daquelas pessoas que lutavam, sob ameaças da ditadura, por uma cidade que pudesse dispor de seus mecanismos legítimos de representação política. No mesmo contexto, um ano depois, lançávamos a formação do pri-

meiro Comitê pela Anistia aos presos políticos, no Auditório da Associação Comercial cercado por policiais civis e militares montados a cavalo, intimidando a embriônica liberdade de manifestação.

A democracia superou os desmandos do autoritarismo. O povo venceu

Como presidente do MDB-Jovem li o manifesto de lançamento do Comitê pró-representação política do DF que, visto hoje parece uma conquista neolítica da democracia mas que continua tendo sua relativa atualidade. Dizia o manifesto: "Uma cidade assim não pode se manter à parte e segregada de participação social e política. É imprescindível providências que criem mecanismos institucionais que facilitem as reivindicações desta população (...) uma luta incessante por representação popular na Câmara e no Senado, o que

nos possibilitará um canal de participação através da qual poderemos, legitimamente, defender nossos interesses (...) não tendo o direito de votar e nem ser votado, o que por si consiste num ultraje ao direito de todo cidadão".

Hoje, decorridos mais de uma década e meia, passamos pelo exercício democrático de 1986, eleições para senadores e deputados federais) e 1990 (eleições para Governador e Deputados) com a implantação da Câmara Legislativa cuja história é preciso recuperar para que não se descaracterize que sua conquista é um singelo fruto da democracia. E que sua ameaça, estará também ameaçada a própria democracia. Já se disse que Brasília

produto de uma convergência plural de idéias na medida que foi planejada por um liberal de centro-esquerda (Lúcio Costa), desenhada por um comunista (Niemeier), construída por um desenvolvedor (Kubitschek) e consolidada sob uma ditadura. Entretanto, como testemunha a história, a democracia representativa no DF não foi outorgada por nenhum gênio, muito menos por um Príncipe maquiavélico, mas sim pela exigência de um povo que, plural em suas origens regionais, construiu a democracia eleitoral da cidade que agora precisa cuidá-la, valorizando suas instituições, sob pena de sofrerem um colapso.

Enfim, a democracia superou os desafios colocados pelo autoritarismo. Mas, de que meios eficazes dispõe para superar os mesmos desafios e problemas que deram origem ao autoritarismo? Como disse N. Bobbio: "Agora que já não temos bárbaros, que será de nós sem bárbaros?"

De acordo com o empresário Lindberg Aziz Cury, a Associação Comercial do DF decidiu-se por abraçar a causa da emancipação política para Brasília a partir da constatação de que já se transformara num incômodo o fato de os governadores indicados para a cidade serem sempre pessoas de outros estados, sem nenhuma identificação com a Capital Federal. A Associação, entidade representativa do segmento econômico local, entendia que já era chegado o momento de os brasilienses terem um governador sintetizado com os propósitos de crescimento do Distrito Federal.

A partir da divulgação do documento "Proclamação de Brasília", que sinalizava para a necessidade de autonomia política, ficou claro que a determinação da ACDF não cessaria enquanto a batalha não fosse vencida, já que a euforia havia tomado conta da população. A partir de então Brasília não mais pôde conviver pacificamente com a ideia de viver marginalizada politicamente. Ganhou consenso entre o empresariado local e as demais forças democráticas a proposta de "libertar" Brasília.

O então presidente da ACDF conta que chegou a ser advertido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) por diversas vezes, para que não provocasse o debate de assunto tão "perigoso". Mas, vislumbrando a vocação política de Brasília e indiferente às ameaças das elites que não admitiam essa "subversão", a ACDF continuou ocupando o seu

Não são muitos os caminhos de construção de uma sociedade democrática. Aos poucos, a população foi dando forma e estilo ao jeito de viver em Brasília. Poder-se-ia até inovar nos aspectos arquitetônicos e originar um sotaque peculiar na linguagem candanga mas, jamaiz, inovar no sentido da formulação de valores democráticos de sua organização político e social. Afinal, democracia, desde os primórdios na ágora ateniense, só comporta uma forma que é a determinação do mecanismo de participação da população nas decisões do governo. Esta pode ser direta ou representativa. Além disso, é matéria para a metafísica.

Quando, em 1977, um grupo de militantes oriundos do MDB, guarda-chuva conjuntural de abrigo de todas as correntes políticas impedidas de se manifestar para além da dicotomia MDB-ARENA, se organizou para fundar o primeiro "Comitê pró-representação política do DF", estava alçada a bandeira elementar da democracia representativa.

Naquela época éramos órfãos da democracia e objeto do preconceito político de um segmento da população que julgava desnecessário eleições para governador e deputados numa cidade destinada a ser a capital da República. Uma população formada de migrantes de outras regiões do País, suas raízes e identidades provinham de outras origens. Por isso, enquanto nos municípios, cidades e capitais do Brasil crescia o movimento popular por eleições diretas, surgindo entidades e sindicatos representativos da

Desde o início
cesso de elab
sua importan
ral. Na condiç
Urbana e Rur
propostas, res
comunitárias,
assessores do
Por conside
divulgar e es
aprovado na C
pessoas que t
ro de 1992, p
participação o
silla, técnicos

ento popul
publicação de
Urbana e Rur
mento para 2
Distrito Feder
Apesar de 2 e
pols consegu
a prevalência
do interesse p
popular em t
criado a ofert
manutenção
tamos por pr
seu desenvolvi
cial, buscan
ao campo.

O deputado
Comissão de
ração da Lei
Naves relatou
Disposições
tunidade de
lênico.
Na avaliação
rias que ma
concede a h
Tribunal de
garantir a t
Federal (O)
sua atuação
cimento).
Retirando-
do a respons
bom desem
bilha, o qu
tranquilidade
ligadas dire
Militar no I
assistência j
garantia de l
sito, definiçã
de tráfego e,
dos mesmos
benefício est

—Lei Orgânica: atuação parlamentar—



Eurípedes Camargo
PT

Desde o início, participamos intensamente do processo de elaboração da Lei Orgânica, conscientes da sua importância para a população do Distrito Federal. Na condição de membro da Comissão de Política Urbana e Rural, publicamos um caderno com nossas propostas, resultado de discussões com associações comunitárias, pesquisadores, técnicos, deputados e assessores dos gabinetes petistas.

Por considerarmos de fundamental importância divulgar e estimular o debate, tão logo o texto foi aprovado na Comissão, remetemos cópias a diversas pessoas que trabalham e atuam na área. Em fevereiro de 1992, promovemos um ciclo de debates com a participação de professores da Universidade de Brasília, técnicos do governo, representantes do movimento popular e parlamentares. Isso resultou na publicação de um outro caderno — As Questões Urbana e Rural na Lei Orgânica, importante documento para a memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A pesar de algumas derrotas, o saldo foi positivo, pois conseguimos aprovar propostas básicas, como a prevalência do interesse coletivo sobre individual, do interesse público sobre o privado, a participação popular em todo o processo do Plano Diretor, o solo criado, a oferta de lotes com infra-estrutura básica, a manutenção das terras públicas rurais. Enfim, lutamos por propostas que contribuíam para um desenvolvimento urbano e rural com mais justiça social, buscando viabilizar, a todos, o direito à cidade e ao campo.



Fernando Naves
PP

O deputado Fernando Naves (PP) foi Secretário da Comissão de Sistematização no processo de elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Coube a Naves relatar os títulos das Disposições Gerais e Disposições Transitórias. Neste trabalho teve a oportunidade de analisar várias matérias de cunho político.

Na avaliação do deputado Naves, umas das matérias que mais causou alvoroço na CUDF foi a que concede a independência ao Ministério Público do Tribunal de Contas do DF. Neste capítulo, Naves garantiu a total independência, inclusive, permitindo a eleição direta para Procurador Geral do Distrito Federal (O TCOF homenageou o parlamentar por sua atuação, concedendo-lhe uma placa de agradecimento).

Referindo-se aos demais títulos, coube ao deputado a responsabilidade de garantir condições para um bom desempenho das atividades de segurança pública, o que proporciona melhores condições de tranquilidade ao cidadão brasileiro. Nas conquistas ligadas diretamente à Polícia Militar e Bombeiro Militar no DF, defendidas por Naves, ressalta-se: assistência jurídica aos integrantes da PM e BM, garantia de helicóptero para patrulhamento de trânsito, definição de competência para o policiamento de tráfego e, por último, a garantia aos aposentados dos mesmos vencimentos que recebe na ativa, este benefício estende-se às pensionistas.

David Fleischer, cientista político da UnB, afirma que a luta pela autonomia política criou uma geração de políticos progressistas.

Brasília respira política

Maria Félix

Da Comunicação Social

Brasília extrapolou todas as previsões. Criada para ter cerca de 500 mil habitantes no ano

2000 e ser somente a capital administrativa do País, sem universidades, operários e representação política, a cidade hoje, aos 33 anos de idade, abriga 1 milhão e 800 mil pessoas, tem um dos eleitorados mais politizados do Brasil e seus políticos possuem um perfil progressista.

Ironia do destino? Nêntanto, responde o cientista político David Fleischer, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ao lembrar que a lei que autorizou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília previa autonomia política já que a região do Distrito Federal, naquela época no RJ, tinha sua representatividade.

Mas essa autonomia só veio depois de longos 30 anos, após uma luta árdua, longa e complexa, favorecendo o amadurecimento da sociedade e criando uma geração de políticos "mais ou menos progressista", na visão de Fleischer.

O cientista político faz outras revelações nesta entrevista, concedida na Associação dos Docentes da UnB (Adunb), poucas horas antes de um encontro de candidatos a Reitor da universidade. Ele vem assessorando a UnB politicamente nos processos eleitorais para a escolha de Reitor. Professor da UnB há 21 anos, Fleischer acompanha de perto a vida política da cidade e fala com conhecimento de causa que há uma certa rebeldia em Brasília, iniciada há muitos anos com a luta pela sua independência e autonomia política.

1 — Ao seu ver, Brasília nasceu mesmo com a concepção de ser apenas uma unidade administrativa do País? Ou existe uma outra história?
R — Sim, ela nasceu com



presidentes da República sempre pensaram nessa questão, isto é, a de puxar o desenvolvimento para o lado mais atrofado, no caso do Brasil, o Centro-Oeste, favorecendo a interiorização. O Rio de Janeiro sempre foi vulnerável a assalto naval e a questão da transferência ficava cada vez mais clara.

2 — Mas como seria essa região administrativa, no Planalto Central?

R — Os governantes queriam proibir a vinda de muitos operários para cá, não queriam universidades e nem "gaiola de ouro" (Câmara de Vereadores). Esse era um medo natural na época. Muitos presidentes da República tiveram problemas no Rio de Janeiro. O Getúlio Vargas, por exemplo, demitiu o prefeito do RJ, Pedro Ernesto, nos anos 30, quando o mesmo se aproximou de Luís Carlos Prestes.

A Universidade de Brasília só nasceu porque alguns assessores do então presidente Juscelino Kubitschek disseram a ele que um dos presidentes dos Estados Unidos, no caso Thomas Jefferson, queria ser conhecido depois de morto como fundador da Universidade de Virgínia. Colocaram na cabeça de Juscelino que seria muito bom ele entrar para a história como fundador da Universidade de Brasília.

3 — E a autonomia política de Brasília foi conseguida com muita luta ou ela veio naturalmente com o processo de redemocratização do País?

R — Ela veio com muita luta, principalmente a dos empresários, mas só se concretizou porque o País se redemocratizou a partir de 1985 e com a convocação da Constituinte abriu-se uma brecha para o Distrito Federal ter representação a nível de Câmara e de Senado. Mas foi em 1991 que a cidade conquistou maior autonomia com a posse do governador eleito e dos deputados

a concepção de ser apenas uma cidade administrativa. Mas a lei que autorizou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília previa autonomia política aqui, já que a região do DF, no RJ, tinha sua representatividade e como se tratava de uma transferência... Só que as autoridades não deram bola para isso, uma vez que queriam aqui somente a cidade administrativa, sem os conflitos de outras capi-

distritais. As entidades que mais lutaram para a existência dessa autonomia foram a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit), Universidade de Brasília, sindicatos, além dos empresários de um modo geral. Taguatinga lutou muito porque a cidade-satélite possuía uma receita capaz de se auto-sustentar.

4 — Então a autonomia política está intimamente ligada à autonomia financeira?

R — De certa forma sim. As cidades que possuem uma receita superior às demais, mas não têm meios

R — Representa a liberdade da população em saber que está sendo governada por uma pessoa que ela eleger e não por um militar de plantão. Mas não ficamos livres totalmente do estigma do militarismo. A Polícia Militar continua fazendo das suas. E, por isso, de vez em quando há uma recaída em termos dessa conquista da autonomia. Hája visto a recente Lei Seca imposta pelo secretário de Segurança Pública, proibindo o consumo de bebidas alcoólicas na

Agroviola São Sebastião. Aliás, é bom lembrar que o nome não é Lei Seca e sim



Arquivo/F. Tolentino

As pessoas conhecem os políticos em carne e osso.

Portaria Seca, já que agora são os deputados que criam as leis do DF.

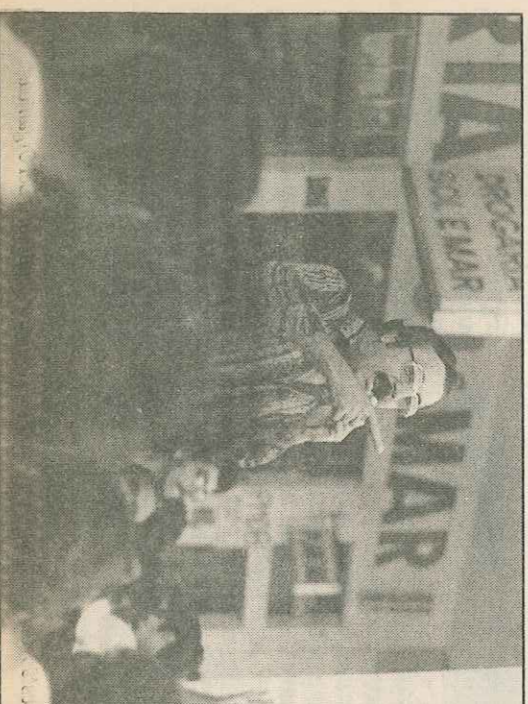
6 — Quer dizer que essa autonomia política da cidade ainda não se firmou completamente?

R — Ela já se firmou em parte e acredito que será testada em 1994, com as próximas eleições. Neste momento, nós estamos tendo sorte já que o governador Joaquim Roriz é um tocador de obras e um político muito hábil. Ele negociou a greve dos rodoviários em uma noite. Na época dos militares já presenciávamos greves longas, com muita violência e

Mas há ainda muita gente manipulável. A lei que autorizou a transferência

5 — O que esta autonomia política representa hoje para a cidade?

da capital do RJ para Brasília previa a autonomia política."



Arquivo/F. Tolentino

"A cidade vive e respira política 24 horas diárias."



Arquivo/F. Tolentino

quebra-quebra. O Roriz não preparou ninguém para ser seu sucessor. Portanto, essa autonomia conquistada será testada em 94 e espero que não haja recadas.

7 — Brasília continua sendo uma cidade atípica, mesmo tendo autonomia?

R — Continuará sempre atípica, mesmo possuindo representatividade ampla igual às demais cidades. O seu formato é atípico, há uma segregação horizontal. Todo o pessoal de classe média baixa mora hoje na periferia das cidades-satéli-

30 quilômetros. Portanto, Brasília foi feita para ter segurança.

8 — Podemos dizer que já existe uma geração de políticos na cidade?

R — Tem gente que veio para cá com seis anos e hoje está com 36 anos. Este é o caso da UnB, que já formou sua primeira geração de alunos no final dos anos 70. Já alcançamos a nossa geração, mas a política não. A Câmara Federal já abrigou deputados com pouco mais de 20 anos. Mas a Câmara Legislativa não tem político com idade abaixo dos 34

Arquivo/F. Tolentino



tes e é isolado por um cinturão verde. E a periferia de Brasília representa hoje 2/3 dos votos dos eleitores. No Rio e em São Paulo isso não acontece. Por exemplo, se essa população quiser invadir o Plano Piloto, o governo apenas corta qualquer sistema de transporte e ela terá que caminhar pelo menos

anos. Esse pessoal não teve oportunidade antes de entrar na política e agora é que está começando. Acredito que nos próximos anos haverá políticos locais mais jovens, assim como em outros estados cujos representantes começam cedo na vida política, como Verador e chegaram a governador.

9 — Como é o perfil do político brasileiro?

R — Mais ou menos progressista. Não existe nenhum radicalmente reacionário. Há basicamente dois tipos de político em Brasília. O progressista de fachada e o progressista real. O primeiro quer incrementar o progresso, oferecer, mais serviços, construir casas populares e gerar mais empregos, mas é contra eleições diretas para administração das cidades-satélites, diretor de escolas, hospitais, etc. O segundo defende tudo isso, isto é, o desenvolvimento e também maior representatividade popular nos destinos da cidade. Ambos, porém, com uma boa dose de populismo.

10 — A população é mais politizada do que a de outros estados?

R — É. O Lula ganhou eleições presidenciais duas vezes aqui em Brasília e somente aqui, no primeiro e no segundo turno. A cidade vive e respira política 24 horas diárias. As pessoas conhecem os políticos em carne e osso. Há ainda muita gente manipulável na periferia, que troca seu voto por um telhado novo de madeira. Brasília tem a maior renda per capita do País, não tem poluição do ar, nem níveis muito altos de violência e é altamente politizada, exigindo maior atenção por parte dos políticos.

11 — Já existe uma maturidade política cidade, embora, a maioria de sua população tenha votado pela primeira vez?

R — Só vamos alcançar a maturidade plena quando tivermos a municipalização, com a escolha de prefeitos, de uma Câmara de Vereadores e de uma Assembleia Legislativa. Por enquanto, temos uma autonomia política parcial. Essa questão da municipalização vai ser testada nas próximas eleições. Os políticos vão ter que mostrar a cara, principalmente durante a revisão constitucional, que começa em outubro deste ano. A não ser que joguem essa revisão para 1995, para depois das eleições. Se isso não acontecer, os políticos da cidade terão que se posicionarem contra ou a favor da municipalização, um assunto polêmico que renderá muito pano para manga. Pesquisas já apontaram que a população quer autonomia ampla geral e irrestrita. Quem viver verá.

ua de ve gu so sid ca. O Distrito como órgão nado Federalmente Distrito Federal por senador tras unida Nem no Senado para dos representantes povo de Brasília. Há pouca sim. De 1990, silense deputado 1990, não nem governa via uma C local. Que eleitor no foi às urnas eleições 60, que Henrique deu no Brasil aqui, e 1962, parte mente no Isso, é clara tinham 18 que fizera só votaram lia era ape Palácio do

Nos tentos governos se falava e apresentação Distrito Federal sentido, F mais impo ter, na cl na legalid

Gerald Magela

A inclusão Magela, Trabalho da ação j trabalhada verdade poem a C diam os d Magela

O DF era apenas o quintal do Poder

A luta pela representação política de Brasília ganhou força com a criação do Centro Brasil Democrático. Logo depois foi fundado o Comitê pelo Voto no Distrito Federal

Hélio Marcos Doyle

Professor da Faculdade de Comunicação da UnB

Quase dois milhões de brasileiros governados por alguém escolhido pessoalmente pelo presidente da República. O Distrito Federal tendo como órgão legislativo o Senado Federal, mais especificamente uma comissão do Distrito Federal composta por senadores eleitos em outras unidades da Federação. Nem no Senado, nem na Câmara dos Deputados, um só representante escolhido pelo povo de Brasília.

Há pouco tempo, era assim. De 1960 a 1986, o brasileiro não elegeu um só deputado ou senador. Até 1990, não elegeu prefeito nem governador, e não havia uma Câmara Legislativa local. Quem tinha título de eleitor no Distrito Federal só foi às urnas duas vezes: nas eleições presidenciais de 60, quando o marechal Henrique Teixeira Lott perdeu no Brasil, mas ganhou aqui, e no plebiscito de 1962, para votar maciçamente no presidencialismo. Isso, é claro, para os que já tinham 18 anos na época. Os que fizeram 18 anos depois só votaram em 1986. Brasília era apenas um quintal do Palácio do Planalto.

Nos tempos mais duros dos governos militares, não se falava em autonomia e representação política para o Distrito Federal. Nem teria sentido, pois havia coisas mais importantes a combater, na clandestinidade ou na legalidade ilegítima. O

presidente da República era indicado pelo alto comando do Exército e homologado pela maioria do Congresso que se submetia servilmente. Os governadores dos estados e territórios eram nomeados pelo presidente geral. A repressão e a violência falavam mais alto.

A política de "distensão lenta, gradual e segura" do general Ernesto Geisel possibilitou abrir o debate, muito tímido no início, sobre as eleições em Brasília. As conversas começaram por volta de 1977-1978. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal havia sido ocupavam desde 1964 e iniciado uma nova fase na luta sindical em Brasília. As oposições sindicais cresciam e ameaçavam os outros pelé- gos, e foram criadas novas

associações pré-sindicais que articulavam militantes identificados com a luta pela democracia. Surgiu a Frente Intersindical.

O AI-5 foi extinto em 1978. A anistia veio em 1979. Começaram as articulações para a formação de novos partidos e no Rio foi criado o Cebrade (Centro Brasil Democrático), uma entidade de luta pela democracia, presidida por Oscar Niemeyer. A seção de Brasília foi logo constituída no auditório da Associação Comercial do Distrito Federal.

A luta pela representação política no Distrito Federal ganhou força. O Cebrade-DF definiu como sua principal bandeira o direito de voto para os brasilienses. Os sindicatos, inclusive alguns que ainda se mantinham sob o peléguis-

mo, comprometeram-se com a luta. As seções do DF da Associação Brasileira de Imprensa, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Arquitetos do Brasil participaram ativamente.

Militantes do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil que se abrigavam no PMDB, os antigos emedebistas, os que tentavam restaurar a histórica legenda do Partido Trabalhista Brasileiro e os que apostavam em um caminho novo, o do Partido dos Trabalhadores, uniram-se em torno do objetivo comum. A Associação Comercial aderiu. E assim foi fundado o Comitê pelo Voto no Distrito Federal.

Não foi uma luta tranquila. Ainda havia governo militar, legislação repressiva,

enfim, ditadura. Basta um exemplo: o Comitê pelo Voto resolveu realizar um ato público, com os presidentes de todos os partidos do campo democrático - os que lutavam pelo fim do regime militar. O palanque era a sacada da Associação Comercial, no Setor Comercial Sul, e lá estavam Ulysses Guimarães (PMDB), Tancredo Neves (do antigo PP), Lula (PT), e Brizola (PDT). Pois a Polícia Militar cercou o local, montou enorme aparato bélico, convocou cachorros e cavalos, apenas para reprimir uma manifestação pacífica em favor do direito de voto dos brasilienses.

Não foi fácil acabar com a ditadura, embora o que veio depois não tenha sido o que esperávamos. Não foi fácil também conseguir a autonomia e a representação política do Distrito Federal - que guarda todos os defeitos e problemas do tipo de democracia em que o poder econômico prevalece e grande parcela da população vive à margem dos direitos mínimos da pessoa humana. De qualquer modo, melhor assim do que como antes.

Agora é hora de garantir o que foi conquistado e avançar em busca de novos mecanismos que assegurem uma maior participação do povo no governo, da quadra e da vila ao Buriti e à Câmara. Também não é nada fácil, mas, apesar de tudo, ainda podemos melhorar nossa democracia incompleta e claudicante.

Lei Orgânica: atuação parlamentar



Gerardo Magela-PT

A inclusão do deputado distrital Gerardo Magela, como representante do Partido dos Trabalhadores, na Comissão de Sistematização da Lei Orgânica foi conseguida por força de ação judicial. Este fato permitiu que os trabalhadores legislativos refletissem a diversidade de opinião dos partidos que compõem a Câmara, ao contrário do que pretendiam os deputados governistas.

Magela se empenhou para que a Lei Orgânica

nica tramitasse o mais rápido possível. Como responsável pela redação do texto, cumpriu rigorosamente o prazo determinado.

"Infelizmente, propostas progressistas foram rejeitadas pelos governistas, como a da eleição direta para administrador regional, desviada pela grande maioria da população e defendida pela bancada do PT", comenta Magela.

Por outro lado, o esforço do PT em fazer constar na Lei Orgânica o regime de concessão de uso para as terras públicas rurais não obteve êxito. No entanto, a privatização também não passou por falta de votos suficientes o que foi uma vitória dos progressistas. A atuação do deputado Gerardo Magela pautou-se pelo acolhimento de reivindicações da comunidade, tendo defendido propostas nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Transportes, Serviços Públicos, etc.



Gilson Araújo-PP

Com a promulgação da Lei Orgânica, o deputado Gilson Araújo destaca que a sociedade brasileira se saiu vitoriosa na elaboração do projeto. Segundo o deputado, que foi presidente da Comissão da Política Urbana e Rural, o Distrito Federal, na sua função de estado e município, fica seguramente fortalecido com a Lei Orgânica. "Foi a nossa maior vitória política", observou Gilson Araújo.

Grande defensor da questão da terra no

Distrito Federal, o deputado Gilson Araújo afirma que a Lei Orgânica será um elo democrático entre a sociedade e a administração pública. Na elaboração da Lei Orgânica, o deputado Gilson Araújo procurou sempre inserir no texto o acesso do cidadão à saúde, habitação, transporte e outros benefícios de dever do Estado, principalmente no que trata do uso do solo.

Na concepção do deputado Gilson Araújo, a promulgação da Lei Orgânica é uma missão histórica. "O Distrito Federal e a população estão caminhando num só sentido em busca do bem-estar", destacou o deputado ressaltando o princípio cristão do "vim para servir e não para ser servido". Gilson Araújo espera que a Lei Orgânica tenha grande eficácia e melhore a qualidade de vida de cada cidadão, no momento tão angustiante com a crise no País. Otimista na mudança desse quadro, Gilson Araújo pretende agora apresentar novos projetos para fortalecer a Lei Orgânica.

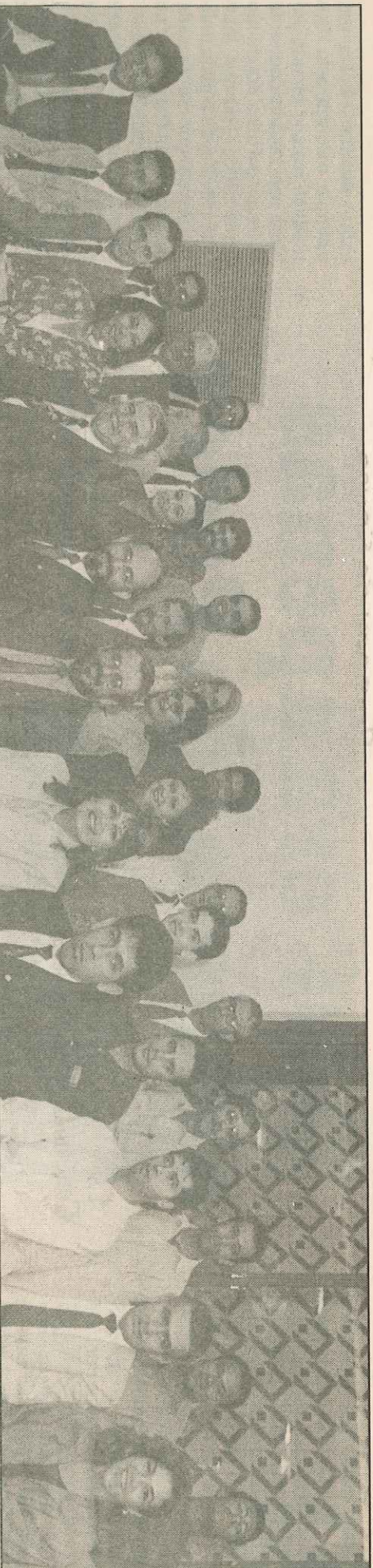


Foto tirada em outubro de 92, quando a Sistematização entregou o projeto de Lei Orgânica para a votação em Plenário no 1º turno

Os candangos da Lei Orgânica

Sair da rotina para os operários da Lei Orgânica foi conferir as 49 mil assinaturas das 26 emendas populares apresentadas ao projeto na sua primeira etapa de elaboração e discussão

Eduardo Balduino

Assessor de Imprensa da Lei Orgânica do DF

Em meio a tantas outras polémicas, o Plenário da Lei Orgânica do Distrito Federal enfrentou, na votação do primeiro turno, impasse que obstruiu o trâmite do projeto por dois dias. Cansados todos, as sessões foram suspensas, e a discussão foi levada às assessorias. Paulo Waislos, Antônio Almeida, Lima e Tales, técnicos servindo a diferentes ideologias, tal e qual o próprio Plenário, em 15 minutos chegaram a uma redação consensual, votada e aprovada até a Redação Final da Lei. Aqui, esses operários da construção da primeira Lei Orgânica de Brasília são mais felizes que os pedões de obra que levaram os primeiros prédios residenciais da nova Capital Federal. Estes não moram nos apartamentos que tiraram das plantas dos geniais arquitetos: aqueles serão projetados, e até mesmo fiscalizados, pela Lei que ajudaram os legisladores a escrever.

A Lei Orgânica formou um corpo técnico-legislativo de mais alto nível

A peculiaridade da Lei Orgânica do Distrito Federal, de ter sido escrita do nada, a partir de parâmetro nenhum e com plácida ainda pela dúvida de personalidade civil de Brasília - município ou Estado? - transformou a sua elaboração em um laboratório técnico-legislativo que esta formando a sua primeira turma, em todos os níveis. As lições são diversas, por isso mesmo. Ana Paula Lucena Silva destaca uma que mais lhe toca: "Eu pude trabalhar

nesta Lei Orgânica com um parâmetro que foi o de me libertar dos medos de criar o Direito dentro das necessidades locais", ensina ela, completando: "Mas, neste momento, o técnico não pode se sentir o senhor da verdade".

As soluções de impasses como o que abre esta matéria muitas vezes já chegavam às mesas de reuniões das assessorias com parecer da Comissão de Sistematização, a grande relatora geral da Lei Orgânica - o projeto da Lei a cada vez que chegava ao Plenário, vinha, e depois ia, da Sistematização. Aqui, um grupo muito especial de servidor, que não assessores, é quem deu sustentação para todo o processo, desde 2 de agosto de 1991, a este esperado 8 de junho de 1993.

Alexandre Luis Horta Vianna, Sandro Lopes Mendonça, Idúnia da Glória Sudré Dourado e Teresa de Jesus Souza Mariano estão na Sistematização desde o começo - muita gente passou por lá, mas estes ficaram, "por opção", para ver a Lei pronta, se orgulha Alexandre. O começo não foi fácil, lembram Alexandre e Sandro. "Nos seis primeiros meses nós tínhamos que depender de toda a Casa, não tínhamos nada na Comissão, além de uma autonomia que só produzia ciúmes", conta Alexandre.

Edson Domingues tem um boa - "agora" - lembrança destes primeiros tempos da Lei Orgânica. "Ainda na reletoria da Organização dos Poderes,

quando fomos montar o texto, baseados em suas gestões recebidas e nossas próprias, a falta do computador quase que complica a vida. Tivemos de montar em grandes folhas de papel pardo o quadro com colunas de sugestões, para chegar a um texto final; levantamos 15 centímetros de papel com estes quadros".

Na primeira etapa da elaboração da Lei, o trabalho de anotar submetidas era de Sandro, Alexandre e seus companheiros. Só depois, quando o trabalho das comissões de Sistematização é que os computadores chegaram. "Assim mesmo, se não fosse o pessoal do Prodasen, a coisa tinha ficado difícil", ressalta Sandro, responsável pelo computador da Comissão.

A turma da Sistematização pode, algumas vezes, sair da sua rotina de arrumar sala para as reuniões, apontar os lápis, providenciar sanduíches e cafézinho e chamar o pessoal do som e as taquígrafas. Um momento desses durou duas semanas: - As emendas populares - lembra Alexandre. Durante essas duas semanas nós conferimos 49 mil assinaturas de 26 emendas populares. Tínhamos que ver cada título de eleitor, para verificar se era do DF. Você olha pelo dígito, o do DF é 020. Veja bem, 26 emendas foram aceitas, porque se não tinham mais de mil assinaturas, era rejeitada no ato, depois de termos explicado para os interes-

sados a razão da emenda não ser aceita.

A base do trabalho dos operários da Lei Orgânica foi a comunidade e seus anseios. Cada assessor trabalhou os seus distritos e trouxe para o debate que resultou no projeto de Lei os elementos técnicos e ideológicos que a compuseram. "O resultado desta grande salada", afirma Antônio Almeida, "é que a Lei Orgânica deve atender a toda a sociedade". "Foi muito importante para a minha formação jurídica estar numa Casa neste momento, em que está se construindo o Direito como um processo social da comunidade em busca de melhores condições de vida", ilustra Ana Paula.

Este contato com o mundo lá fora, no entanto, não se restringia aos que pediam pelos seus direitos. Paulo Waislos, ao contar casos de lobistas abordando assessores, deixa antever essa outra forma de valorização do seu serviço, "mas não é um lobby dos mais inteligentes. Por mais confiança que nos é depositada, a palavra final nunca é nossa". Ana Paula mostra que "o detentor do processo ideológico é quem tem a decisão: nós damos argumentos para eles criarem, desenvolvendo o seu discurso".

Em Plenário, mais uma vez se espera do desempenho da Comissão de Sistematização. Assessorando a Mesa, Alexandre tem de estar a postos para alimentar argumentos; já que o jogo exige presteza: não pensou rápido, perde.

Se você conseguir falar com todos que trabalharam na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, essa conclusão em comum será constataada: foi uma grande escola para todos. E já tem gente pensando na revisão da Lei, ano que vem. "Temos um corpo técnico da maior qualidade para trabalhar na revisão, formado pelos que participaram da sua elaboração", aponta Antônio Almeida. Edson Domingues concorda, "temos agora um corpo técnico legislativo forte".

Edson pode sintetizar que foi o seu "e de todos que trabalharam nestes dois anos praticamente" - aprendizado com a Lei Orgânica. Como assessor pela primeira vez de um processo legislativo, "tive contato com todos os segmentos da sociedade, tanto diretamente com as pessoas, como com entidades representativas. Assim, conheci um pouquinho das aspirações e da organização desta sociedade. Todos adquirimos este conhecimento". Foram fins de semana, feriados, "sem recesso", lembra Sandro, num "processo histórico" que ainda não terminou", frisa Ana Paula, que teve nessa experiência o seu "mestrado". Ansiosa em meio a sessões que não apresentavam resultados, que eram adiados, Ana Paula Lucena Silva, ao tentar explicar o seu contigian-te desassossego, exprime o que já no fundo do peito de cada operário da Lei Orgânica do Distrito Federal: "É que eu queria que saísse tudo legal..."

Está pronta a população, panhas cor que elegem da Carta, interesses a

A Lei Orgânica principalm reversão de representatividade. Ela se inalterada Pela abra mente e cada parlanados pela seu texto n de grupos, A respor população ser realizada meza as cr de um docu e jamais po Está port cabe aos br to.

A presença dos ideais do deputada Lei Orgânica Mirra Arqum desde a co gem à reali A Lei Org religioso é fe Está pavis mentar para Com a p da também to Federal. mento de e trais em c laborar p por exemp Preocupaa radiológico, onde existi tóxica Jose de exames "Enfm, o b cidadão"

— Lei Orgânica: atuação parlamentar —



Jorge Cauhy-PL

Está pronta a Lei Orgânica e consolidada a independência política do Distrito Federal, nova derrota dos adversários gratuitos de Brasília. Ponto para a população, cuja vontade prevaleceu sobre as campanhas contra a autonomia política do DF. O povo, que elegeu seus representantes na Câmara Legislativa, também participou ativamente da elaboração da Carta, com sugestões concernentes aos reais interesses de Brasília.

A Lei Orgânica do DF, embora passível de críticas, principalmente por aqueles que ainda insistem na reversão das conquistas políticas dos brasilienses, representa significativo avanço em termos de diretrizes. Ela não é perfeita, mas por certo vai manter-se inalterada por muito tempo.

Pela abrangência das questões debatidas cuidadosamente e violadas de acordo com a consistência de cada parlamentar, delineou-se os limites determinados pela Lei. É válido lembrar que não existe em seu texto nenhum dispositivo casuístico, dúbio, ou que possa ser manipulado para satisfazer interesses de grupos, corporações, etc.

A responsabilidade dos que hoje representam a população brasiliense na Câmara Legislativa deve ser realçada, na medida em que rechaçou com firmeza as críticas e pressões desdobadas. A elaboração de um documento de tal magnitude demanda tempo e jamais pode ser concluído a toque de caixa.

Está pronta a Lei Orgânica do Distrito Federal e cabe aos brasilienses o zelo pelo seu fiel cumprimento.



José Edmar-PT

A presença de mecanismos que garantam a defesa dos ideais cristãos e sociais foi a maior preocupação do deputado José Edmar Cordêiro na elaboração da Lei Orgânica. Defendeu, por exemplo, a emenda da Mitra Arquidiocesana que garante o direito à vida desde a concepção, pois o texto original dava margem à realização de abortos.

A Lei Orgânica do DF garante também o ensino religioso facultativo nas escolas da rede pública. Está previsto ainda a criação de um programa alimentar para as populações mais carentes.

Com a promulgação da Lei Orgânica está garantida também a qualidade dos cursos d'água do Distrito Federal. Emenda de José Edmar proíbe o lançamento de esgotos hospitalares, residenciais e industriais em córregos, rios e lagos de Brasília. Isto irá colaborar para reduzir a poluição do Lago Paranoá, por exemplo.

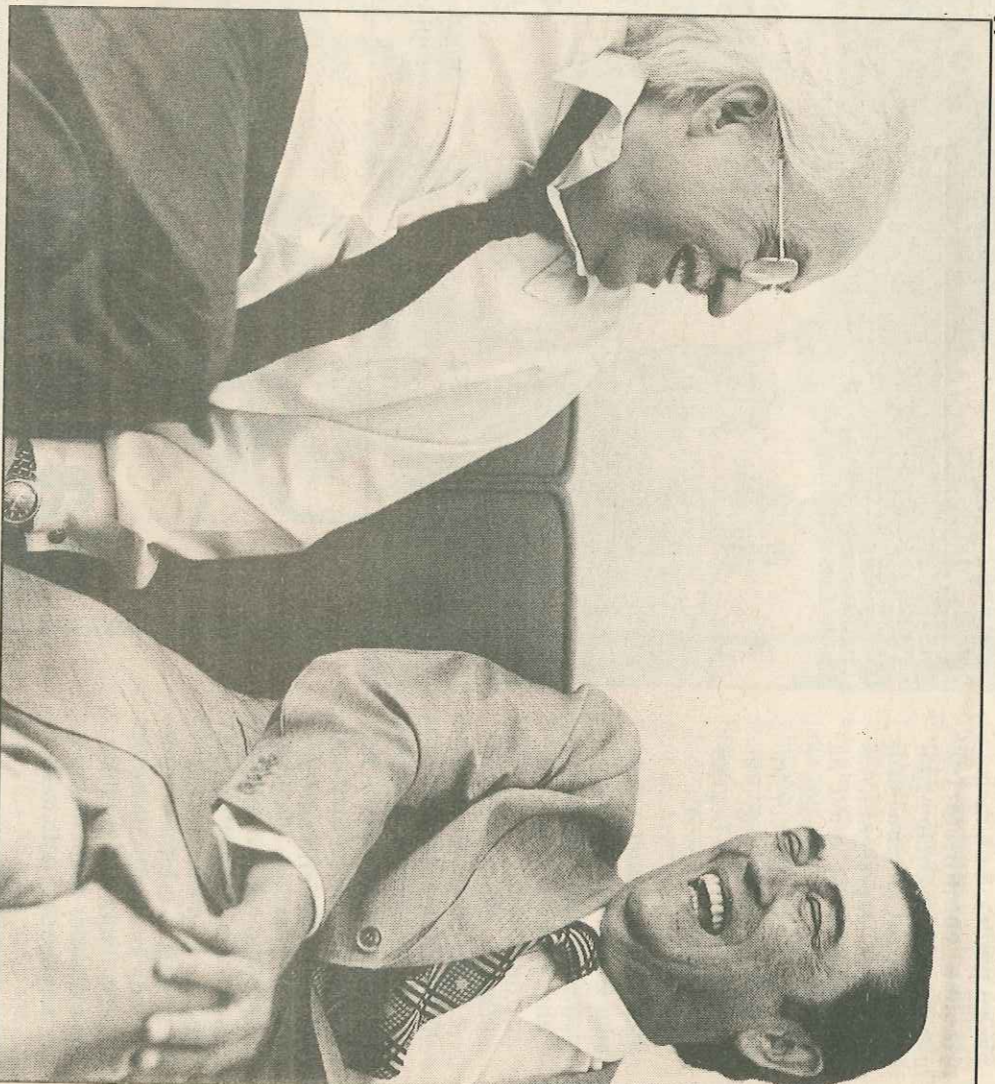
Preocupado com a possibilidade de um acidente radiológico, propôs a implantação de uma unidade de prevenção e atendimento às pessoas e instalações onde existem riscos de emissão radiológica ou tóxica. José Edmar garantiu ainda a obrigatoriedade de exames anuais de vista e audição nas escolas. "Enfim, o brasiliense passará a ser respeitado como cidadão."

Pompeu de Sousa

O pioneiro do voto

INAÊ AMADO

Jornalista/da Coordenadoria de Editoração



JK e Pompeu em '73: sempre em defesa de Brasília

Roberto Pompeu de Sousa Brasil. Pompeu de Sousa, como se assinava e como foi eleito. Jornalista, revolucionou completamente a imprensa brasileira. Político, adotou como bandeira as causas que pareciam impossíveis. Um idealista que não media a vitória pelo tamanho do esforço a ser empreendido mas pela quantidade de sorrisos que poderia provocar. A felicidade foi, sem dúvida, sua maior bandeira.

Pompeu ligou-se à história de Brasília e, especialmente, à luta por sua representação política desde muito antes da inauguração da cidade. Do Rio, amigo de Juscelino, foi o único dos grandes editores de jornais a colocar-se a favor da transferência da capital brasileira para o Plano Central. O Diário Carioca foi defensor infatigável do sonho de JK.

Mas para Pompeu, a cidade nova deveria ser mais que um sonho. Deveria ser a exemplo de cidadania de todo o País. E foi por respeito ao direito de expressão da população do Distrito Federal que lançou, em setembro de 1959, no dia do aniversário do presidente JK, o DC-Brasília. Primeiro jornal a circular na nova capital, o DC-Brasília viveu por cerca de dois anos.

"Brasília quer votar!"

Pompeu permaneceu durante praticamente toda sua vida desvinculado de partidos políticos. Era uma pessoa que não cabia em seu próprio corpo e, portanto, não caberia, jamais, em normas partidárias. Sua sólida atuação política, partia de organizações da sociedade civil. A estruturação da sociedade em entidades representativas, aliás, era uma de suas preocupações. As instâncias formais do quadro político eram pouco para ele.

Foi assim que em 1976 — a pedido dos jornalistas que trabalhavam em Brasília — assumiu a presidência da regional da ABI (Associação Brasileira de Imprensa),

Cargo que transformou em tribuna para a defesa de todos os que se viam às voltas com as perseguições do regime militar.

Nesse momento, em movimentos ainda clandestinos, começava-se a estruturar em Brasília o PMDB. Naquela época, os partidos não tinham, nem podiam ter, existência formal na Capital. Pompeu participou ativamente da criação do partido. Mas manteve sua posição de não filiar-se.

Em 84 nasceu e crescia o movimento das Diretas. Em Brasília, um grupo de pessoas que representavam os anseios da sociedade da época juntava à campanha nacional a luta pela representação política do DF. É de Pompeu de Souza o "slogan" que concretizou essa fusão: "Diretas Já! Brasília quer votar!"

No ano seguinte, para evitar uma divisão séria no PMDB, Pompeu abriu mão de seu princípio de não filiação partidária e assumiu a presidência local do partido.

A Constituinte — Eleito senador em 1986, Pompeu tinha dois propósitos como constituinte: garantir a liberdade total de expressão e tirar o povo de Brasília do estado de cassação que lhe era imposto. Pompeu queria que Brasília votasse não apenas em seus representantes no Congresso, mas que pudesse escolher seu governador e contasse com uma Assembleia Legislativa.

Sua primeira proposta nesse sentido foi rejeitada pela Comissão de Sistematização. Em sua emenda, Pompeu propunha que as primeiras eleições para governador, vice e deputados distritais do DF fossem realizadas já em 15 de novembro de 88 e que os eleitos tomassem posse em 1º de janeiro de 89.

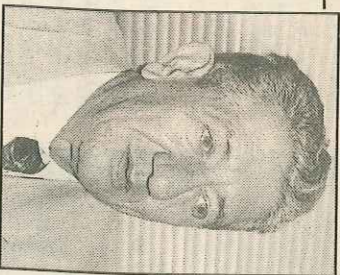
Na mesma emenda, no entanto, Pompeu propunha que houvesse nova eleição em seguida, junto com a dos demais governadores estaduais. Em 89, portanto,

Com isso, criava uma situação difícil: duas campanhas seguidas, mandatos tão próximos e muita confusão. Perdeu, dessa vez.

Foi um acordo, porém, que garantiu ao DF seu direito de eleger o chefe do Executivo e de manter uma Assembleia Legislativa. Acordo que resultou em nova emenda, também assinada por Pompeu de Sousa.

Na Constituição de 88, não só a representação política como a independência política do DF foram garantidas pelo artigo 32 e seus parágrafos. As eleições, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, coincidiam com as dos demais Estados da Federação. O fundamental, porém, está no caput do artigo: "O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa". Dessa vez, Pompeu comemorava vitória.

— Lei Orgânica: atuação parlamentar —



Jorge Cauhy-PL

Está pronta a Lei Orgânica e consolidada a independência política do Distrito Federal, nova derrota dos adversários gratuitos de Brasília. Ponto para a população, cuja vontade prevaleceu sobre as campanhas contra a autonomia política do DF. O povo, que elegeu seus representantes na Câmara Legislativa, também participou ativamente da elaboração da Carta, com sugestões concorrentes aos reais interesses de Brasília.

A Lei Orgânica do DF, embora passível de críticas, principalmente por aqueles que ainda insistem na reversão das conquistas políticas dos brasilienses, representa significativo avanço em termos de diretrizes. Ela não é perfeita, mas por certo vai manter-se inalterada por muito tempo.

Pela abrangência das questões debatidas cuidadosamente e voladas de acordo com a consciência de cada parlamentar, delineou-se os limites determinados pela Lei. É válido lembrar que não existe em seu texto nenhum dispositivo casuístico, dúbio, ou que possa ser manipulado para satisfazer interesses de grupos, corporações, etc.

A responsabilidade dos que hoje representam a população brasiliense na Câmara Legislativa deve ser realçada, na medida em que rechaçou com firmeza as críticas e pressões descabidas. A elaboração de um documento de tal magnitude demanda tempo e jamais pode ser concluído a toque de caixa.

Está pronta a Lei Orgânica do Distrito Federal e cabe aos brasilienses o zelo pelo seu fiel cumprimento.



José Edmar-PFL

A presença de mecanismos que garantam a defesa dos ideais cristãos e sociais foi a maior preocupação do deputado José Edmar Cordeiro na elaboração da Lei Orgânica. Defendeu, por exemplo, a emenda da Mitra Arquidiocesana que garante o direito à vida desde a concepção, pois o texto original dava margem à realização de abortos.

A Lei Orgânica do DF garante também o ensino religioso facultativo nas escolas da rede pública. Esta previsão ainda a criação de um programa alimentar para as populações mais carentes.

Com a promulgação da Lei Orgânica está garantida também a qualidade dos cursos de nível do Distrito Federal. Emenda de José Edmar proíbe o lançamento de esgotos hospitalares, residenciais e industriais em córregos, rios e lagos de Brasília. Isto irá colaborar para reduzir a poluição do Lago Paranoá, por exemplo.

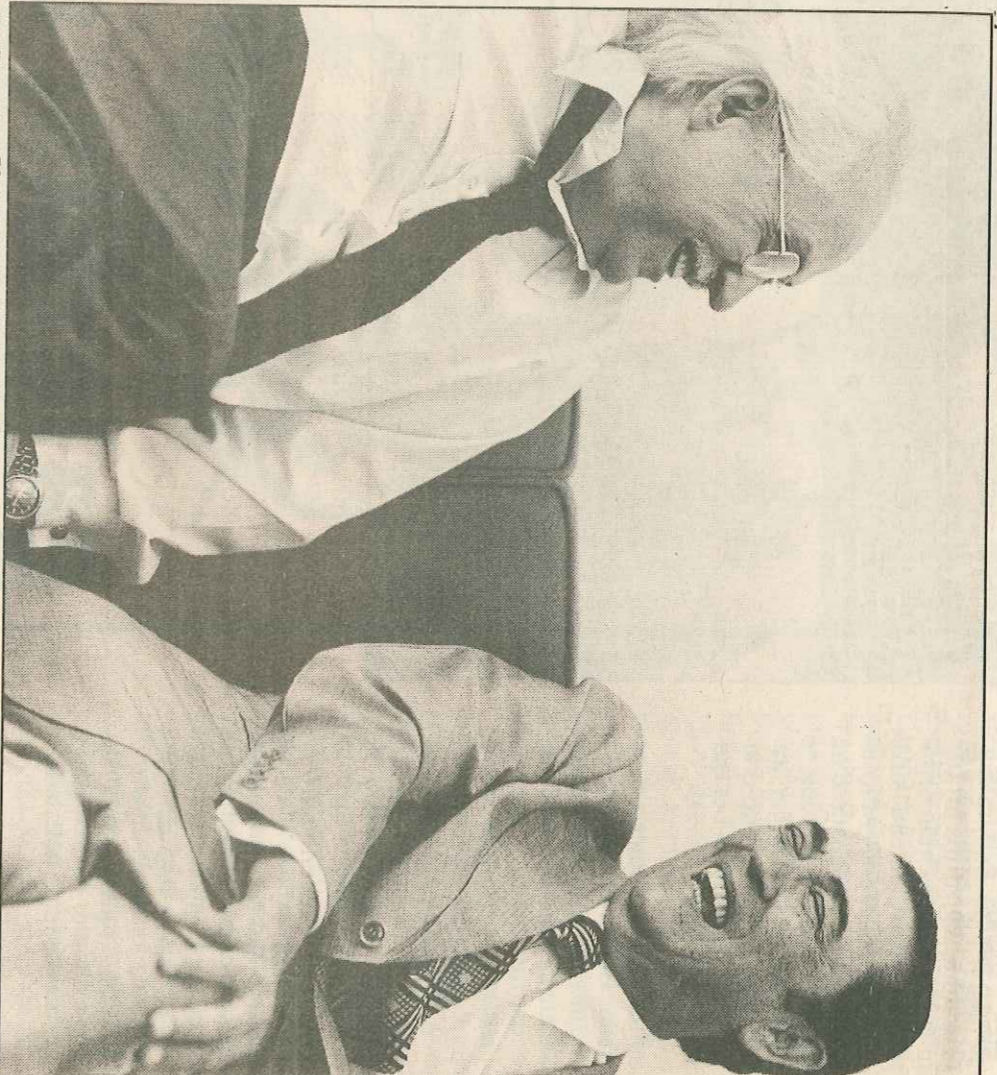
Preocupado com a possibilidade de um acidente radiológico, propôs a implantação de uma unidade de prevenção e atendimento às pessoas e instalações onde existem riscos de emanção radiológica ou tóxica. José Edmar garantiu ainda a obrigatoriedade de exames anuais de vista e audição nas escolas. "Enfim, o brasiliense passará a ser respeitado como cidadão".

Pompeu de Sousa

O pioneiro do voto

INAÉ AMADO

Jornalista da Coordenadoria de Editoração



JK e Pompeu em '73: sempre em defesa de Brasília

Roberto Pompeu de Sousa Brasil. Pompeu de Sousa, como se assinava e como foi eleito. Jornalista, revolucionou completamente a imprensa brasileira. Político, adotou como bandeira as causas que pareciam impossíveis. Um idealista que não media a vitória pelo tamanho do esforço a ser empreendido mas pela quantidade de sorrisos que poderia provocar. A felicidade foi, sem dúvida, sua maior bandeira.

Pompeu ligou-se à história de Brasília e, especialmente, à luta por sua representação política desde muito antes da inauguração da cidade. Do Rio, amigo de Juscelino, foi o único dos grandes editores de jornais a colocar-se a favor da transferência da capital brasileira para o Planalto Central. O Diário Carioca foi defensor infatigável do sonho de JK.

Mas para Pompeu, a cidade nova deveria ser mais que um sonho. Deveria ser a exemplo de cidadania de todo o País. E foi por respeito ao direito de expressão da população do Distrito Federal que lançou, em setembro de 1959, no dia do aniversário do presidente JK, o DC-Brasília. Primeiro jornal a circular na nova capital, o DC-Brasília viveu por cerca de dois anos.

"Brasília quer votar!"

Pompeu permaneceu durante praticamente toda sua vida desvinculado de partidos políticos. Era uma pessoa que não cabia em seu próprio corpo e, portanto, não caberia, jamais, em normas partidárias. Sua sólida atuação política, partia de organizações da sociedade civil. A estruturação da sociedade em entidades representativas, aliás, era uma de suas preocupações. As instâncias formais do quadro político eram pouco para ele.

Foi assim que em 1976 — a pedido dos jornalistas que trabalhavam em Brasília — assumiu a presidência da regional da ABI (Associação Brasileira de Imprensa),

Cargo que transformou em tribuna para a defesa de todos os que se viam às voltas com as perseguições do regime militar.

Nesse momento, em movimentos ainda clandestinos, começava-se a estruturar em Brasília o PMDB. Naquela época, os partidos não tinham, nem podiam ter, existência formal na Capital. Pompeu participou ativamente da criação do partido. Mas manteve sua posição de não filiar-se.

Em 84 nasce e cresce o movimento das Diretas. Em Brasília, um grupo de pessoas que representavam os anseios da sociedade da época juntava à campanha nacional a luta pela representação política do DF. É de Pompeu de Souza o "slogan" que concretizou essa fusão: "Diretas Já! Brasília quer votar!"

No ano seguinte, para evitar uma divisão seria no PMDB, Pompeu abriu mão de seu princípio de não filiação partidária e assumiu a presidência local do partido.

A Constituinte — Eleito senador em 1986, Pompeu tinha dois propósitos como constituinte: garantir a liberdade total de expressão e tirar o povo de Brasília do estado de cassação que lhe era imposto. Pompeu queria que Brasília votasse não apenas em seus representantes no Congresso, mas que pudesse escolher seu governador e contasse com uma Assembléia Legislativa.

Sua primeira proposta nesse sentido foi rejeitada pela Comissão de Sistematização. Em sua emenda, Pompeu propunha que as primeiras eleições para governador, vice e deputados distritais do DF fossem realizadas já em 15 de novembro de 88 e que os eleitos tomassem posse em 1º de janeiro de 89.

Na mesma emenda, no entanto, Pompeu propunha que houvesse nova eleição em seguida, junto com a dos demais governadores estaduais. Em 89, portanto,

Com isso, criava uma situação difícil: duas campanhas seguidas, mandatos tampões e muita confusão. Perdeu, dessa vez.

Foi um acordo, porém, que garantiu ao DF seu direito de eleger o chefe do Executivo e de manter uma Assembléia Legislativa. Acordo que resultou em nova emenda, também assinada por Pompeu de Sousa.

Na Constituição de 88, não só a representação política como a independência política do DF foram garantidas pelo artigo 32 e seus parágrafos. As eleições, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, coincidiriam com as dos demais Estados da Federação. O fundamental, porém, está no caput do artigo: "O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa". Dessa vez, Pompeu comemorava vitória.

Quando o Congresso Nacional apreciou, pela primeira vez, emendas de representação política para Brasília durante o regime militar, a perplexidade tomou conta de autoridades, políticos, seguranças da Casa e, mesmo morando aqui, repórteres que diariamente cobrem as suas atividades. Seriam examinadas conjuntamente uma emenda do então deputado Epiácio Cafeteira (MA), instituindo representações brasileiras no Senado e na Câmara dos Deputados, e outra do então senador Itamar Franco (MG), que criaria uma Assembléia Legislativa no Distrito Federal.

Relatando a matéria, o senador Bernardino Viana (PI) mostrava a razão da surpresa, afirmando, sem qualquer constrangimento, que os brasileiros não queriam voltar, até porque aqui não haveria propriamente uma população, mas apenas pessoas que permaneciam na cidade enquanto ocupavam cargos da administração federal. A imprensa local sabia que não era bem assim, mesmo com a cobertura de Brasília, à época, restrita a duas magras páginas, uma em cada jornal da cidade. A votação daquelas emendas, por exemplo, mal chegou a ser previamente noticiada.

Era um dia de março de 1981, logo após o carnaval e algo muito estranho sucedeu para aquelas pessoas que não conheciam Brasília ou preferiam fechar os olhos à sua realidade. A medida que se aproximava a hora da sessão, iam chegando os populares, até que as galerias ficaram repletas. Pouco depois de desdenharem a movimentação das poucas lideranças brasilienses já envolvidas na luta, senadores e deputados deixavam os queixos caírem no exato momento em que acabavam de levantar os olhos para as galerias.

De um lado e de outro, ali estavam dois mundos. O de uma população flutuante, capaz de circular apenas no estreito universo da Esplanada dos Ministérios, suas quadras residenciais, Setor de Embaixadas, dois ou três restaurantes sofisticados e, alguns, o Setor Militar Urbano. Sentiam-se à vontade para crer que Brasília se restringia a isto. E o mundo dos habitantes do Distrito Federal, a maioria vivendo nas cidades-satélites e vindo ao



Foto: Marcio de Barros

O POVO, nas galerias, assusta o Congresso

FERNANDO TOLENTINO

Jornalista/Câmara Legislativa

Plano Piloto somente para trabalhar (ou procurar emprego). Estes tinham certeza que aquele espaço reduzido do poder não era a sua Brasília.

As autoridades jamais esperavam por aquilo. Sem eleições, estavam convencidas que em Brasília não havia lideranças capazes de mobilizá-la. Os próprios sindicatos já emancipados de interventores ou pelegos mantinham-se afastados da política. Além disto, pelo perfil de sua luta, não se enraizavam regionalmente. Como prever aquela mobilização?

Realmente, os governos militares não são pródigos em sociólogos e muitos des-

tes, distantes do povo, não conseguem compreendê-lo. A verdade é que, se há um povo e este tem problemas, existem lideranças, reconhecidas ou não. O único problema seria atraí-las e engajá-las naquela luta. As autoridades apostavam que isto seria impossível.

Não se deram conta de duas estruturas, exaustivamente jogadas no esforço de mobilização por eleições em Brasília. Ao contrário de outras estruturas corporativas, a Associação Comercial articula-se com entidades similares nas cidades-satélites. Entre os partidos que, a despeito da proibição legal, organizavam-se, o PMDB também já contava

mínimo entusiasmo do então presidente. Ulysses Guimarães, que só concedeu a palavra aos correligionários brasilienses, na convenção de dezembro de 1980, ao vê-

los esgrimir a solidariedade de mais de cem deputados do partido. A eficiência do movimento, porém, refletida nas galerias cheias, se chamou a atenção de parlamentares de outras legendas para o surgimento da vida política na cidade, também causou espécie à sua bancada.

As emendas foram rejeitadas, diante da revolta dos manifestantes. Os deputados não chegaram a votar, preferindo retirar-se do plenário, negando quórum para a votação. Mas as cúpulas dos partidos viram-se obrigadas a observar o fenômeno. Tanto que o então deputado Alceu Collares (PDT), rapidamente providenciou a apresentação de outra emenda com idêntico objetivo.

As autoridades sobressaltaram-se ao notar que perdiam o controle sobre a população local. Os partidos oposicionistas sentiram a fertilidade do terreno brasiliense para sua mensagem. E o embate entre estes dois pólos não tardaria. Os organizadores aproveitaram o momento positivo e marcaram um importante ato político para 23 de abril.

Seria o primeiro ato público das oposições em Brasília. Marcado para o auditório da Associação Comercial, foi transferido para o estacionamento em frente ao prédio, tal a quantidade de pessoas que acorreram ao local. Ali, da sacada do prédio, falaram as mais expressivas lideranças oposicionistas brasileiras: Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Tancredino Neves, do hoje extinto Partido Popular.

As autoridades imaginaram conseguir, naquela ocasião, jogar uma pá de cal no movimento. Cerca de 200 soldados fortemente armados, munidos de bombas de gás, impuseram a evacuação da área e abortaram a manifestação. O ato e a repressão ganharam as páginas dos grandes jornais do País e o movimento por eleições em Brasília assegurou a solidariedade das lideranças nacionais da oposição.



Tolentino no início da luta pela autonomia

leitura do Brasil. A jornalista social

em 67, 68) era mental como

escrever. E no que raramente editoria política no é o meu caso. "Coluna do C se com o ten coisa a ser lid O extraordinário mesmo aconteceu, econômicas, e curioso geral. O que leinho saco de gteresse tão cioso, todas as Carlos CasCastelinho, e magia dos gtas. Nos momentos da ditad sempre passa privilegiada cje que, aque escritor. A ol aparente friez mais exaltada ocasiões, de p

Mas logo em s pois, todos ia telinho não t de de ser mai cer mais duro sódios. Ele p dizer a verdade realmente aco Durante a d o interesse pel era praticame nista sempre profundo resp tuições, espe Congresso Na m tempo, existiu em su redemocratizava lá o Cong

José Ornellas-

O deputado firmado quando com sua elaboração da Câmara L motivo prepo

Um brasileiro decente

Com a magia dos grandes jornalistas, Carlos Castello Branco presidiu o sindicato da categoria no Distrito Federal e lutou pela sua autonomia política.

Cláudio Lysias

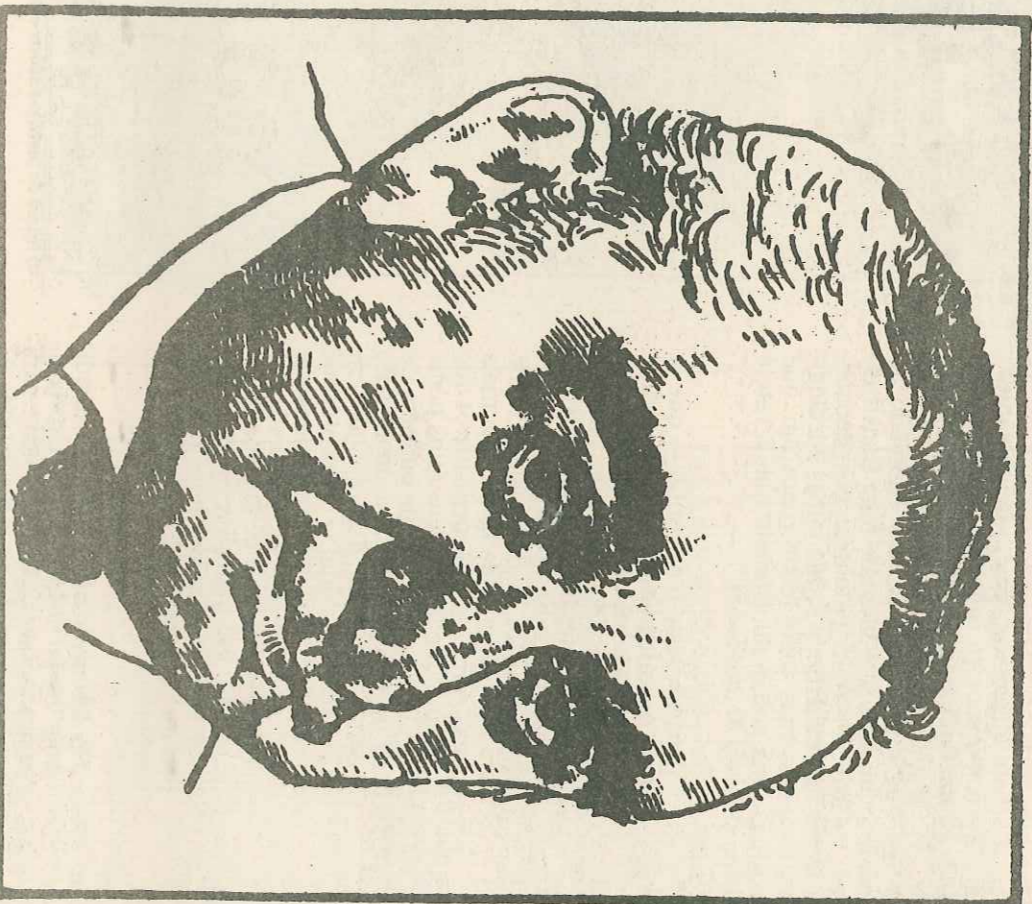
Chefe da Seção de Divulgação

A leitura do "Jornal do Brasil" para os jornalistas da minha geração (o pessoal que começou em 67, 68) era algo tão fundamental como comer, dormir, escrever. E mesmo para os que raramente militaram na editoria política do jornal, como é o meu caso, a leitura da "Coluna do Castello" tornou-se com o tempo a primeira coisa a ser lida e comentada. O extraordinário nisso é que o mesmo acontecia com políticos, economistas, desportistas, e curiosos de um modo geral. O que levava esse estranho saco de gatos a ter um interesse tão comum, tão religioso, todas as manhãs?

Carlos Castello Branco, o Castellinho, escrevia com a magia dos grandes jornalistas. Nos momentos mais duros da ditadura, conseguia sempre passar a informação privilegiada com um estilo objetivo que, aqui e ali, deixava escapar o talento do grande escritor. A objetividade e a aparente frieza deixavam os mais exaltados, em algumas ocasiões, de pé atrás com ele. Mas logo em seguida, dias depois, todos iam ver que Castellinho não tinha necessidade de ser mais duro ou parecer mais duro em alguns episódios. Ele precisava apenas dizer a verdade, contar o que realmente acontecia.

Durante a ditadura, em que o interesse pela política oficial era praticamente nulo, o colunista sempre mostrou um profundo respeito pelas instituições, especialmente pelo Congresso Nacional. Durante um tempo, o Congresso só existiu em sua coluna. Com a redemocratização, continuava lá o Congresso como um

Carlos Castello Branco, uma unanimidade nacional



dos mais importantes personagens (senão o mais) da irrimediável vida nacional. Esse respeito pelo Congresso, pela vida parlamentar, sempre foi uma das características da

sua coluna. Por isso, o Congresso deve muito a ele, pois os que sempre procuraram atribuir aos parlamentares, de todos os níveis, toda a culpa pelas desgraças deste País,

jamais receberam o abrigo de Castellinho em seu espaço diário. Brasília também deve muito a Castellinho. Depois que assumiu a presidência do Sin-

dicato dos Jornalistas do DF, em agosto de 1977, função que lhe tomava um tempo que não tinha, engajou-se definitivamente na luta pela autonomia política desta cidade. Castellinho entendia que um povo sem representantes eleitos diretamente era um povo pela metade. Uma tomada de posição clara e objetiva. À frente do Sindicato dos Jornalistas, funcionou como um "governo de transição" para que os verdadeiros profissionais de imprensa de Brasília assumissem sua entidade representativa, antes entregue a um grupo estranho à categoria.

Castellinho foi sepultado, no último dia 2 de junho, tendo à sua volta unanimidade nacional. É certo que gostamos de falar bem das pessoas depois que elas morrem. É certo também que toda a unanimidade é burra, como dizia Nelson Rodrigues. Mas é certo também que em tudo há exceções. Carlos Castello Branco foi uma delas. Ele gostava de dizer que toda a sua geração, a que veio com ele na política e no jornalismo desde o Estado Novo, era um saco de gatos, repleto de outros apanhados pelo caminho nos últimos 40 anos, que o levou ao túmulo. Um grupo emocionado e consciente de que ali estava indo embora um grande jornalista, um brasileiro decente.



José Ornellas-PL

O deputado José Ornellas sempre tem reafirmado que a possibilidade de contribuir com sua experiência administrativa na elaboração da Lei Orgânica - a principal tarefa da Câmara Legislativa nesta legislatura - foi o motivo preponderante que o levou a candida-

Lei Orgânica: atuação parlamentar

tar-se a deputado distrital. Coerente com este posicionamento, apresentou, individualmente, um anteprojeto completo de Lei Orgânica. Durante a fase de elaboração do anteprojeto oficial, teve a honra de presidir a Comissão Econômico-Financeira e de Orçamento e Tributivos, imprimindo-lhe seu estilo pessoal. O deputado foi um dos parlamentares mais assíduos aos trabalhos da Lei Orgânica - aí incluídas as atividades de comissão temática, de plenário e das audiências públicas. Ornellas contribuiu também com cerca de trezentas emendas para o aperfeiçoamento dos projetos elaborados pela Comissão de Sistematização, registrando um elevado índice de aprovação. Destacam-se dentre as propostas que apresentou, assuntos pertinentes à preservação política do DF, normas referentes a bens públicos, preservação ambiental, segurança pública, participação popular, sistema de planejamento territorial e urbano, instrumento das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, política fundiária e uso do solo rural.



Lúcia Carvalho-PT

"A Lei Orgânica representa um passo importante na afirmação do Distrito Federal na Federação. Após conquistarmos autonomia política, com eleição de governador e criação de um Legislativo próprio, faltava a Brasília uma lei como esta para dar unidade orgâni-

ca" a cidade, por demais ligada ao Governo Central. Como avanços na Lei destaque a participação de entidades representativas na elaboração do Regime Jurídico Único dos servidores do plano de carreira e a criação da folha de pagamento do servidor ativo ou inativo, até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena do Poder Público proceder à atualização monetária da mesma. Também asseguramos a contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados, para efeito de aposentadoria. Diversas outras conquistas foram feitas pelos servidores públicos, garantiu-se a participação da sociedade civil em conselhos como o de Educação, Saúde e Assistência Social e a população ganhou meios de fiscalizar, ela própria, os atos do governo. Enfim, é uma Lei Orgânica "cidadã" que avançou em relação à Constituição Federal. Agora cabe a cada brasileiro fazer com que essas novas conquistas sejam implementadas, cumpridas e respeitadas.

Lei Orgânica consolidada

EDUARDO BALDUINO

Jornalista

Além das especificidades de cada um dos seus 365 artigos das Disposições Permanentes e 55 das Disposições Transitórias, o que sempre instigou a imaginação de quem acompanhou a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal foi a possibilidade de se chegar a uma definição quanto ao seu perfil. Retrógrada, inovadora, progressista, conservadora? Como seria a lei maior de Brasília, principalmente pelo fato de ter sido escrita pela primeira turma de deputados eleitos pelo brasileiro. Hoje, na sua promulgação, é fácil dizer que a Lei Orgânica nasceu com — ou fruto de — a mesma dualidade civil da Capital Federal — que não é Estado, mas tem deputados; não é município, mas tem Lei Orgânica. É a cara de Brasília, com sua temporalidade.

O primeiro equívoco que teve de enfrentar, desde 2 de agosto de 1991, quando foi instalada a Comissão de Sistematização para a sua elaboração, foi em relação ao prazo de finalização. A Lei Orgânica do DF está prevista na Constituição de 1988 que, uma vez pronta, exigiu de todas as leis orgânicas — municipais — e constituições estaduais do País a adequação aos novos dispositivos. Para os municípios e estados com Poder Legislativo constituído, assim como suas cartas e leis, a Constituição federal estipulou prazos para a adequação de seus textos. O Poder Legislativo do Distrito Federal encarregado de **fazer** a nossa Lei Orgânica, foi instituído no mesmo texto que previu a Lei. Aqui, tudo começou do nada. Nunca valeram, para Brasília, os prazos para as outras unidades da Federação. Os deputados distritais não adequaram texto nenhum, mesmo porque não o havia, mas criaram a Lei. Nestes termos, gastou-se um tempo justo, este um ano, dez meses e seis dias. De qualquer forma, nem o Plenário da Câmara escapou desta polémica.

A exigência de se ter um perfil — progressista ou retrógrada — veio da comissão nacional que foi o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, onde o embate entre direita e esquerda acabou por produzir o Centrao como um vencedor ocasional. "Todos nós da Imprensa, principalmente, víamos na elaboração da Lei maior da Capital Federal um novo grande em-

bate ideológico. Mas, a Lei Orgânica, como sempre a definiu o presidente da Comissão de Sistematização, deputado distrital Maurílio Silva, é uma lei organizacional, não contendo as nuances filosóficas de uma Constituição. Ficaram patentes, nos debates em Plenário, as diferenças ideológicas, mas todos concordam em que uma ordem foi estabelecida. E este é perfil da nossa Lei".

A partir deste 8 de junho — que já entra no calendário oficial da cidade — temos estabelecidos não mais apenas os deveres dos cidadãos, tão bem cobrados nestes 33 anos de existência de Brasília, como os seus direitos e, principalmente, os deveres do Estado para com o seu cidadão, e não mais apenas com o seu hóspede (caro) que é a Capital Federal e seus altos poderes. A lacuna se preenche também no caso do servidor público do Distrito Federal, até agora desprotegido em sua relação funcional — com cidadãos especiais para as mulheres; e idosos e crianças e deficientes. O brasileiro que vive em função do Distrito Federal, e não dos órgãos do Governo Federal aqui instalados, hoje tem um parâmetro para dirigir a sua vida e de sua família.

Os 24 deputados distritais dividiram o tempo nesta primeira legislatura para escrever a Lei Orgânica e para legislar dentro do dia-a-dia da vida de Brasília. E não deixaram, neste tempo todo, de subir à tribuna para expor seus pontos de vista, transmitir suas mensagens político-partidárias. A Câmara, além da Lei Orgânica, produziu matérias legislativas que alcançam todos os setores da comunidade brasileiro, que já encontra no Poder Legislativo "a casa do povo", o seu canal de reivindicação. A participação popular, através de emendas, na elaboração da Lei Orgânica é o melhor sinal desta nova realidade de Brasília. Até os lobistas já sabem o endereço do Legislativo brasileiro.

Uma outra característica importante da Lei Orgânica, e que compõe também o seu tão discutido perfil, mais uma vez traz as contradições inerentes a um Distrito Federal de mais de 5 mil quilômetros quadrados. Foi realizada uma ampla pesquisa em leis orgânicas e constituições estaduais de todo o País: os deputados distritais procuraram assimilar as diretrizes dos dois documentos, para enfrentar o desafio maior de fazê-los em um só, sem ponto de partida nem mesmo da Constituição Federal. Aliás, quando os constituintes criaram o Poder Legislativo de Brasília, eles deixaram na Constituição registrada a sua dúvida, ao dar à Casa deste Poder o nome de Câmara Legislativa — câmara é municipal. Legislativa, estadual. O segredo da esfinge foi decifrado: ninguém mais será devorado em Brasília.



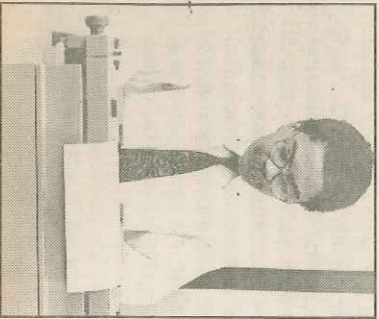
O futuro do Distrito Federal está garantido com a promulgação da Lei Orgânica que reservou um capítulo especial para assegurar

O que é a Lei Orgânica? Como foi elaborada? Quais os melhores perguntas que a Câmara Legislativa está preparando para receber de 3.500 exemplares para que a sociedade, como um todo, consolida a autonomia política de Brasília. Com 365 artigos Disposições Transitórias, a Lei tem um perfil próprio: é a face e temporalidade. Contempla amplamente os anseios populares e direcionou os trabalhos dos 24 deputados distritais. Confira pelo seu computador

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |
| PRESIDENTE MAURÍLIO SILVA | VICE-PRESIDENTE M. LOURDES ABADIA | SECRETÁRIO: FERNANDO NAVES | SECRETÁRIO: GERALDO MAGELA | RELATOR: AROLDO S. AROLDO S. |

A Lei Orgânica do Distrito Federal não teve, para a sua elaboração, um relatório geral. As suas peculiaridades exigiram a formação de um colegiado, a Comissão de Sistematização. Maurílio Silva, presidente; Maria de Lourdes Abadia, vice,

Fernando Naves e Geraldo Magela, secretários, mais Carlos Alberto, Aroldo Satake, Peniel Pacheco e Rose Mary Miranda prepararam o projeto de Lei todas as vezes que ele ia a Plenário, para que houvesse uma leitura já decodificada por parte da



Balduino acompanhou a elaboração da Lei

Autonomia política do DF



Esforço para assegurar os direitos dos jovens

Quais os benefícios reais que trará para a população? São perguntas que a Comissão inicial distribuirá mais tarde. Tudo, conheça em detalhes a lei que, em definitivo, em 305 artigos das Disposições Permanentes e 55 das Disposições Transitórias, é a face do Distrito Federal com suas características sociais e econômicas. Confira e conclua que é dever de cada cidadão lutar pelo seu cumprimento.

A Comissão da Lei



RELATOR:
AROLDO SATAKE



RELATOR:
CARLOS ALBERTO



RELATOR:
PENIEL PACHECO



RELATORA:
ROSE MARY MIRANDA

parte de todos os deputados, durante as discussões que antecediam as votações. Seus membros foram os relatores das Comissões Temáticas, e todos os oito deputados puderam ter contato com as cerca de 2.600 emendas apresentadas

aos oito titulares do projeto de lei. A Comissão de Sistematização funcionou ainda como a Secretaria da Lei Orgânica. "A Comissão de Sistematização foi a maior prova de maturidade desta Câmara, unindo ideologias diversas em torno de um só objetivo", sintetiza Maurílio Silva.

Principais conquistas

- Conselho dos Representantes Comunitários, que vai participar da indicação de prioridades junto a administrações regionais.
- Participação popular, a ser regulamentada, na indicação dos administradores regionais.
- Subordinação direta ao Governador de todos os órgãos de segurança pública.
- Crescimento econômico atrelado à preservação do ecossistema.
- Proibição da prática de carvoejamento com vistas à produção de carvão vegetal para fins industriais.
- Proibição da instalação de usinas, equipamentos ou qualquer artefato nuclear, que não de uso terapêutico e os destinados à pesquisa.
- Definição da política de pessoal, a curto prazo, das administrações direta e indireta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Cálculo da dotação orçamentária de cada administração regional baseado na sua arrecadação
- Respeito à vocação de cada região administrativa para a definição de seu perfil industrial.
- Participação dos servidores na gestão das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.
- Concessão e revogação de benefícios tributários, isenções, anistias, remissões e incentivos fiscais, exclusivamente por lei específica, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
- Elaboração pelo GDF e enviado à Câmara Legislativa, de plano plurianual de desenvolvimento agrícola, plano de safra e plano operativo anual.
- Plano Diretor de Ordenamento Territorial, para o Plano Piloto e para cada administração regional.
- Política de turismo orientada em função de promover Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.
- Enumeração dos impostos embutidos no preço de cada mercadoria para conhecimento do consumidor.
- Comunicação obrigatória ao consumidor sempre que seu nome for levado por qualquer empresa ao Serviço de Proteção ao Crédito; como também comunicação obrigatória ao SPC, pela empresa, quando o consumidor saldar sua dívida.
- Instituição do Planejamento Familiar na rede pública de saúde.
- Adoção de programas específicos para o acompanhamento de pacientes portadores de doenças infecciosas, em especial AIDS.
- Instalação, nos estabelecimentos públicos de saúde, de pronto-socorros para doentes mentais.
- Gestão democrática nos estabelecimentos de ensino da rede pública.
- Garantia de acesso ao ensino público para crianças, adolescentes, jovens e adultos.
- Tratamento salarial diferenciado para os alfabetizadores e para os professores do Ensino Especial (excepcionais)
- Criação de conselhos comunitários para acompanhamento da administração do DF em todas as áreas.

Preocupação com o social

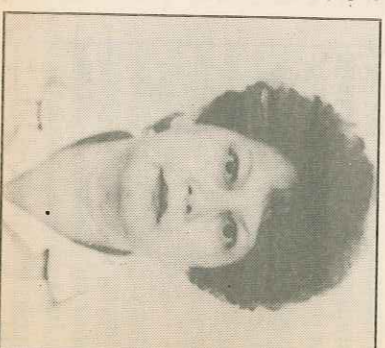
Facilitar o acesso do cidadão comum ao assunto que mais lhe interessasse no texto da Lei Orgânica do Distrito Federal foi a principal preocupação da biblioteca Zeneide de Sousa Pantoja. Ela elaborou o índice temático (lista de assuntos que fazem parte de um livro) da nossa Lei principal promulgada pelos deputados distritais.

A tarefa de elaboração do índice temático e do sumário do texto da Lei Orgânica exigiu dedicação exclusiva da bibliotecária. Ela trabalhou desde setembro, ainda na fase de recebimento de emendas dos deputados, cerca de dezesseis horas por dia, incluindo aí, sábados, domingos e feriados. "Nesse período revisamos o texto pelo menos cinco vezes", relata.

Para Zeneide Pantoja, a popularização do índice temático foi um grande desafio que exigiu horas a fio de trabalho. "Apesar de árdua, a tarefa foi gratificante", disse a bibliotecária ao

destacar que a Lei Orgânica tem uma grande preocupação com o social, como é o exemplo dos idosos e das mulheres que ganharam capítulos especiais. "Por isso tivemos que colocar sentimento no trabalho de elaboração do índice temático para que ele satsse com jeito de povo", disse a bibliotecária.

Zeneide: Trabalho com jeito de povo



O Legislativo e a Cultura em Brasília

MARIA DE SOUZA DUARTE

da Câmara Legislativa

Para militantes e estudiosos das questões culturais de Brasília, através circunstâncias históricas prejudiciais, o funcionamento de movimentos sócio-culturais representativos, reivindicatórios e mobilizantes, quais sejam:

— O fato de a cidade ter se consolidado numa fase da vida nacional marcada por censura e impedimentos a iniciativas contestatórias do sistema então vigente;

— A falta de representação política própria. Essa "menoridade política", que o impedia de exercer sua condição de cidadão através do voto, "acomodou" o habitante do Distrito Federal, dificultando-lhe colocar-se conscientemente como "construtor de sua cidade";

— Sem essa representação política o Poder Executivo, simbolizado num governador nomeado pelo Presidente da República, exercia-se com inteira autonomia, administrando a capital do País segundo seus próprios interesses e suas verdades.

Entidade e movimentos populares — a Associação Comercial do Distrito Federal, os incansáveis moradores de Ceilândia, a frente Cultural de Brasília, entre outros — propugnaram sem-pretre esta representação política, assumindo-se como canais de pressão e participação, no que chegaram a alcançar, em várias ocasiões, o noticiário nacional — relembre-se o Buzinaço, o "Dragão das Diretas", os comícios, o jornal alternativo "DIRETAS JÁ!".

Somaram-se a estes movimentos algumas iniciativas na Comissão do Distrito Federal e projetos próprios de representação política para Brasília propostos por parlamentares, entre estes Catepinoeiro, Mauro Borges e Maurício Fruct.

Finalmente, em decorrência de emenda apresentada pelo senador Pompeu de Sousa, o Parágrafo 1º do Artigo 32 da Constituição Federal promulgada em 1988, atribuiu ao Distrito Federal as mesmas competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

Assegurada constitucionalmente sua representação política, desde janeiro de 1991, 24 deputados distritais exercem o Poder Legislativo de nossa Unidade Federativa. O que tem significado o exercício dessa con-

quista popular? Confirmaram-se as hipóteses defendidas por militantes e estudiosos? A nossa Câmara tem servido ao desenvolvimento cultural da cidade?

Mesmo considerando o breve período decorrido — 28 meses é tempo muito curto para análises conclusivas sobre uma comunidade pode-se apontar, hoje, indicadores claros de uma nova dinâmica sócio-político-cultural marcando as relações entre o Estado e a sociedade civil do Distrito Federal.

O Poder Legislativo do Distrito Federal — exercido por Deputados Distritais de diferentes origens, perfis ideológicos, valores e experiências pessoais, traduzindo a diversidade da sociedade que os elegeu como seus representantes — além das funções próprias de legislar e fiscalizar, tem funcionado também, entre erros e acertos, como democrático canal de pressão, institucionalizado e organizado. É um outro eixo de poder, um novo recuso, que cidadãos, grupos, órgãos e instituições representativas da sociedade civil, de forma espontânea ou em movimentos organizados, procuram para pedir ajuda, defender direitos, reclamar providências, apresentar ideias, propostas e projetos. Viabiliza-se a cidadania, através dessa participação-incipiente ainda, é verdade, porque é processo que depende de exercício continuado — que vai repercutir na cultura, entendida como tudo o que resulta da construção comum, de todos.

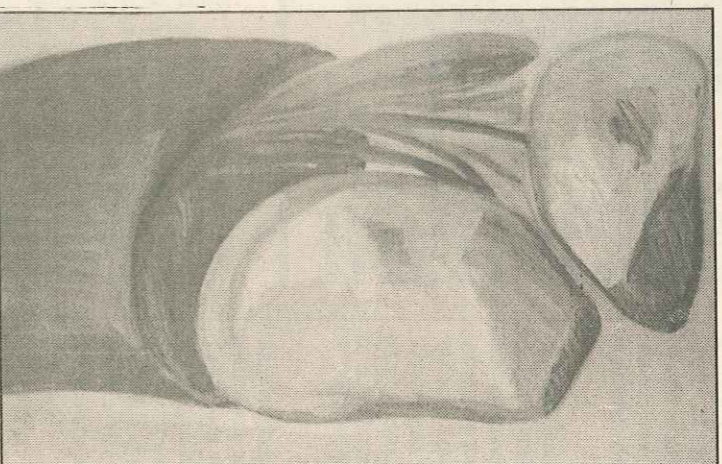
O Poder Executivo, ao contrário do que acontecia anteriormente, não pode mais exercer-se de forma autoritária, exclusiva, tutelar. As ações devem ser "acordadas" entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — tarefa nunca fácil, e

nem sempre resolvida segundo o exclusivo interesse público — e isso é o que caracteriza, sobretudo, o jogo democrático.

Já se sinalizam mudanças nas relações e no entrosamento sócio-político-cultural entre o Plano Piloto e as chamadas cidades-satélites. Durante anos centralizou-se no Plano Piloto, de forma etnocêntrica, muitas vezes elitista, espaços, equipamentos e facilitação do acesso aos bens da cultura, em detrimento das outras Administrações Regionais. Até para garantir sobrevivência política — há maior população e portanto, mais votos — são mais intensas relações dos deputados com as cidades-satélites, em relação ao Plano Piloto, e isso significa mudanças na distribuição de bens e serviços.

Também tem positivas implicações e repercussões no desenvolvimento cultural do Distrito Federal a própria atividade legislativa dos deputados distritais. Nesta primeira legislatura já foram apresentadas cerca de 44 iniciativas — projetos de lei, requerimentos, moções, sugestões — de interesse direto da área artística-cultural. Entre outras, a Lei nº 158/91, que cria os benefícios fiscais e o fundo de apoio à arte e à cultura do DF; a Lei nº 012/92, chamada "Lei da meia-entrada para estudantes"; a Resolução nº 058/92, que institui este Suplemento Cultural; a Lei nº 012/92, chamada "Lei da emenda ao projeto do Executivo que criou o Pólo de Cinema e Vídeo, garantindo prioridade na alocação de recursos financeiros para a finalização de filmes e vídeos de produtores locais.

É significativo observar que, entre as 44 proposições, em referência, apenas duas são especificamente voltadas para o Plano Piloto, o que parece confirmar a prevalência das satélites nas preocupações dos senhores deputados.



Quadro de Glória Pimenta da Veiga fotografado por Ricardo Rodrigues

Nas várias fases de tramitação da Lei Orgânica do Distrito Federal estabelecera-se canais de participação entre a Câmara e artistas e movimentos culturais da cidade. Duas emendas populares apresentadas pelo Conselho de Cultura do Distrito Federal resultaram nos artigos 244-IV — Parágrafo 3º e 59-IX.

Com estes artigos garantiu-se a permanência e as atribuições do Conselho, vinculados a ele os Conselhos de Cultura de cada Região Administrativa, e estabeleceu-se que é atribuição da Câmara Legislativa dispor sobre mudanças de destinação de áreas urbanas. Ou seja, ao contrário do que acontecia anteriormente, o governador do DF não pode mais dispor, emprestar ou ceder a outros o uso de áreas públicas do DF, incluindo as destinadas a espaços culturais.

O compromisso com as questões culturais reflete-se também em nível interno, uma vez que a Câmara Le-

gislativa é possivelmente o único Órgão público do DF que inclui, na proposta de benefícios para seus servidores, e em observância ao (artigo 1-h) da Lei nº 8.112, a realização de atividades que objetivem o desenvolvimento sócio-cultural. A Resolução nº 034/91, que instituiu a Estrutura Administrativa da Câmara, em seu artigo 49 define e propõe, a realização de "atividades sócio-culturais que favorecem melhores condições de trabalho" — melhores condições de trabalho" consideradas ainda como recurso educacional e de fortalecimento de um clima de trabalho motivador, fraterno e solidário, em complemento à democrática diversidade ideológica que deve caracterizar uma casa política.

Tais atividades estão em processo de implantação e já é possível detectar isto na área física do Poder Legislativo, pois em cada uma de suas três entradas há um chamamento estético à sensibilidade: — passa-se pelo grafismo de Athos Bulcão para ingressar na área do Plenário; um painel de Sylvia Helena Pereira marca a entrada pelo subsolo, onde a garagem foi substituída por um "espaço de convivência dos servidores" e, com inauguração prevista para o próximo mês, uma Foto-Galeria — que prioriza a produção brasiliense em fotografia através do trabalho conjunto com a União dos Fotógrafos do DF — marcará a entrada principal da Câmara Legislativa.

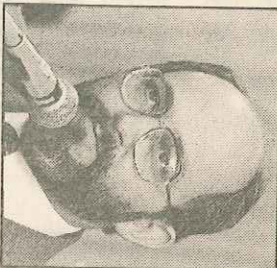
Capaz de propor e experimentar, que o Poder Legislativo do DF seja instrumento e recurso para uma nova ordem de justiça social e de democracia cultural em Brasília, já que "... a construção da cidade é uma missão política que não se pode cumprir sem a participação ativa do cidadão... e para que a razão política adquira a força necessária, sem a qual ela não pode afirmar-se, nem impor-se..." (in PROFITOPOLIS, ou O homem precisa de uma outra cidade).

A autora é ex-presidente do Conselho de Cultura do DF



— Lei Orgânica: atuação parlamentar —

**Maurílio
Silva-PP**



A dimensão do trabalho que viria a ser desenvolvido pela Comissão de Sistematização na elaboração da Lei Orgânica não pôde ser mensurada no ato da sua instalação. Naquele momento, em agosto de 1991, o trecho do Regimento Interno da Câmara Legislativa disposto sobre a LO era o único instrumento que a presidência da Casa tinha a oferecer à presidência da Sistematização. Toda a infraestrutura - de móveis a pessoal administrativo e assessores de alto nível - para que os 24 deputados distritais pudessem elaborar, discutir e aperfeiçoar em cada discussão, e finalmente votar o projeto de Lei Orgânica foi de responsabilidade da Comissão de Sistematização. Coube aos oito membros, inclusive o presidente desta Comissão, o exame das cerca de três mil emendas apresentadas, oriundas da Câmara e de iniciativas populares; preparar-lhes pareceres, adequar textos; propor ao plenário uma leitura dinâmica do projeto de lei. Ao seu presidente coube encaminhar as questões, em meio a uma diversidade ideológica que marca a democracia, ao consenso que viabilizaria a melhor forma de escrever as páginas definitivas da história da autonomia política do Distrito Federal. Finalmente, coube à presidência da Comissão de Sistematização canalizar todas as forças desta Câmara Legislativa, políticas e administrativas, para que a primeira missão deste Parlamento fosse cumprida a contento, "após o qual podemos dizer que a nossa principal promessa de campanha foi cumprida".



**Padre
Jonas-PP**

O deputado Padre Jonas participou ativamente dos trabalhos da elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Na fase inicial foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais e Meio Ambiente, onde deu mostra suficiente de saber conduzir muito bem os trabalhos daquela importante Comissão, de forma eficiente, corajosa e sem se ater às paixões que os temas suscitavam, ao contrário, esteve voltado exclusivamente para a defesa dos interesses sociais, decidindo com imparcialidade as questões que lhe eram apresentadas. Como verdadeiro homem público, soube acolher as sugestões populares pertinentes àquele comissão. Com denodo, apresentou diversas emendas, subemendas ao Projeto, enfim, estando sempre presente aos debates de 1º e 2º turnos da Lei Orgânica. Para este bom desempenho trouxe simplesmente como deputado distrital, gama de experiências adquiridas nesses 24 anos junto às comunidades de Brasília, como suporte fundamental para essa boa desenvoltura de atuação nos trabalhos, assegurando muitos dispositivos na lei maior do Distrito Federal, como respostas indispensáveis para as justas reivindicações das comunidades, e constantemente com a preocupação de que a Lei Orgânica do Distrito Federal representasse a verdadeira vontade da população brasiliense.



*limiar
nácares
estrelaira
murmúrios
flor de laranjeira
luar inefável
noite estrelada
homem apaziguado*

Clovis Sena

Sotaque brasileiro

Evidências de um falar regional

Magda Maria de Freitas Querino

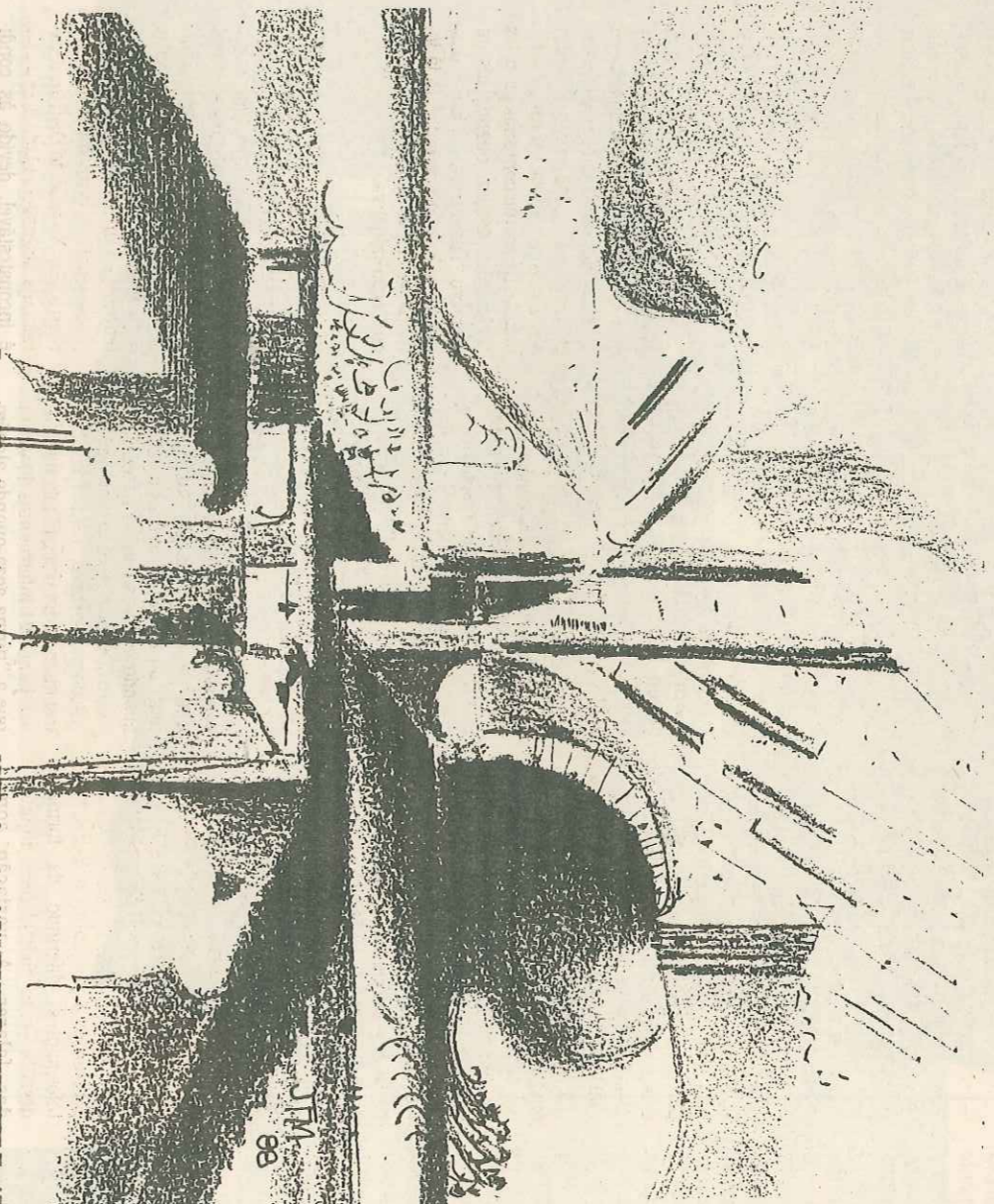
Fruto de nossa experiência pessoal, a convivência com o adolescente do Distrito Federal em sala de aula fez surgir o tema deste estudo.

Originou-se da observação de que embora oriundos das mais diversas regiões do Brasil, dificilmente se notavam, entre os alunos das classes sociais mais humildes, diferenças de pronúncia acentuadas que pudessem, à primeira vista, identificar-lhes a região de origem. Contudo, quanto entre os adultos, após alguns minutos de conversação, podíamos, com grande margem de acerto, identificar-lhes a procedência, o mesmo não ocorria em relação aos jovens.

Outra observação que pudemos fazer durante essa convivência foi que inconscientemente, como é natural, o sentimento linguístico, principalmente o da unificação, não era patente, manifestando-se através de risos e comentários jocosos cada vez que um colega "falava diferente". Em conversas informais com os alunos procuramos sondar-lhes o comportamento linguístico, desde a infância até a adolescência, e obtivemos respostas que coincidiam em sua maioria: quando crianças falavam com os pais, em casa e na escola, mas à medida que cresciam evitavam se expressar daquela maneira, principalmente na escola, com os colegas, pois eram alvo de brincadeiras e risos.

Resolvemos, pois, partir para um estudo do problema, para a comprovação, através de pesquisa, dialética, de campo e bibliográfica, se a linguagem do Distrito Federal, região ainda jovem, tendia para uma normalização.

O Distrito Federal compõe-se de uma população com características próprias e especiais, constituída toda ela de migrantes oriundos dos mais diversos pontos do país; aqui convivem nordestinos, mineiros, paulistas, cariocas, paulistas, gaúchos (sem levar em consideração os estrangeiros que integram essa população), toda uma gama diversificada de seres humanos, com seus usos e costumes



Os estudantes assumem, fora de casa, uma linguagem sem regionalismos

próprios. Com sua linguagem característica e hábitos fonéticos diferentes, a população do Distrito Federal, principalmente a de renda mais baixa, tem um objetivo comum: melhores condições de vida e trabalho.

A autêntica população, a geração aqui nascida, responsável pelo futuro e criação de raízes na terra, é quem influi na busca de um direcionamento linguístico específico, de uma normalização que possibilitará, no futuro, uma padronização linguística própria, já que a população adulta, com seus hábitos fonéticos arraigados, dificilmente poderá orientar esta padronização, embora possa aceitar e adotar algumas das modificações linguísticas. Ao integrar conscientemente uma sociedade (escola), o adolescente do Distrito Federal

procura homogeneizar sua pronúncia, abandonando características fonéticas regionais, usadas durante a infância no ambiente familiar, voltando-se para uma direção específica. O que motiva essa homogeneização é o sentimento de unificação linguística, que atua instintivamente buscando a compreensão.

Sabe-se que a pesquisa linguística, com objetivo de estudar e conhecer detalhadamente a língua usada em determinada região, centro urbano ou rural, é trabalho para anos de pesquisa, para uma equipe de pesquisadores, com treinamento de anos e completa aparelhagem eletrônica, como as que se encontram em Laboratórios Fonéticos, com os quais, infelizmente não podemos contar. Devemos mencionar, ainda, a necessidade de

um grande número de informantes pertencentes a várias classes sociais, além de muitas horas de gravações. Essas condições ideais, entretanto, não nos foi possível tê-las.

Trabalhamos aqui por amostragem. Os informantes são alunos de 7ª e 8ª séries do primeiro grau e do 1º ano do segundo grau, pertencentes a um nível sócio-econômico caracterizado como médio-baixo e baixo. A modalidade de linguagem estudada é a coloquial descuidada, no seu aspecto fonético.

A população investigada, a de renda mais baixa, composta na sua maioria por migrantes esporádicos, e amostrada na análise citada, é originária de três grandes regiões do país: Nordeste (54%), Sudeste (33%) e Centro-Oeste (11%).

Imaturidade linguística da região

As conclusões que apresentamos a seguir não devem ser consideradas como definitivas, nem devem ser generalizadas para todo o Distrito Federal, devido à imaturidade linguística da região (menos de vinte anos de existência à época e a nossa impossibilidade de entender a pesquisa a todas as cidades-satélites e ao Plano Piloto que compoem o complexo político-administrativo denominado Distrito Federal.

Acrecentamos que o caráter monográfico de nossa dissertação impede-nos uma pesquisa mais ampla, uma análise da língua do Distrito Federal como um todo, em seus vários níveis, além do fonético, o fonológico, morfológico, sintático e semântico; ou seja, partir da fala dos informantes para, em seguida, determinar a estrutura da língua, o que só poderá ser realizado no futuro.

Esclarecemos que o nosso objetivo foi apenas descrever os fenômenos fonéticos observados, procurando encontrar nas realizações dos informantes aspectos comuns que pudessem ser considerados **convergentes** ou **divergentes** dos aspectos dialetais, além de convergentes entre os informantes, na nossa busca de tendências normalizantes na pronúncia do Distrito Federal (Gama). Não nos preocupamos, portanto, em interpretar os fatos, nem em aplicar regras que pudessem explicitar condicionamentos que propiciem ou impeçam a realização dos mesmos, o que, no entanto, pode ser considerado assunto para futuras investigações que possamos realizar em relação à linguagem do Distrito Federal. Informamos ainda, que o nosso estudo visou encontrar tendências normalizantes, a ação da norma procurando nivelar os hábitos fonéticos da população estudada, e não uma normalização já implantada, uma norma linguística padrão vigente no Distrito Federal.

Aspectos Divergentes

Os aspectos divergentes entre os dialetos dos pais e os dados analisados dos adolescentes demonstraram ser bem mais numerosos do que os convergentes. Muitos dos aspectos apontados como característicos da fala popular de todo o Brasil foram encontrados entre os nossos informantes, porém em número inferior diante de realizações consideradas "corretas" pela norma padrão, como por exemplo: ausência de fonema em variação com o /s/ e /h/ finais e com o /l/. Em outros termos, mais brasileiros dizem "estudos" do que os que engolem o S. Mais dizem "falar" do que "falá". Mais dizem "Faculdade" do que "Facundade".

Aspectos Convergentes na Fala dos Adolescentes

Pela descrição e transcrição fonética dos dados obtidos aos informantes, relativos à fala do Distrito Federal (Gama), podemos perceber que várias são as realizações fonéticas convergentes entre os informantes.

Dentre os indicadores fonéticos selecionados para o estudo comparativo com a fala dos adolescentes, alguns deles demonstraram ser realização comum a todos os informantes, independente de ser o indicador característico da região linguística de procedência da família.

Assim, passamos à consideração desses aspectos que se fizeram presentes na fala de nossos informantes e que se mostraram comuns ao resultado da ação da norma linguística, nivelando os hábitos fonéticos, procurando a unificação, um padrão linguístico necessário a toda comunidade de falantes. Entre outros:

A vocalização do /l/ em /w/ que apesar de variar com ausência de fonema], apresentou-se como realização fonética mais acentuada, já que quase todos preferiam-na. Assim a palavra "legal" pronunciado-se como "legau" e "faculdade" como "facudade".

Aspecto dos mais surpreendentes foi a ocorrência do /s/ morfeма de plural, que embora em variação livre com a ausência de fonema] apresentou uma realização bastante significativa entre os informantes, uma vez que a realização considerada "normal" em todo o Brasil é a sua ausência. É o caso das palavras "matérias" e "irmãos" que em Brasília pronunciam-se com todos os esses, ao contrário da "nomasidade" popular brasileira.

Outra surpresa com a qual depuramos foi a ocorrência do "r" final em nomes e em infinitivos verbais, ocorrência ainda vacilante, já que a variação com ausência de fonema] foi também significativa, mas, enquanto alguns informantes o realizassem em menor número de vezes,

nemum deles deixou de realizá-lo uma vez pelo menos. É o exemplo de "amor" e "fazer", pronunciados com todos os "r" e não "Amô" e "fazê".

A neutralização das vogais finais ou seguidas de /s/, /el/, /il/, /ol/, /ul/, foi fenômeno geral constatado em todos os informantes, o mesmo não se podendo dizer das vogais pretônicas, cuja neutralização foi rara, o que no entanto contraria a descrição de muitos dos falantes regionais. Aqui fala-se "Isforço" e "Jogadoris".

A redução dos ditongos [ey] e [ow] foi ocorrência comum a quase todos os informantes, independente de sua procedência. Houve também variação com a sua realização plena, porém, insignificante. Em Brasília diz-se "Volebol" e não "Voleibol". Diz-se "Caseiro" e não "Caseiro". Fala-se "vô" em lugar de "vou". Diz-se "outro" em vez de "outro".

A assimilação progressiva: [nd] → [n] foi outro aspecto anotado como comum a quase todos os informantes embora ocorresse variação com a forma não assimilada, porém pouco expressiva. É muito comum ouvir-se aqui "Istidantu" e "falano" em vez de "estudando" e "falando".

A realização do [l] (l aberto) átono inicial seguido de /s/ e /z/ com os quais forma sílaba foi realização comum a todos os informantes, que nessa posição não realizaram a neutralização descrita para vários falantes, mas apresentaram o alófone [l] de timbre intermediário entre /el/ e /il/. Diz-se "Isforqu" e "Istudanti".

A desnasalização final foi fenômeno de ocorrência geral. Ainda que as palavras com esse condicionamento fonético — nasalização final — fossem poucas, sempre se realizaram desnasalizadas. Exemplos: **ômi** por homem, **lingaze** por linguagem.

A realização da nasal alveo-palatal /n/ como [ɲ] demonstrou-se também ocorrência comum a todos os informantes, diferindo da forma descrita como dialetal para alguns dos falantes. A variação com ausência de fonema] foi percebida,

porém em número pouco significativo. Aqui fala-se "jein-nhu" por "teinho", "Sobradin-nhu" por "Sobradinho", "Engero" por "Engenheiro".

A realização plena da lateral alveo-palatal /l/ pela maioria dos informantes mostrou-se aspecto supradendente, uma vez que casos de despalatalização e iotização foram realizações individuais e isoladas, ao contrário das descrições dialetais que consideram-nas regra geral nos falantes de todo o Brasil. O aspecto contrário, palatalização da lateral alveolar /l/ seguida de /y/ não foi anotada entre os informantes. Palavras como "filho" e "escolha" não vieram como "filho" e "escolha" como em outras regiões do país. E Brasília não viu "Brasília". É nitidamente Brasileira!

Como podemos observar, os aspectos fonéticos convergentes encontrados na fala dos informantes foram mais significativos do que os aspectos convergentes entre a fala e os dialetos de origem, o que apoia a aceitação da nossa hipótese: os adolescentes do Distrito Federal abandonam hábitos fonéticos regionais usados durante a infância e no ambiente familiar e assimilam os hábitos da comunidade a que passam a pertencer, no caso, a escola.

Os dados encontrados concordam ainda com o depoimento dos próprios alunos quando, ao responder o questionário, declararam usar linguagem diferente em casa e na escola. Eis o resultado obtido para a questão: usam a mesma linguagem dos pais (regionalismos): sim, em casa, 12; não, em casa, 19; sim, na escola 7; não, na escola 24.

O resultado obtido para a questão e a análise dos dados permitem-nos observar que nossos informantes fazem uso do conceito de "code shifting" ou seja a mudança de código, quando a ocasião se faz necessária. As respostas nos mostram que há reação por parte da turma (estudantes) quando um colega "fala diferente", já que 21 informantes disseram que a "turma goza quando alguém fala diferente".

Intuição é determinante

A análise comparativa dos dialetos e dos dados obtidos permite-nos as seguintes conclusões: há tendências normalizantes na pronúncia do Distrito Federal, encontradas na cidade-satélite do Gama, onde realizamos nossa pesquisa. Essas tendências normalizantes poderão não ser as mesmas em todo o Distrito Federal, embora tenhamos analisado antes o processo migratório e estabelecido quais as regiões responsáveis pelo maior fluxo migratório, numa tentativa de considerar o estudo válido para o Distrito Federal. Sugere-se em assuntos dialetológicos, que realizem pesquisas em outras regiões do Distrito Federal para posterior confronto das conclusões.

Nossos informantes, uma amostra da população permanente do Distrito Federal, possuem uma intuição linguística que lhes permite reconhecer a heterogeneidade linguística existente na região e são capazes de realizar em casa uma linguagem e na escola, outra comunidade linguística, uma linguagem comum aos membros dessa mesma comunidade. De acordo com suas próprias declarações reagem quando algum membro "fala diferente", isto é, deslida da realização comum, fato já indicado como sentimento linguístico ou reação subjetiva.

A variabilidade linguística observada nos informantes é um indicador de que estes buscam inconscientemente a normalização. Para os sociolinguistas a variabilidade é inerente ao sistema linguístico e decorre do fato de servir à língua como meio de comunicação a pessoas pertencentes a diversas classes sociais, profissionais, a grupos étnicos diferentes, etc. No caso do Distrito Federal, cuja heterogeneidade linguística é incontestável, devido às condições migracionais da região a varia-

ção livre, realizada pelos mesmos informantes, nos mostra que estes procuram nivelar seus hábitos fonéticos e tendem, pois à normalização, embora procurem ainda um padrão linguístico.

Apostar o direcionamento das tendências normalizantes mostrou-se impraticável, uma vez que depuramos da análise dos dados uma amostragem linguística para a qual contribuíram, num mínimo que fosse, todos os falantes em geral. Porém, o que mais se mostrou digno de atenção foi o alto grau de influência da norma culta padrão, algo que não esperávamos por ter justamente colado os dados entre a população de baixa renda. Mas o fato não deve ser considerado insólito, uma vez que nossos informantes possuem um bom nível de escolaridade se pensarmos em termos de Brasil como um todo, onde grande parte da população não tem acesso às escolas. Não podemos negar que o Distrito Federal, nesse setor, pode ser considerado uma região privilegiada no Brasil. Não só o Plano Piloto como as cidades-satélites são bem servidas de escolas públicas que oferecem desde a educação pré-primária até o segundo grau. É portanto compreensível que a população jovem apresente em sua fala a influência da norma culta padrão. Não devemos nos esquecer ainda da influência dos meios de comunicação de massa, como o rádio e principalmente a televisão, cuja ação niveladora dos hábitos linguísticos é reconhecida por todos e que faz parte da vivência diária de nossos informantes.

Nota de Editor: Para melhor compreensão dos leitores, substituímos diversas notações próprias à linguística por termos mais comuns, quantuo mais que nos ajudem.

* A prof.^a Magda Maria de Fátima Quermé é assessora da Direção de Educação da FDEB. O presente artigo é resultado de pesquisas realizadas em Brasília, no Distrito Federal — UNB, 1973. Endereço para correspondência: SGAN 807, Módulo D, sala 106 — Brasília, DF.

Lei Orgânica: atuação parlamentar



Pedro Celso
PT

Tivemos, também, especial atenção para o capitulo dos transportes coletivos, notadamente visando proteger os direitos dos usuários e dos trabalhadores do setor, os dois elementos fracos nesta corrente.

Embora não contássemos com a maioria de votos, que nos pudesse garantir maiores avanços sociais, políticos e econômicos, entendendo que a nossa Lei Orgânica contém muitas e significativas conquistas em relação às leis orgânicas dos grandes municípios brasileiros.

Por fim, a Lei Orgânica que, de certa forma, representa a autonomia do DF em relação ao Governo Federal, deve ser, agora, amplamente divulgada para toda a sociedade.



Peniel Pacheco
PTB

Eleito um dos relatores da Lei Orgânica, o deputado Peniel Pacheco foi responsável pela Comissão Temática, que elaborou os três primeiros títulos da lei maior da capital do País, que englobam a organização dos poderes do Distrito Federal.

Estes títulos são de fundamental importância por serem a base jurídica da lei que a partir de agora regerá a vida dos cidadãos

brasilenses.

A participação do deputado Peniel não se restringiu a estes três títulos. Entre as muitas propostas que ele apresentou e que foram inseridas na Lei Orgânica, ressaltam-se os seguintes dispositivos:

- a) dar prioridade às entidades filantrópicas de atendimento a menores carentes, deficientes físicos e idosos na aquisição de terrenos para suas instalações;
- b) delegar ao Poder Executivo, elaboração do projeto de lei que garante aos profissionais que trabalham com ensino especial, uma gratificação entre 12 por cento e 25 por cento do seu salário.

Peniel Pacheco acredita que, com a promulgação da Lei Orgânica, ficam consolidados os direitos de cidadania da população do Distrito Federal, que embora convivendo lado a lado com o Poder da República, estranhamente, estava alijada do processo de participação da vida política. "Com a Lei Orgânica, Brasília consolida suas prerrogativas de União Federativa".

INÉDITO

Um conto de Antonio José de Moura

O homem chegou perguntando por um tal Anterino. Dissemos que não sabíamos, mas o homem não se conformava.

— Quero saber onde está o Anterino.

— Que Anterino, meu? Aqui não mora nenhum Anterino.

— O Anterino, um que tem olho de vidro. Mora nessa rua — o homem insistiu.

— Nessa rua, não — alguém protestou.

— Nessa rua, sim — o homem disse, limpando a boca com as costas da mão.

— Aqui não mora nem Anterino nem João Quirino —

outro dos nossos falou. — Conheço todo mundo e posso garantir pro senhor que não tem nenhum Anterino na rua.

— Fazendo gracinha, é? Se eu disse que mora, é porque mora; tão querendo acoiar? — o forasteiro gritou; e bateu o copo de dose no balcão.

Fregueses distanciados assustaram-se e dois que antes discutiam futebol quiseram ir embora.

— Não vai sair ninguém, sem minha ordem — disse o homem, sacando ao mesmo tempo dois revólveres. — Fechem as portas.

Avalei a situação, sem no entanto encarar o homem que procurava Anterino. Olhava-o de banda, e quando sentia seus olhos quei-

mando no meu rosto, disfarçava com o pé, de um jeito bobo, esfregando qualquer coisa invisível no chão. Mas quando o homem olhava para o outro lado, examinava-o com um rabo de olho. Não conheço hipnotizadores, mas penso que o homem era um deles. E os dois revólveres em suas mãos também brilhavam.

— Fila indiana. Agora, contra a parede! — o homem ordenou, os dedos ágeis brincando com as armas, como se fora caubói.

Obedecemos maquinalmente e houve quem exagerasse, ajoelhando-se com as mãos na nuca, o que pareceu tê-lo irritado ainda mais.

— Não sei o que faço que não acabo logo com vocês — ganiu, acertando uma cus-

parada na eletrola.

Deu um tempo e voltou a lembrar-se do Anterino.

— Vão ou não vão dizer onde está o jovem? — gritou, colocando com o polegar um dos revólveres no descanso e apontando-o em nossa direção.

Um silêncio de casa sem ninguém.

O forasteiro tirou o dedo do gatilho e depositou a arma no balcão.

Sacou a latinha do bolso e conversou em código.

— Câmbio! — Concluiu.

Cinco minutos depois, homens armados de escopeta punham as portas no chão. Varjaram tudo. Nem mesmo uma agulha teria escapado à revista.

— Concluída com êxito, Grande Chefe, a Operação Viver-em-Ordem! — o homem soprou na latinha.

— Câmbio!

E, virando-se, advertiu que se alguém ali abrisse o bico para dizer que eles andaram atrás do Anterino, iria parar no pogo.

Conhecíamos de ouvir dizer e de causar arrepios — o que era o pogo.

— Ou então será esfolado — avisou, antes de ir-se com os outros, lembrando que o que acabavam de fazer era coisa banal, sem importância: mero exercício de rotina para manter os rapazes em forma.

Antonio José de Moura consagrou-se nacionalmente com o conto "Sua Língua de Favela". Neste texto especial para o DE-LETRAS, Moura encarnou pelo oficial espelho do conto subterrâneo, com o sucesso de sempre.

Era uma vez uma princesa...

Ela saltou da cama já pegando o telefone a fim de ligar para seu cabeleireiro e marcar uma hora em seu castelo. Sem maquiagem, cabelos desgrenhados, olhos inchados, pele amarrutada, tentou em vão conseguir uma linha de seu próprio quarto, mas notou que estava ocupada.

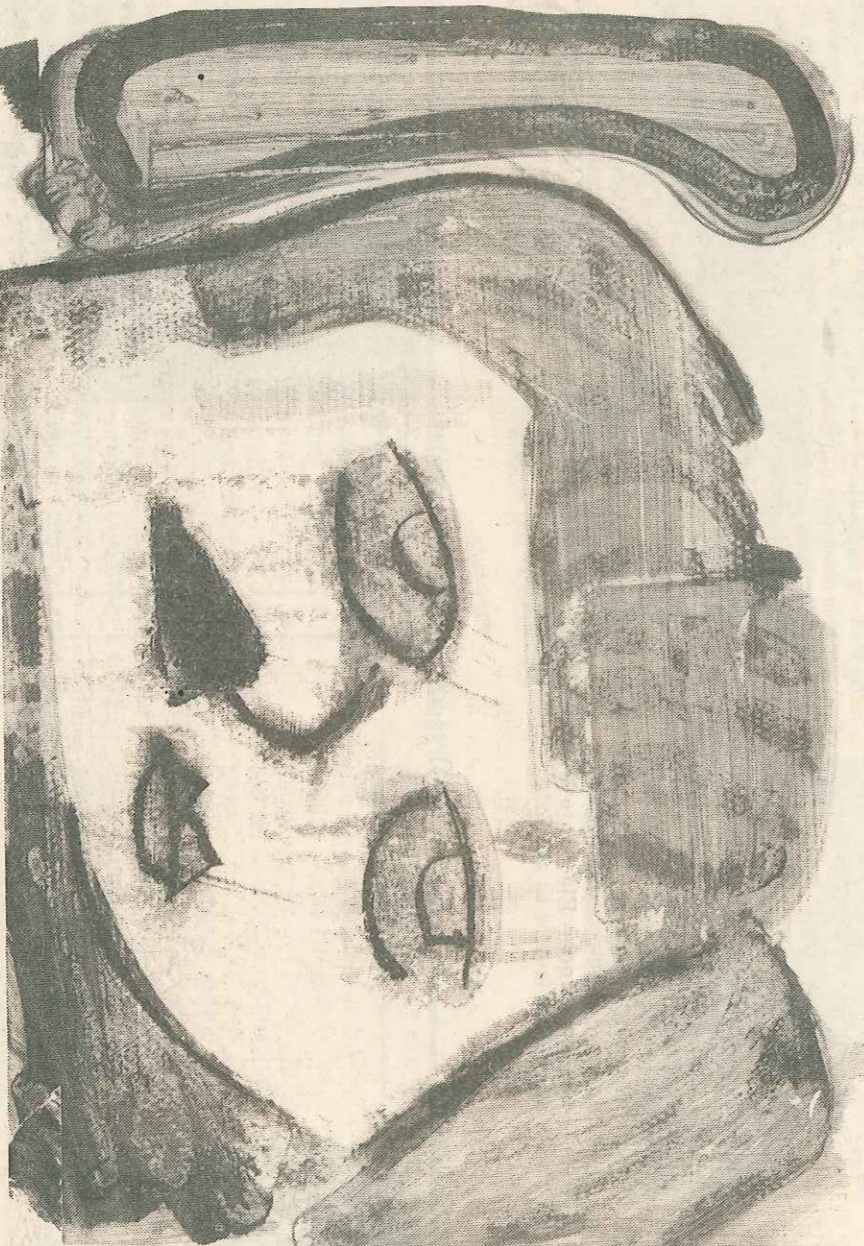
Eram 13 horas, mas ela nada falou, pois afinal, era casada com um príncipe e tinha por obrigação manter o seu papel...

Foi ao banheiro, lavou o rosto, escovou os dentes e fez xixi — as princesas também fazem xixi — e para isso, levou aproximadamente trinta minutos. O cabelo não adiantava pentear, pois com o laquê da última noite, estavam duros e seria arriscado demais quebrar o pente. Fato que a deixou mal humorada, pois parecia uma plebêia e ela detestava olhar seu rosto verdadeiro no espelho.

Pegou de novo o telefone. Ocupado

E de novo. Ocupado.

Era o início da transfor-



Princesa e Bruxa

mação...

Ainda sob o efeito terrível do espelho sobre suas cortes educadas, ela desceu as escadarias do palácio com seus saltos altos em seu robe de seda, com o empenhamente perigo de esborrachar-se no chão. Arrancou os sapatos, que voaram pelos ares. Desceu mais um

degrau. Pisou na renda que ficava na bainha de seu lindo robe, rasgando-a.

Gritou por todos os seus empregados: babás, jardineiros, copeiras, cozinheiras, mordomos, motoristas. Os que chegavam ficaram em posição de sentido, assustados não se sabe se com sua ira ou com aquele rosto

desgrenhado, moldado por aqueles cabelos de fogo espetados.

Começou o discurso inflamado de autoridade, andando pela casa como louca, sendo seguida por sua assustada legião de servidores.

Não se sabia se o "filme representado" era de humor

ou terror. À esta altura a metamorfose já havia se completado, desatenta a qualquer padrão de bons modos ou educação de princesas.

A bruxa ia espalhando o terror pela casa, berrando, gritando. A cada aposento alcançado iam-se ouvindo batidas de portas, vasos espatifados, quadros e cortinas despencados. Ouve-se um uivo aqui, barulhos de vidros ali. Convidados espiam de longe, discretamente, nota-se vê-los boquiabertos.

Suas filhinhas choram com medo de que alguma das histórias de bruxa tenha saído dos livros e tomado vida.

De repente, aparece o maridinho e lhe diz algo ao ouvido. Subitamente a bruxa se acalma. Suada e ofegante, dá-lhe um beijo e sobe as escadas cantando uma de suas canções de princesas.

Sob os olhares de uma atônita platéia, o maridinho ordena:

— Instalem uma linha telefônica em cada cômodo dessa casa!

Houve um belo domingo naquele dia.

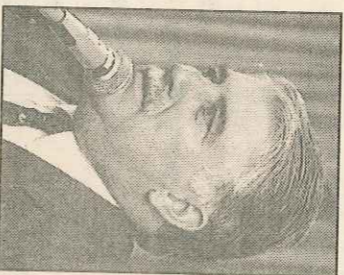
E foram felizes para sempre...



Rose Mary
Miranda-PP

Garantir a participação popular através da criação dos Conselhos Comunitários e o grande destaque da Lei Orgânica para a deputada Rose Mary Miranda, do PP, uma das relatoras da Comissão de Sistematização e Vice-presidente da Câmara Legislativa. Com a lei o Distrito Federal, em sua opinião, atinge em definitivo a sua autonomia política, passo fundamental para o seu futuro uma vez que assegura ao povo a sua cidadania. Rose se diz satisfeita com o resultado de dois anos de trabalho pois a Lei Orgânica, em seus 365 artigos, contempla amplamente o lado social dando garantias à sociedade com ênfase especial aos idosos e às crianças. "Pelos próprios caracteres do DF e pela atipicidade da Câmara Legislativa - afinal já em sua primeira legislatura recebeu a incumbência de elaborar a nossa Constituição - começamos, na verdade, do nada. Do zero. O trabalho foi árduo, cheio de dificuldade, mas com força de vontade e dinamismo ultrapassamos os obstáculos e agora entregamos ao Brasilense uma Lei enxuta", diz a parlamentar. Rose, que acompanhou passo a passo todo o trabalho, enfatiza que promulgada a Lei Orgânica deve ser feito um amplo trabalho de divulgação para que o cidadão com um passe a conhecer os seus direitos. "A nossa obrigação não foi apenas elaborar a Lei. Devemos lutar daqui pra frente para que ela seja cumprida", adverte.

Salviano
Guimarães-
(Sem partido)



Quando em 2 de agosto de 1991, em sessão solene com a presença dos chefes dos três poderes do Distrito Federal, o então presidente da Câmara Legislativa, Salviano Guimarães, deu por abertos os trabalhos da Lei Orgânica, conclamou todos os parlamentares a escrever uma lei que exortasse os ideais de justiça social e consolidação das relações democráticas entre o estado, as instituições e a população.

Ao escrever a primeira Constituição da capital do Brasil, devemos ter presente que esta tarefa deve significar fundamentalmente a convicção do dever indeclinável de, acima das ideologias e dos ideais partidários, dar a Brasília uma estrutura racional e orgânica de normas inspiradas nos postulados do direito, da liberdade, do humanismo e da democracia, disse Salviano ao instalar a Lei Orgânica. Para ele, "o capítulo que mais trouxe polêmica, sem dúvida, o capítulo da terra".

O deputado Salviano apresentou cerca de 60 emendas ao texto da Lei Orgânica e, no caso específico da terra, ele apresentou um capítulo inteiro disciplinando o assunto e defendendo a titulação das terras públicas rurais do Distrito Federal.

Alguns capítulos, como por exemplo, o do meio ambiente representaram, na opinião do deputado, um considerável avanço. "As futuras gerações terão garantidas a qualidade de vida e a proteção aos mananciais e reservas naturais, desde que respeitado o que determina a lei", afirma Salviano.

José de Alencar

revisitado

Ceci, a personagem de "O Guarani", de José de Alencar, apresenta-se com duas idades em sucessivas edições há pelo menos 67 anos. Cochilo tipográfico ou "barrigada" da crítica literária? A descoberta foi de duas alunas da rede de ensino público do DF.

Série Bom Livro

José de Alencar

O GUARANI

Duas alunas do 2º grau de uma escola pública de Brasília — o Centro Educacional Setor Oeste — podem ter descoberto algo na obra de José de Alencar até agora não percebido pelos críticos literários e estudiosos da obra do escritor cearense. Trata-se de um erro ou de mais um "absurdo" característico do período romântico da literatura brasileira e, particularmente, dos romances de José de Alencar. Em "O Guarani", a personagem Cecília aparece com duas idades diferentes: com 18 anos no Capítulo 2 da primeira parte, intitulada "Lealdade", e com 16 no Capítulo 13 da quarta parte, "A Refeição", que nas edições mais recentes está incluído no capítulo de número XI, "Eplílogo".

A descoberta ainda não foi reconhecida pelo setor acadêmico, mas a professora de Português Márcia Alves Ferreira acredita que ela vai acabar gerando uma polémica a mais em torno da obra de Alencar. Ela refuta a possibilidade de mais um erro de impressão, como foi encarado por outros professores. Entre as dezenas de edições de "O Guarani" as idades diferentes de Cecília aparecem em pelo menos três. De 1926, pela Livraria Garnier; de 1931, Civilização Brasileira Editora, e de 1993, Editora Atica. Com a ajuda da Fundação Educacional do Distrito Federal, a professora Márcia Ferreira vai tentar chegar à primeira edição do romance, através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O erro foi detectado por acaso, durante uma discussão da classe em torno do livro. A professora pediu descrição da personagem Cecília e duas alunas, Ângela Mossos Silva e Andrea Andrade Amorim, ambas de 15 anos, citaram duas idades diferentes. Instada a desenvolver a disparidade, a turma confrontou as diferentes edi-



ções em classe e acabou concluindo que não se tratava de um simples erro de impressão.

anos na idade de Cecília, sem que o enredo tenha voltado no tempo, pode ter sido intencional por parte do autor.

Mesmo que a constatação dos alunos do Setor Oeste acabe reduzida é um simples delíze topográfico, a professora Márcia acredita que ela terá servido de alerta para que se evite no futuro que um erro não se repita durante décadas em edições sucessivas, seja ou não de obras literárias. Sua intenção de professora que lida com literatura brasileira há mais de 20 anos aponta, no entanto, em outro sentido. Embora ressalte que não é conhecedora profunda da obra de José de Alencar, ela acredita que o lapso de dois

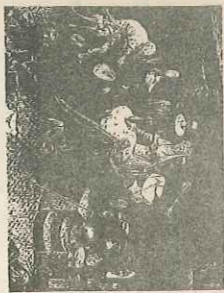
da árvore, desafiando a lei da gravidade.

Márcia Ferreira considera "O Guarani" uma leitura indispensável aos alunos do 2º grau, possibilitando conhecer o que há de mais representativo na fase indianista do romantismo brasileiro. O método que ela usa no Setor Oeste permite "dissecar" cada obra em análise. "Eu mesma só falo quando os alunos já fizeram tudo", explica. Segundo Márcia, o fato de a escola ser pública é em parte responsável pela descoberta em "O Guarani". Cada aluno tinha uma edição diferente, que pediu emprestado. Se fosse numa escola particular todo mundo compararia com um livro comprado no ato", diz.

Resenha

O Teatro dos Vícios

Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial

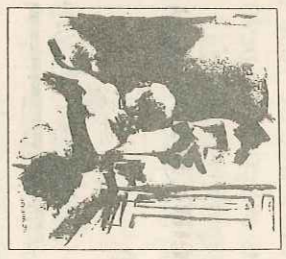


Emanuel Araújo

JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Teatro dos Vícios — por Emanuel Araújo — Magnífico painel sobre a sociedade colonial brasileira, investida com a maestria e competência usuais ao professor do Departamento de História da UnB e diretor de sua Editora. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial é subtítulo que unifica os diversos prismas com que Emanuel Araújo decodifica o passado com remissão surpreendente a atualidade brasileira. Editora José Olympio, 1993, 362 págs.

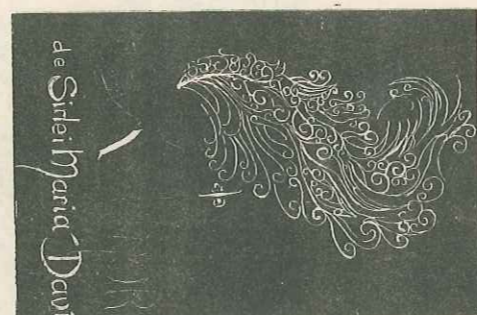
Gustavo Neiva Coelho



Cantos

Editoria Comercial da Ubu-Cadê 90

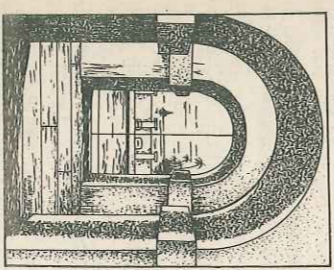
Cantos — Gustavo Neiva Coelho, poeta e arquiteto, publica aqui poesias que refletem as grandes questões do fim do Século. Edições Consocidas UBE — Goiás, 1990.



Grito de Amor — Neste novo livro, a explosiva poeta gaúcha Sirlene Maria Davi, colaboradora de DF — Letras mostra-se irremediavelmente apaixonada e em plena forma de seus momentos poéticos. — Martins Livraro, Editor — Porto Alegre, 1993, 208 págs.

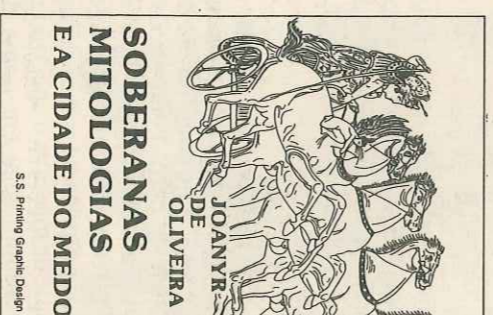
A grande farrá

RAY CUNHA



A UnB e os Movimentos Sociais — Cadernos de Extensão contêm reflexões de professores da UnB em suas experiências junto aos movimentos sociais do DF, incentivados pelo Decanato de Extensão da universidade — Brasília, 1993, 46 pg.

A Grande Farrá — por Ray Cunha — contos ambientados na Amazônia, com forte carga existencial e narrativa densa. Editora Gráfica OF-FSET — Brasília 1992, 153 págs.



Soberanas Mitologias e a Cidade do Medo — livro de poesias inspiradas em diversos mitos mundiais. O autor, velho conhecido dos brasilienses, tem diversas obras publicadas e reside hoje nos Estados Unidos. SS Printing Graphic Design, Anaheim, CA — USA.

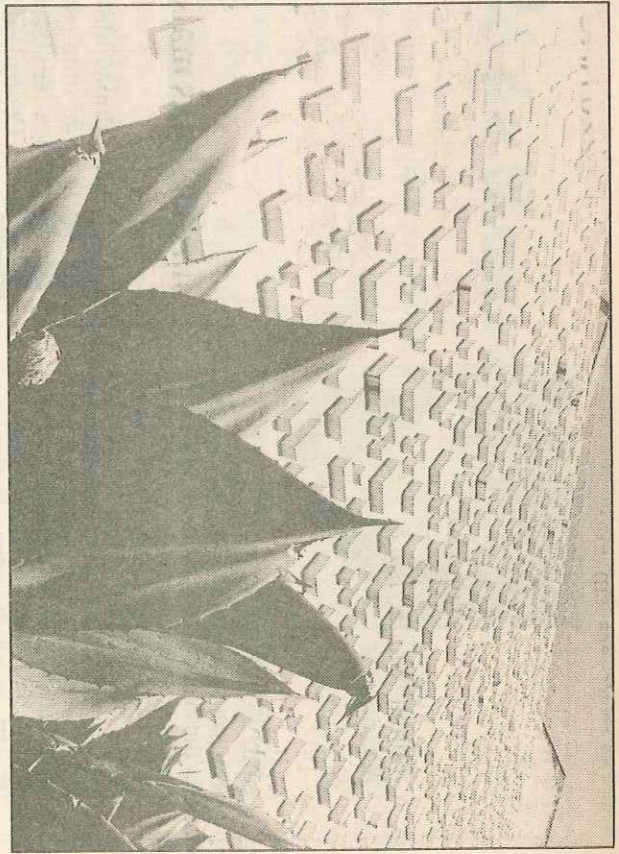
Amanite confesso da luminosidade de Brasília, o artista plástico Athos Bulcão vem contribuindo há muito tempo para a composição do universo cultural da cidade. Chegou o momento de se render um tributo ao artista e esta homenagem surge sob a forma de entidade voltada para o intercâmbio internacional e inter cultural em arte. Trata-se da Fundação Athos Bulcão, lançada no dia 26 de abril, no Palácio do Itamaraty, por um grupo de amigos e admiradores do mestre.

Na verdade, a Fundação começou a ser criada em dezembro do ano passado, a partir da doação por Athos Bulcão de um importante acervo constituído por pinturas, objetos e centenas de projetos realizados e não realizados de integração de artes plásticas e arquitetura. Dentre os mais conhecidos estão aqueles feitos em parceria com Oscar Niemeyer, João Filgueiras Lima, Fernando Burmeister, Hélio Uchoa, Ítalo Campofiorito, Horácio Borges, H. Mindlin Associados e Cláudio Cavalcanti. O acervo inclui: Igreja-nha, Teatro Nacional, Hall do Congresso Nacional, Brasília Palace Hotel, Palácio do Itamaraty, Memorial da América Latina, Sede do Partido Comunista Francês, Residência Mondadori, Hospital de Taguatinga, Sede da Manchete, Sede da Editora Arnaldo Mondadori, Milão, entre outros.

Centro — Para abrigar todos esses projetos, a Fundação Athos Bulcão deverá contar com um centro cultural multimiúda, cujo prédio será projetado por Oscar Niemeyer. O centro pretende desenvolver atividades relativas à reflexão e produção no campo da arte contemporânea, num empenho do resgate da vocação renovadora e vanguardista que orientou a criação de Brasília. A partir dessa estrutura, a Fundação Athos Bulcão colocará em prática outros objetivos, como reunir e preservar documentação, promover e divulgar pesquisas e estudos sobre a trajetória e a obra de Athos Bulcão e de outros artistas, cujos acervos venham a se incorporar ao patrimônio da Fundação.

A presidente da Fundação Athos Bulcão é a empresária e escritora Vera Brant, e Presidente de Honra o arquiteto Oscar Niemeyer.

Trajectoria — Desde 1958, Brasília vem sendo



Painel lateral do Teatro Nacional, uma das obras mais significativas de Athos Bulcão.

Fundação preserva acervo de Bulcão

A luminosidade de Brasília, que deixa a todos com fotofobia, foi a responsável pela vinda de Athos para a cidade: era uma de suas grandes paixões

José Coury Neto

Jornalista da Comunicação Social

presenteada com muitas obras de Athos Bulcão. Dentre elas estão os azulejos da Igreja-nha de Fátima (307/308 Sul); o painel do Salão Negro do Congresso; relevos do Teatro Nacional; painel do Panteão da Pátria, os quadrinhos de Nossa Senhora, que estão na Catedral de Brasília e os azulejos da Câmara Legislativa do DF. Athos Bulcão costuma se autodefinir como um artista "íntimo da luz". Para ele, linguagem é visualidade e, por isso mesmo, o mestre procura se expressar em cores e formas.

Apixonado pela claridade de Brasília, o artista decidiu mudar-se para a nova capital no final da década de 50 sob o argumento de que sua terra natal, o Rio de Janeiro, "tem muita claridade, mas nenhuma luz". Athos Bulcão nasceu no bairro do Cajuete, em 1918. Em 1939, decidiu abandonar o curso de Medicina no 3º ano para seguir o caminho da arte. No mesmo ano entrou em contato com os pintores Enrico Bianco, Roberto Burle Marx e Carlos Scliar. Expôs pela

primeira vez no Salão Nacional de Belas-Artes de 1940 e, no Salão seguinte, obteve o Prêmio de Isenção de Juri (Medalha de Prata) em Desenho e Pintura.

A partir de 1955 deu início à colaboração efetiva em projetos de Oscar Niemeyer e, em 1958, passou a residir em Brasília, intensificando seu trabalho de integração arquitetônica. Lecionou na Universidade de Brasília de 1963 a 1965, demitindo-se em companhia de mais de 200 professores. Em 1969, recebeu do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) o título de Sócio Benemérito, pelo alto nível de seu trabalho de integração das artes plásticas na arquitetura. Em março de 1988, foi reconduzido a UnB pela lei da Anistia. Lecionou no Instituto de Artes até sua aposentadoria, em 1991.

Ao longo de sua carreira, Athos Bulcão tem participado de numerosas exposições coletivas. Seu trabalho na integração arquitetônica contabiliza a realização de mais de uma centena de painéis no Brasil e no Exterior.

□ 220 ANOS DE TRADIÇÃO NO PLANALTO

Festa do Divino em Planaltina

Uma das festas mais populares do interior Brasileiro, segundo o articulista, tem sua origem registrada na História em Portugal. Com a vinda dos lusitados, aos poucos, os brasileiros adotaram o folclore lembrando as refregas dos mouros.

SALVIANO GUIMARÃES

Deputado Distrital

seus interesses e características culturais os preceitos da liturgia católica que regiam (ou deveriam reger) a festa.

Entretanto, componentes profanos sempre estiveram nesta manifestação, interligados aos religiosos.

Inicialmente - dentro dos preceitos da Igreja, a Festa do Divino corresponde ao Pentecostes, isto é, a comemoração da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. No Livro dos Apóstolos (2-14) está escrito o seguinte: "E apareceram-lhes umas línguas de fogo, que se repartiram e pousaram sobre a cabeça de cada um. E foram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em várias línguas, como o Espírito Santo lhes permitia que falassem".

Um exemplo disso é que, nas procissões orientadas pela Igreja, onde vai o Imperador, ou no levantamento do mastro, manifestação sabidamente popular, a bandeira nele colocada vem de dentro da igreja, em procissão, após missa ou novena. (N.R. Bonfiglioli. Folclore do Divino 1984).

Mas naturalmente, esta função, com o correr dos tempos, evoluiu para um sentimento e uma necessidade social muito mais intensa, onde todas as pessoas

da coletividade ajudam com esmolas ou com ofertas de seu trabalho na preparação dos enfeites, da comida a ser servida ao povo, na ornamentação das ruas e das igrejas. Enfim, todos trabalham e se divertem juntos.

A procissão sai às ruas das Vilas, alvora e percorre as fazendas da região sempre levando as bênçãos do Divino, que absorvidas por toda gente evolui do cerimonial religioso para se transfigurar num momento de alegria, despreendimento e congratamento transformando-se daí na Folia de Rua e na Folia da Roça.

Os Ritos Antigos
A folia, a princípio, levava

um ou dois violeiros, um tamboreiro, moleque dos ferrinhos e dos pandeiros, e um trovador. Ia a bandeira ou uma haste metálica com a pombinha do Divino. Saía a pé ou a cavalo, percorrendo a zona rural ou a cidade durante semanas. Depois seus elementos foram diminuindo até que o trovador passou a porta-bandeira. O violão era sempre improvisador. Na roça havia pouso da folia com jantar. Ao regressar à casa do festeiro cantava-se assim:

"Deus te salve a casa santa onde Deus fez a morada onde mora o cális bento e o hóstia consagrada".

"Na festa havia novena, leilão, levantamento de mastro, pau-de-sebo, ronqueiras e rojões, foguetas, ceia na Casa do Império e distribuição de gêneros alimentícios aos pobres. Para as pessoas mais importantes, baile à européia: para o povo, cateretê.

O imperador dentre os candidatos espontâneos ou indicados pela comunidade era sorteado ou eleito pelos fiéis durante a missa. Tal sorteio se fazia durante o ofertório quando o celebrante comunicava a todo povo o nome de cada um dos candidatos, colocando-os numa salva ou saquitel de onde uma criança retirava a sorte grande. Este era o Imperador para o próximo ano!

Os demais candidatos eram também sorteados e passavam a ocupar os outros cargos:

No princípio era em Portugal. Lá, a Festa do Divino Espírito Santo nasceu de um sonho real. Luis Chaves, no seu Folclore religioso, conta que a instituição do culto ao Divino, naquele país, deve-se à rainha Santa Isabel (1271-1336) que, estando com seu marido, El-Rei D. Diniz, pernoitou na Vila de Alenquer. "Ai, através de um sonho, 'hva noite em que o sonho não fugia dos olhos', lhe veio o conhecimento de que Deus muito se alegraria caso fosse construída, naquela localidade, uma igreja ao Espírito Santo. Ao alvorecer do mesmo dia, Isabel mandou pedir aos juizes da Vila que lhe enviassem quatro pedreiros e seis ajudantes, e ordenou-lhes que fincassem os alfinces em determinado lugar. Ali chegando, no entanto, encontraram os alfinces já começados e, consequentemente, a planta da igreja, embora pessoa alguma a tivesse feito. A rainha viu nisso a mão de Deus e caiu em oração agradecendo o milagre (...). Conta-se também que os operários receberam rosas da rainha como pagamento, e elas se tranformaram em dinheiro".

A partir de então, a Festa do Divino proliferou em todo Portugal e nas ilhas de sua possessão, conduzindo dentro de si toda uma variada gama de festas com características próprias de cada região. Naturalmente, os elementos eram comuns, ou seja: generalizaram-se termos como 'Imperador', bem como cantos e danças, sendo que cada região ou localidade melhor adequava aos



Tadeu Roliz
PP

A primeira Lei Orgânica do Distrito Federal está pronta e apesar do atraso na elaboração não podemos nos queixar: afinal, não seria em alguns poucos meses que teríamos condições de preencher uma lacuna que não ocupamos nesses 83 anos de existência de Brasília.

Como Parlamentares, tivemos a grande responsabilidade de escrever a primeira Carta Magna do DF e não foi fácil. Procuramos, democraticamente, ouvir toda a população, que culminou em quase 5 mil sugestões. Minhas sugestões englobaram as necessida-

des mais básicas das comunidades que residem no DF, tanto na criação de novos empregos, no aprimoramento do ensino público e no atendimento hospitalar, na proposta mista de concessão de uso, arrendamento ou titulação de terras por trabalhadores rurais, na participação dos empregados na administração das empresas e também no incentivo ao esporte e ao lazer.

Procuerei, através de propostas e emendas, dotar o Distrito Federal de condições que o tornem independente não apenas política e financeiramente, mas principalmente na autogestão, se liberando das garras que o prendem a outros estados.

Nossas contribuições, contidas no texto da Lei Orgânica propiciaram o desenvolvimento do pólo industrial do DF, mas, ao mesmo tempo, dotarão nossa cidade de um orçamento maior, que dê apoio às políticas sociais e econômicas conquistadas.

Mas nosso trabalho não acabou. Nossa contribuição entrará agora na fase mais difícil, principalmente para nós, parlamentares, que utilizaremos nosso mandato para fiscalizar o cumprimento de cada artigo.



Wasny de Roure
PT

Nosso trabalho na elaboração da Lei Orgânica deu-se, principalmente, nas questões de natureza orçamentária e tributária, na área de ciência e tecnologia, na de comunicação social, algumas questões na área de educação, saúde e assistência social, e na garantia dos direitos dos servidores do GDF.

Na educação, podemos salientar a obrigatoriedade da presença de orientadores educacionais nas escolas do DF e as medidas para erradicar o analfabetismo no DF, em dez

anos, com a participação de entidades da sociedade civil. Na área de saúde, a maior conquista foi o artigo que garante a promoção e restauração da saúde psíquica do indivíduo, sem o uso de celas fortes e outros procedimentos desumanos, dando preferência aos hospitais-dia e atendimento ambulatorial.

Na comunicação social, destacamos a criação do Conselho de Comunicação Social do DF, que foi uma conquista da participação popular na elaboração da Lei Orgânica, dando à questão um tratamento de política pública. Na de ciência e tecnologia ficou a garantia da Fundação de Apoio à Pesquisa, com percentual orçamentário, além da formação do Conselho e do plano de carreira.

Na área de assistência social, foi garantido o tratamento da mesma como política pública e não como mero assistencialismo. Por último, destacamos a co-gestão nas empresas públicas e a participação popular no processo de orçamento, dentro das questões econômicas.

Mordomo do Largo
Mordomo da Barraca
Mordomo da Fogueta
Mordomo do Mastro
Procurador da Sorte.

Os Folhões da Rua e da
caresponsáveis, além das
stas Religiosas, pela parte
pular e folclórica dos fes-
s, eram sempre escolhidos
ou sorteados durante as
pectivas Foliás, após se-
n seus nomes aprovados
um Conselho formado
ex-Folhões onde in-
li-se o Folião do Ano.

As competições de preparação
s Folhas. Os juizes da Mis-
eram todos os membros
comunidade que se ins-
eviam ou eram indicados
ra colaborar com a Festa.

A Festa na Região do Pla-
lho e em especial na Vila
Mestre D'Armas — Pla-
lhinha — embora com al-
mas interrupções, sem-
e foi realizada mesmo que
enas com poucos fiéis e
na pequena organização
as bandeiras, a coroa do
mprador, para abençoar as
sas e seus moradores no
mpimento de suas pro-
essas e para recolher os
nativos.

O dono da casa retribuía
um café, bolo de mandioca,
scoitos caseiros e, com o
ocorrer dos anos, a Igreja
atolha apoiou e participou
a iniciativa.

Tradição Atual

Hoje a Festa se mantém
ndamentalmente como
ento religioso, como uma
omenagem e um culto de
gratidão às bênçãos
o Divino com um desdo-
ramento profano expresso
as manifestações dos foli-
es.

O ordenamento se dá a
partir do Calendário Eclesi-
stico da Igreja que fixa o
lia de Pentecostes — sendo
ortanto uma festa móvel
relação ao calendário
gregoriano.

Cada ano é escolhido o
mprador, os Folhões da
Rua e da Roça, os Mordo-
nos, o Procurador da Sorte
os Juizes da Missa.

O imperador — símbolo do
oder terreno — representa-
a o povo submisso e devoto
o Poder Divino, ele deve
ua sapiência aos dons do
Espírito Santo que o coroa e
faz imperador por um ano.
O Simbolismo do Poder do
Espírito Santo se fazia inici-
almente escolhendo-se para
imperador uma criança, que

com o correr dos tempos e as
injunções sócio-culturais
passou a ser uma pessoa de
mais idade e que já tivesse
angariado um respeito da
comunidade.

Inicia-se a festa com o Sor-
teio e a transmissão dos car-
gos.

Em torno dos Folhões da
Rua e da Roça junta-se a
comunidade doando pren-
das e participando da prepa-
ração da Festa.

Noves dias antes do do-
mingo de Pentecostes na ci-
dade — "Rua" — reza-se a

O giro da Folia termina
com um almoço para toda a
comunidade.

A FOLIA DA ROÇA E OS POUSOS DE FOLIA

A Folia da Roça "Alvora"
nove dias antes do dia de
Pentecostes em uma Fazen-
da da Região de preferência
na do Folião da Roça. Esta
Alvorada é feita com reza,
missa e cantório, um jantar
e a apresentação de danças
típicas e a festança geral.

No dia seguinte após o ca-
fé da manhã preparam-se os

encontro a sua música e as
suas danças, sempre ligadas
à vida no campo e conheci-
das entre nós como Catira e
Curraleira.

Esta dança nada mais é
do que uma roda de ciranda,
mas ciranda de adulto, e
bem diferente da ciranda de
Pernambuco, da ciranda do
Pátio de São Pedro, da ci-
randa que se faz na Casa da
Cultura do Recife. Ela se faz
em roda geral, no sentido
solar, lunar, anti-relógio, pe-
la direita. Cada par vis-à-vis
onde cada dançador avança,
ora pela direita, ora pela es-
querda, zigzagueando e
cantando quadras em coro,
com uma característica bas-
tante peculiar: na dança da
Catira e Curraleira existe
compasso.

Domingo bem cedo, jun-
tam-se os Folhões no café
oferecido por um morador,
todos vão chegando com a
melhor roupa, camisa es-
tampada, calça de algodão
de tecido feito à mão, bota
ou botina, espora, currião de
couro forte, chapéu de palha
ou de massa e lenço no pes-
coço.

Chegam montados nos
melhores animais, aqueles
bons de sela, com arreios
pantaneiros ou de cabeça,
mantas, baldranas, porta-
capas de couro com franjas,
peiteiras, rédeas e cabeça-
ças com argolas de metal,
laço de banda, facão e ber-
rante.

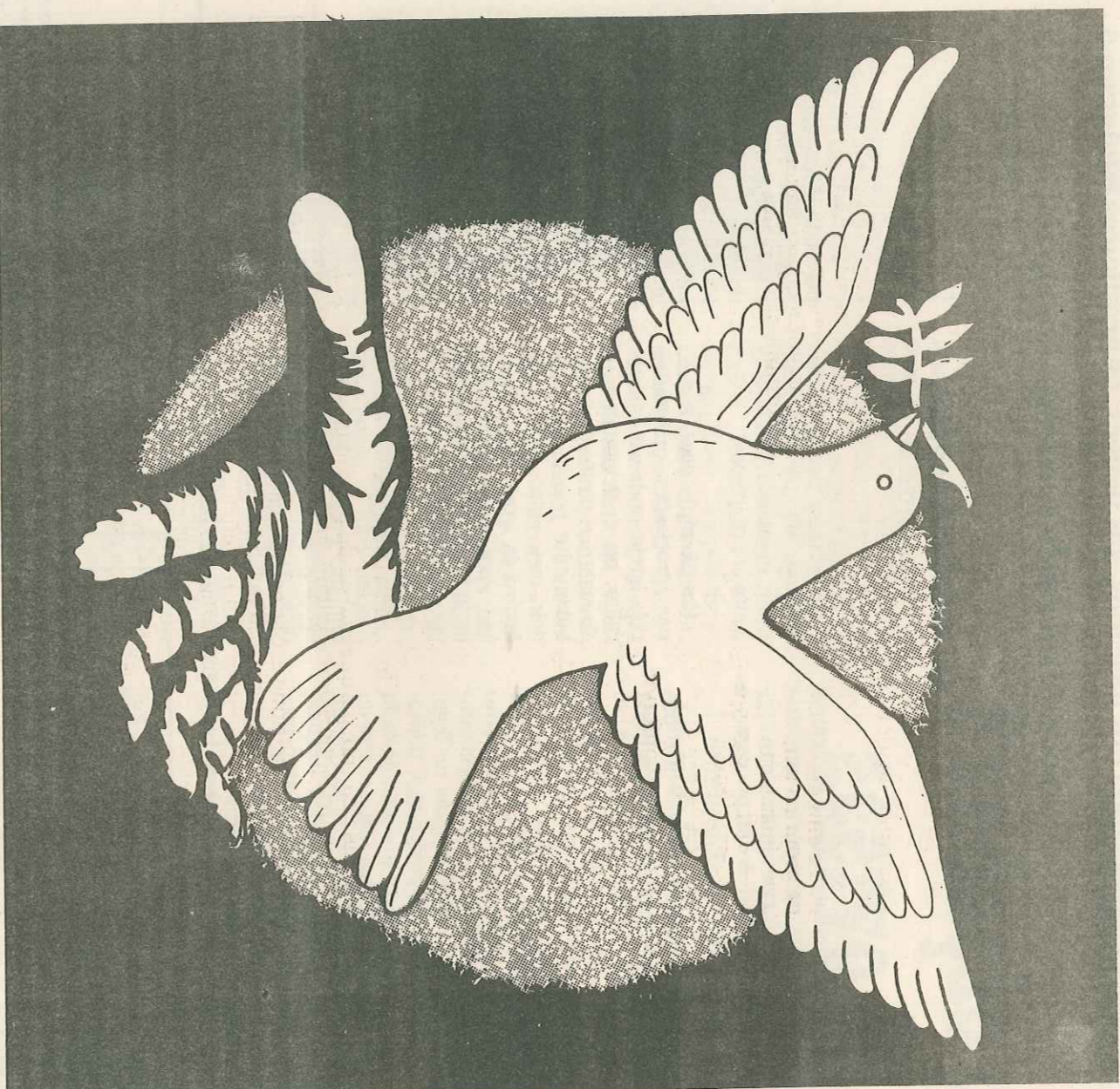
Após o café, recebem as
bandeiras do Divino e se-
guem para a Missa do Foli-
ão, ponto alto da Festa, ali
perante o altar prestam suas
homenagens a Deus, can-
tam e oferecem suas pren-
das.

Terminada a Missa do Fo-
lião saem em cortejo pelas
ruas e praças portando as
bênçãos do Divino a todo o
povo e pedindo as graças pa-
ra o próximo ano.

Das paradas nas casas pa-
ra a reza, o cantório e o pa-
gamento das promessas
quando se distribui o café
com biscoito até o almoço de
congratamento entre ho-
mens da roça e da cidade
um espírito de participação
os une e nos dá a caracteris-
tica marcante desta Festa —
a solidariedade.

À noite encerra-se a festa
com a Procissão Solene do
Imperador até a Igreja, a
Missa e a transmissão dos
cargos, quando renovam-se
os homens e reinicia-se a
festa para o próximo ano,
perpetuando-se o Culto ao
Divino Espírito Santo, que
traz no ritmo arrastado da
música uma quadra de pro-
fissão de fé e súplica.

"Divino Espírito Santo
Divino Consolador
Consolai as nossas almas
Quando deste mundo for"



Motivo do
canta-
da
festa deste
ano.

las, caixas, rebeca, choca-
lho, reco-reco e adufe).

Logo atrás vem a Banda
constituída de homens, mu-
lheres e crianças, e o canto é
bastante triste, acompa-
nhado por estribilho vocal.

O Leilão é feito na sexta-
feira, no largo da Matriz.

A Folia, com o Alfeser da
Bandeira, o caixa, o triângu-
lo e a vida canta o "Deus le
pague a boa esmola, dado de
bão coração, no reino do céu
se veja o sinhó e sua gera-
ção".

Festa do Divino é realiza-
da por etapas: Folia do Divi-
no, Pouso, Leilão, Encontro
das Bandeiras e Procissão.

Os bis-
poetas co-
te um ár-
pela disc-
em temp-
do jesuit-
historiad-
portuguê-
Paulo Be-
nalista e
década. I

Deve hav-
lixados p-
deve hav-
orçados p

Mas desti-
da preocu-
hoje me r-
e um esp-

Nos rápid-
lembran-
dos pegu-

a sede de-
mais me-
deste est-

Materia v-
e escorre-
Pelo chá-

Só não
as flores
nas noites
1925.

Que sab-
à espera
e cadeira
no Escrit-
das flore-
de plásti-

que a inc-
e o piedo-
fazem ad-
Que sab-
materia
como ch-

Só não
nas noite-
Noites ar-
pousam
leito ond-
dormem
Em 1925
Em 1987
Eternam

Poetas Bissexto

Os bissexto são espécies diferentes dos poetas cotidianos. O bissexto é geralmente um árduo ensaísta ou romancista que pela disciplina de ofício expõe, de tempos em tempos, reflexões poéticas. E o caso do jesuíta espanhol-goiiano Luis Palacin, historiador, ao pensar no mais castiço português, os seus 60 anos de vida. E Paulo Bertran, também historiador, jornalista e ensaísta, pela primeira vez nesta década, publica um seu poema.

Poetas de Brasília

Brasília, a esfinge cotidiana, é objeto permanente inquietação de seus poetas. Nesta página Olivia Volker Rauter e Nubia Soares Rolim citam seus ícones da cidade e do cerrado, incorporados ao movimento das dúvidas e certezas de Brasília.

Olivia Volker Rauter

NUBIA SOARES ROLIM

Cerrado,
Encerrado no mistério
das árvores retorcidas
pelo tempo,
pela chuva e pelo vento,
pela chama,

Brasília sutilmente se encanta
Com a chegada desse dia
Em brasa e ilha
Suave Brasília.

AOS 60 anos
Deve haver menos luz em meus olhos,
lixados pelo tráfego dos anos,
deve haver menos vento em meus antolhos,
orçados pelos lentos desenganos.

Encerrado na beleza
das cores,
das folhas e das flores
que renascem
a cada Primavera...

Ruas descalças
Livre e nuas
Ainda menina.

Encerrado na magia
do canto do bem-te-vi
e no passo manso
do tamanduá-bandeira,

Luva nova e céu aberto
Esculpidos no plano
No alto, no planalto.

Mas desta cabotagem pela dor
da procura, que chamam experiência,
hoje me resta um âmbito interior
e um esperar maduro de indulgência.

Encerrado no templo
que é

o cerrado,
está o enigma
da própria vida,
a ser descoberto
dia-a-dia, passo a passo,
até o momento
da comunhão.

Presente imagem imortal
Descendente patrimônio
Sagrado e memorial
Entregue às mãos divinas
Eternamente Brasília.

a sede de viver e toda mora,
mais me admiro entro os homens cada dia
deste estranho animal que sofre e sonha.

Luis Palacin

O homem se confunde
com a terra crestada e dura,
vermelha como o sangue
que jorra silencioso
para alimentar o homem.

Em cerrado
não se fala.
Se contempla
e se ora.

Noites Antigas

Matéria viva. A vida queima os dedos
e escorre da concha das mãos
Pelo chão que pode tudo.

Se... É normal

Só não
as flores que o coronel Fawcett materializava
nas noites de Cuiabá (porventura frias?) em
1925.

Se Deus é eterno, porque não tendo principio, não terá mais fim, é normal que o homem tendo início e não mais fim, seja imortal.

Se Deus é Aquele que é, e se comunica em eterna novidade una e trina, é normal que, feitos à sua imagem e semelhança, animemos comunidades.

Se Deus é amor que tudo realiza transbordando-se espontaneamente, é normal que nos amemos em obras e palavras conscientes e abundantes.

Se Deus é luz que torna patente as coisas e pessoas na sua essência, é normal que saíamos o quanto antes das trevas, vivendo às claras.

Se Deus é caminho de todos para que ninguém fique errante, sozinho, é normal que enquanto peregrinos busquemos o bem em tudo e por tudo.

Se Deus é verdade para todas as idades e situações de vida, é normal que ninguém desconheça, mas viva coisas verdadeiras.

Se Deus é vida em si e fonte de vida para tantos reinos, é normal que deixemos de vegetar e procuremos reviver os sentimentos.

Se Deus é fonte d'água viva à beira da nossa estrada, é normal que não soframos desidratação espiritual na caminhada.

Se Deus é pão que desceu do céu de corpo e alma para todos, é normal que nos alimentemos D'Ele enquanto nesta terra.

Se Deus é bom Pastor buscando quem está fora dele e em perigo, é normal que sejamos ovelhas docéis às divinas insinuações.

Se Deus é Aquele que ama a quem dá com alegria ao bem, é normal que eliminemos de nossa vida tudo que altamente tristeza.

Se Deus é a nosso favor, porque por primeiro tanto nos amou, é normal que nada nos atingirá, porque contemos o Tudo de todos.

Paulo Bertran

Deputado Padre Jonas

ANE dicionariza escritores
A Associação Nacional dos Escritores — ANE, está elaborando um dicionário de escritores de Brasília, visando a dar ao público um livro de consulta sobre os escritores que residem ou tenham residido nesta capital.

A idéia da ANE é consultar do dicionário um verbete referente a cada escritor. Os dicionarizados nada pagarão pela participação. Os interessados deverão preencher uma ficha de dados que pode ser adquirida através do telefone 243-9049, com o escritor Napoleão Valadares ou com o jornalista Luis Rocha, do DF Letras, no tel. 347-5128.

Estante



Homenagem a Pompeu
Em homenagem ao jornalista e senador Pompeu de Sousa, o homem que revolucionou o jornal brasileiro e foi pioneiro na luta pela representação política do DF, o comitê de imprensa da CLDF passará a se chamar Sala Pompeu de Sousa.

Almoço com o Escritor

O professor Alan Viggi-ano inaugurou, no último dia 29, no Café e Bar Belas Artes, o projeto "Almoço com o Escritor", quando um ator fez a leitura de trechos dos originais de seu novo romance. Regado a música e muita conversa, o projeto será desenvolvido aos sábados, ao meio-dia no café Belas Artes, sempre com a presença de uma personalidade local, sob o comando do professor e poeta Gustavo Dourado (Amargedom).

500 anos de evangelização

A aniquilação do referencial simbólico dos povos indígenas

Luís Rocha

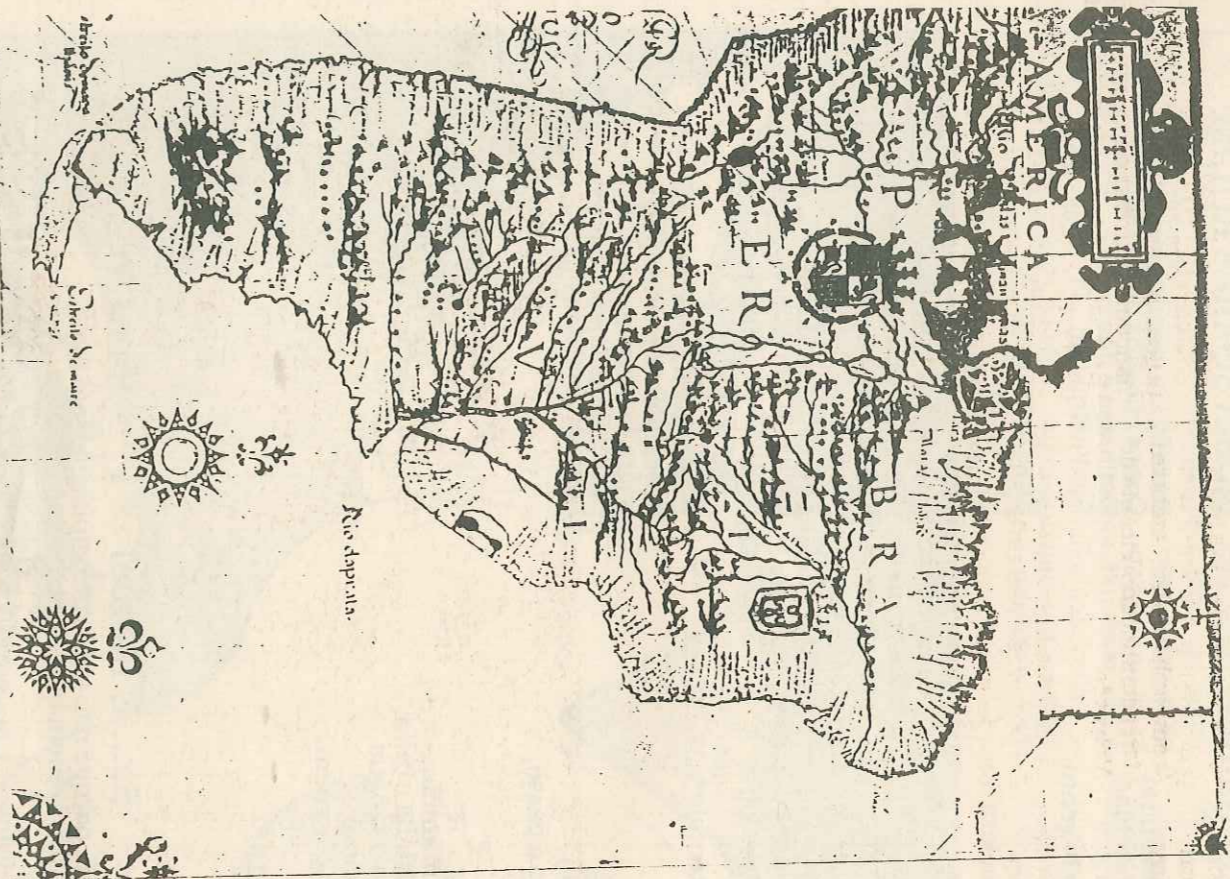
Nos 500 anos de Evangelização, é preciso retornar ao essencial rico e exclusivo do Evangelho. A consciência latino-americana, historicamente oprimida, está marcada pela negação e pelo trauma. E isso pode ser explicado no exemplo do índio, do negro e do pobre.

Mas, fiquemos com o índio que, além de ser o ente presente no momento da conquista, tem na história do seu massacre todos os elementos necessários à compreensão de uma Evangelização que foi errada.

Não há entre os historiadores de maior renome e reputação grande divergência sobre os fatores motivadores das descobertas que, entre nós, tomam o nome de conquista. Por muito tempo se indagou o que trouxera Colombo e Cabral à América: o ouro ou a fé? Hoje, está claro que as duas razões se conjugam, mas com peso e valores diferentes. O interesse e a glória dos reis católicos estavam de fato no ouro. A fé, no contexto das conquistas, entra mais como pano de fundo ideológico. Para os nativos, os homens brancos chegaram em nome de outro senhor e outro Deus mais poderosos. E suas intenções eram conquistar a terra, diminuir os gentios, ensinar-lhes a língua e plantar a "fé".

Observe aqui o quanto é sintomático essa postura de "ensinar-lhes a língua e plantar a fé". Isso já revela um posicionamento presunçosamente superior de quem chega. Sem convite, isso já começa a estabelecer uma relação de dominador e dominado. E assim será durante todo o processo de conquista. As relações estabelecidas com o outro modificam-lhe não só a realidade da natureza e da cultura, mas também altera o próprio ser do homem, porque lhe altera as referências simbólicas.

Quando o europeu, branco ou loiro, civilizado e cristão, aporta no litoral americano, seja nas Antilhas, seja no Brasil, há nele um certo espanto e regozijo. Um deslumbramento. A exuberância das florestas. O colorido dos pássaros e animais. Os homens e mulheres, livres e



Na cartografia do Séc. XVII, a concepção distorcida mas não muito distante da realidade latino-americana. (Mapa de António Sanches, 1643)

nus, como se estivessem no paraíso perdido. Tudo é permitido, tudo é bom. As mulheres os fascinaam. O europeu fica obcecado. O europeu está ao mesmo tempo deslumbrado e chocado, pois a sua "razão" europeia é a do interesse e a da moral cristã de mortificação dos corpos e purificação da alma. Todos os relatos de navegadores da época insistem nesses aspectos. A exuberância do lugar, o nativo selvagem, exótico, inocente. A festa que fazem bichos e homens junto à natureza. Mas, com a chegada do colonizador é o início do fim da festa e da repartição. É o começo de um novo tempo, com desdobramentos até nossos dias. Um tempo de opressão e negação de tudo que somos.

No processo da conquista, o branco vê o exótico, a gente inferior. Na sua ação está a dominação cultural, a diminuição pela arma. A nega-

ção do homem, repousa no nível do universo simbólico. É nisso que ele se define e revela. E nessa empreitada da conquista, os religiosos tiveram um papel importante. Não raro, as suas pregações quando não precediam o uso das armas, justificavam a carnificina. Afinal, o índio não podia ser dono de nada. Era bárbaro, selvagem, inculto. Desconhecia qualquer conceito de propriedade. Parecia não cultivar nenhuma religião. Viviam ao léu e pareciam também não praticar nenhuma moral.

Na história da conquista, as armas abrem caminhos e os turbulos queimam incenso. O poder do rei é sagrado e poderosa é a "fé".

Quando, no dia 26 de abril de 1500, o comandante português, Pedro Álvares Cabral, faz celebrar a primeira missa no Brasil, não havia ali o congratamento dos povos. Não havia nada que dignificasse o nome de Deus. Cabral mandara plantar o símbolo da fé, a Cruz de Cristo, primeiro como ritual de posse da nova terra. Depois, ordenara aos marinheiros, degradados, que a venerassem, para que os nativos aprendessem essa arte. A doutrina ficaria para depois. Os seis frades franciscanos capuchinhos que vieram com a frota de Cabral retornaram à Europa. Mas ficaram aqui, como os primeiros catequistas, os marinheiros degradados. Os pervertidos que a civilização cristã europeia recusa e deporta.

A simbologia da cruz e toda a simbologia do cristianismo ideológico servem de instrumento para a alteração do universo simbólico do indígena e, consequentemente, para a dominação. A "razão" europeia parecia saber disso, ainda que intuitivamente, pois embora não a tivesse formulado, enunciava, de todas as formas, nas suas decisões e práticas.

Não menos cruel é a história de conquista da América espanhola. O curioso é que antes de chegar às Antilhas, em 1492, Colombo travara longa discussão para convencer doutores do Tribunal do Santo Ofício das vantagens do empreendimento que propunha. Convenções

do projeto cristão, da intenção de tornar cristã a terra dos ímpios. Convencê-los da necessidade de riqueza e glória, em nome da fé.

Os sábios religiosos de Salamanca já estavam, na verdade, convencidos disso. Desde as primeiras cruzadas. A resistência inicial ao projeto devia-se, de fato, ao pavor de ver negada a milenar verdade teológica, defensora da idéia de que não era possível viver numa terra redonda, e que existissem do outro lado de uma circunferência homens de pernas para o alto e cabeças para baixo.

Mas Colombo vencera. Primeiro tentou o rei de Portugal, que negou-lhe ajuda. Mas obteve sucesso junto aos reis católicos da Espanha. Com uma pequena esquadra, composta apenas de três veleiros, Colombo se lança ao mar desconhecido. A tripulação apavora-se com a possibilidade de uma viagem sem volta. A queda repentina num abismo. Ou quem sabe serem engolidos pelo gigante Adamastor de que nos fala Camões. Mas ao medo venciam com a esperança de descoberta de ouro e prata. O próprio Colombo, sábio e experiente, os motivava com a promessa de muitas riquezas. A fé já estava em segundo plano.

Colombo descobriu. Fernão Cortés (1519) e Francisco Pizarro conquistaram e dizimaram.

Os navegadores europeus já conheciam a exuberância dos litorais. Por toda a Europa circulavam muitos relatos, histórias e lendas. O que surpreendeu, de fato, a Cortés foi encontrar no interior do continente uma civilização esplendorosa. A cidade do México (Tenochtitlán). A civilização Asteca. Tudo muito solene e nobre.

O estrangeiro loiro, montado e armado, entra na cidade. A recebe-lo um glorioso cerimonial de recepção. À frente de todos nativos, o líder Montezuma. O Deus dos Astecas. Os dois chefes se encontram. E a diferença mais uma vez se estabelece. Um, a cavalo e armado. O outro, o que é Deus para o seu povo, beija o solo para o desconhecido que chega.



ociden
verda
anunci

Será
e a E
Igreja

Como no Brasil anos mais tarde, houve aqui as trocas de presentes. E nisso vemos de novo como o referencial simbólico de cada cultura define e revela o homem. O nativo dá de si quando oferta aquilo que é precisidade na sua cultura. O estrangeiro retribui com o supérfluo e fútil. Nessa troca não importa o valor dos presentes, mas a função simbólica de cada um. O nativo se dá no que oferece. O estrangeiro parece zombar no que retribui. Quem sabe não está aqui a gênese de fraternidade hospitabilidade latino-americana.

Algumas noites depois, a moral e a fé europeia disseram a que vieram. Quando os Astecas estavam estrategicamente encurralados no seu grande templo, deu-se o mais hediondo dos massacres. Mais uma vez eram os homens brancos que viam em nome de outro se-

nhor e outro Deus mais poderosos.

Mais ao sul, Francisco Pizarro continuou o trabalho de conquistar terras e dominar povos. Impiedoso, aproximou-se da cidade de Cuzco, no Peru. Mas os Incas, outra grande civilização, já tinham conhecimento das barbaridades ocorridas em Tenochtitlan contra os Astecas.

Os Incas sabiam também que não poderiam resistir às armas que cospem fogo. Restavam-lhes a alternativa da fala sábia e inteligente.

O Rei de Cuzco, chamado Atahualpa, vem ao encontro de Pizarro. O estrangeiro vai apelar para o mesmo artifício. Penetrar no universo simbólico do indígena, alterá-lo, e depois, quando houver chance, executá-lo ou escravizá-lo. Para isso, o

colonizador cogitava sempre com o padre que vinha para evangelizar, cristianizar e batizar aos pagãos. O encontro desses dois chefes revela isso.

Pizarro tinha em sua companhia um índio que servia de intérprete e, há algum tempo, acompanhava as tropas espanholas. Acompanhava-lhe também o frei dominicano Vicente de Valverde.

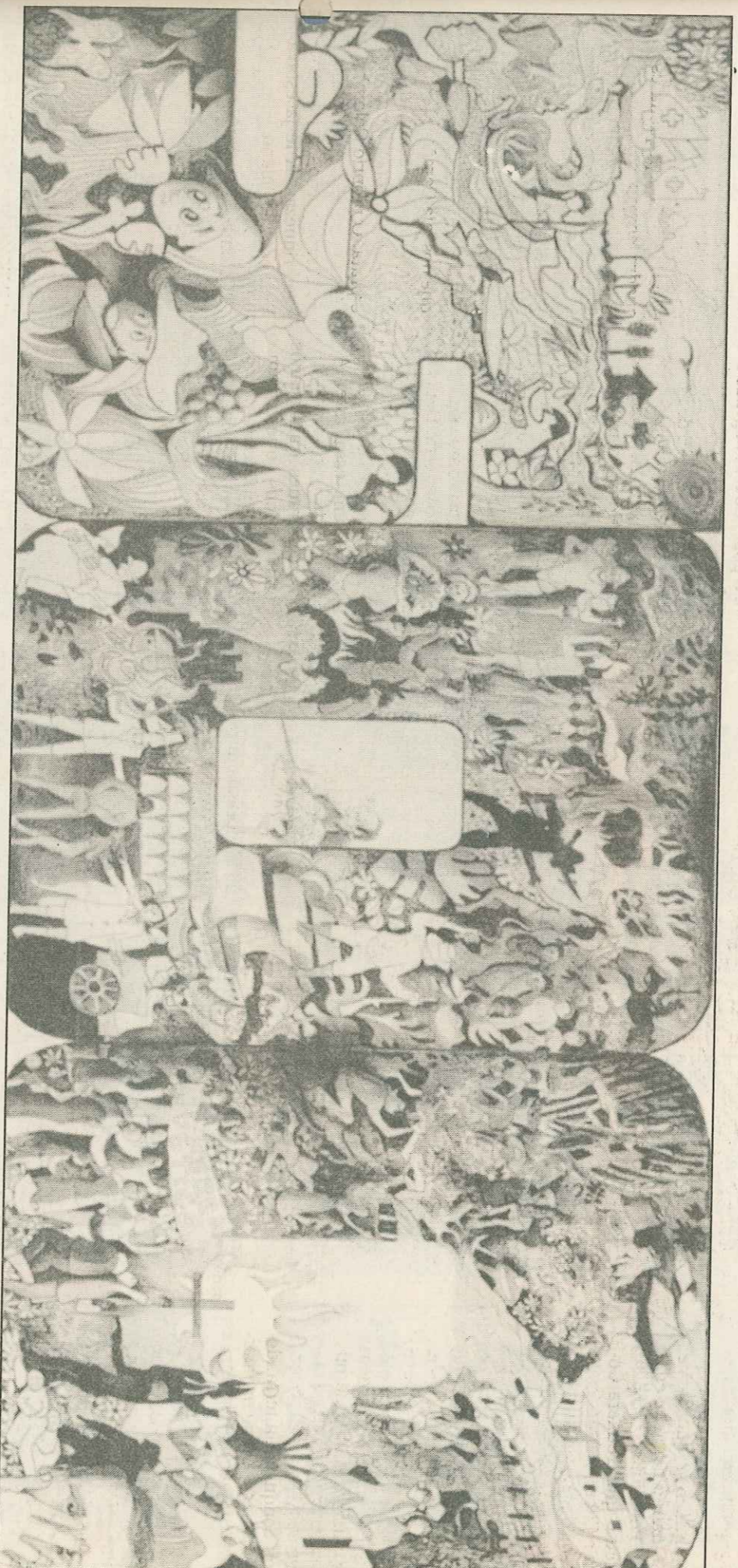
Pizarro apresentou-se ao Rei de Cuzco como embaixador de um grande senhor, que devia ser amigo daquele povo. O Inca respondeu marcadamente que acreditava ser o estrangeiro enviado de um grande senhor, mas que não era preciso a amizade, porque ele mesmo — Atahualpa — era um grande senhor. Nisso, o frei Vicente de Valverde, com uma cruz na mão direita e o breviário na

esquerda intimou o Inca a adorar a Deus, o Evangelho e a Cruz, porque todo resto era falso. Atahualpa respondeu que ele não adorava outro senão o sol, que nunca morre. O Inca também quis saber de frei Vicente quem lhe ensinara as coisas que pregava. Diante de tais palavras, frei Vicente falou-lhe do Evangelho. O Inca, então, pegou o livro, folheou e lançou-o fora, dizendo que o livro não falava nada para ele. Frei Vicente, aos berros, conclamou os soldados espanhóis: "Aqui, cavaleiros, acabai com estes índios gentios, que são contra a nossa fé". Estava dado o sinal para a dizimação de mais um povo.

A título de uma conclusão, a história de Evangelização da América Latina, pelo menos no seu início, não está dissociada da história da conquista e dominação. Des-

sa história, há desdobra-mento na sociedade como um todo. E mais particularmente, há desdobramento na própria Igreja. Assim como os primeiros colonizadores, que após o deslumbramento inicial passaram a matar a vida que havia na festa que faziam bichos e homens no seio da natureza, e em convívio harmonioso com ela, também não estamos nós, diante de algumas comunidades, reproduzindo a mesma estratégia?

Devemos nos questionar para saber se, ainda hoje, não estamos alterando o referencial simbólico de algumas comunidades. Se não temos no relacionamento pessoal a mesma presunção da superioridade. Ou ainda, se como os colonizadores da civilização branca de 500 anos atrás, não estamos também arraigados ao princípio da superioridade do



ocidente: nós possuímos a verdade, nós devemos anunciá-la.

Será que, como desdobra-mento do que vimos, cada Igreja particular desta América Latina tem seus próprios mecenas e senhores, de quem são enviadas, para a conquista de novas almas? Por que ou por quem os turbulos hoje queimam incensos?

Será que a Lumen Christi e a Evangelização, 2000, na Igreja Católica, e as setas,

que por aí proliferam, procuram as sementes do Reino em nossas culturas? Ou, como outrora, a "Nova Evangelização" traz consigo novos interesses econômicos?

Deus está entre nós? Há sementes do Reino em nossas culturas, ou novos deuses e senhores nos chegam mais uma vez do Leste e, quem sabe, do Norte?

Os loucos, os bêbados, as crianças, as prostitutas, os negros, os índios, os velhos, os sem-terra, os sem-teto, os

empobrecidos e miseráveis têm em comum uma coisa: eles têm seu referencial simbólico ou aniquilado, ou incompleto, ou sufocado e impedido de se manifestar.

Por que nos custa admitir que o Verbo também possa se servir desses "selvagens modernos"? Por que muitas vezes nos opomos às diversas religiões e pensamentos, às diversas Igrejas Particulares, ao invés de buscar o que temos de comum?

Quando, na América Latina, ou em nossos países, nos

negamos uns aos outros, não estaríamos reproduzindo muito do que vimos nas ações e palavras dos conquistadores? Não teríamos nós o complexo da totalidade: nada nos falta. Deus nos disse tudo?

As tentações do caminho fazem parte da nossa rotina e opção. Na sociedade moderna, por sua complexidade, não se pode vencê-las apenas com o requisito da fé. Este é primordial. Mas não é tudo. É preciso preparar-se. A história da conquista e seus desdobra-

mentos, hoje, demonstram a necessidade de retornar ao essencial rico e exclusivo do Evangelho. Do contrário, não estaremos aptos a entender e a respeitar um pouco o sopro criador do Espírito. Nem imaginá-lo possível em outras culturas e religiões. Nem admiti-lo no outro. "Se eu não me for — diz Jesus — o Espírito não virá" (Jo, 16, 7). Deixemo-lo vir.

* Luis Rocha, assessor técnico/jornalista, é editor-executivo do DF-LETRAS e do Diário da Câmara Legislativa. O presente artigo é fruto de sua experiência de 14 anos como assessor da Caritas Brasileira, organismo da CNBB.

LEI ORGÂNICA DO DF



Agnelo Queiroz-PCdOB



Aroldo Satake-PP



Benício Tavares-PP



Carlos Alberto-PPS



Claudio Monteiro-PDT



Edmar Pireneus-PP



Euripedes Camargo-PT



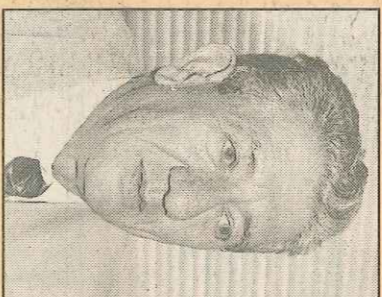
Fernando Naves-PP



Geraldo Magela-PT



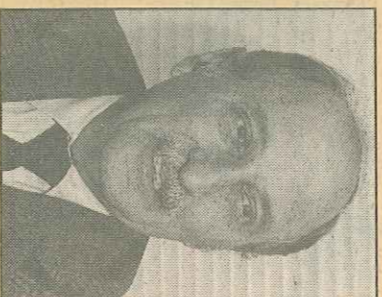
Gilson Araújo-PP



Jorge Gauhy-PL



José Edmar-PFL



José Ornellas-PL



Lúcia Carvalho-PT



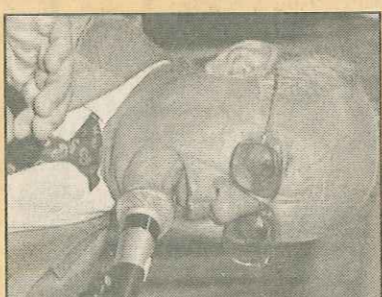
Manoel Andrade-PP



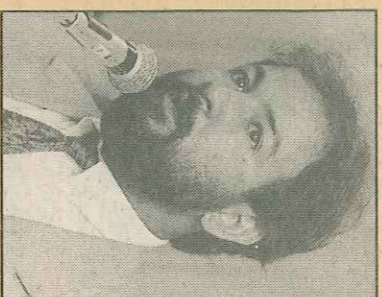
Mª de Lourdes Abadia-PSDB



Maurício Silva-PP



Padre Jonas-PP



Pedro Celso-PT



Peniel Pacheco-PTB



Rose Mary Miranda-PP



Salviano Guimarães-(Sem partido)



Tadeu Roriz-PP



Wasny de Roure-PT

Eles assinam embaixo

CONTRATO Nº 3956/91
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA DF
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA

IMPRESSO